

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA**-----

----- Aos dezassete dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Margarida Matos Mota, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio

Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Natacha Machado Amaro, José Vitor dos Reis, Maria João Bernardino Correia, Nuno Ferreira Pintão, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Francisco Alves da Silva Ramos, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, João Diogo Santos Moura, João Freire de Andrade, Luís Graça Gonçalves, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Moreira. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva (PSD).-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Ana Regedor (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ferreira Pintão. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes. -----

----- Vitor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), pelo período de 6 a 31 de janeiro de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Vitor Reis.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- José Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período de 3 a 31 de janeiro de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), pelo período de 90 dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Margarida Mota. - -

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 40/2017, de dezassete de janeiro de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: João Pinheiro (PS) e Tiago Albuquerque Teixeira (PSD) à 126ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Reunião de Continuação da 5ª Sessão Ordinária), realizada no dia 6 de dezembro de 2016.-----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Hugo Lobo à 116ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (75ª Sessão Ordinária), realizada no dia 26 de julho de 2016. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: André Couto (PS-PJF Campolide), Davide Amado (PS – PJF Alcântara), Margarida Martins (PS-PJF Arroios), Rute Lima de Jesus (PS- PJF Olivais), Daniel Gonçalves da Silva (PSD-PJF Avenidas Novas), Luis Parreira Newton (PSD-PJF Estrela), João Magalhães Pereira (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Floresbela Mendes Pinto (IND) à 127ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (82ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de dezembro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: António Modesto Navarro (PCP) e Miguel Tiago (PCP) à 128ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (83ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 13 de dezembro de 2016. -----

----- Justificar a falta dos Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS) à 129ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (84ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 20 de dezembro de 2016.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice- Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Paula Marques, Jorge Máximo João Afonso e Manuel Salgado.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Duarte e António Prôa-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar início à nossa sessão.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Assessores, Senhores Dirigentes, pessoas que estão a assistir, eu pedia a colaboração de todos, temos uma sessão, hoje,

bastante preenchida e vamos todos fazer um esforço para que a expectativa das pessoas que estão a assistir a esta sessão se possa cumprir, que a gente consiga ter tempo para chegar às propostas. -----

----- Vejo que estão presentes as pessoas dos bairros envolvidos por algumas das propostas da nossa ordem de trabalhos de hoje, e portanto, ia pedir a todos um esforço para conseguirmos cumprir o nosso calendário.-----

----- Antes de começar a sessão, temos que considerar algumas alterações e substituições de mandatos de deputados municipais, isto tem de ser feito no início da sessão por causa de garantirmos o quórum. Portanto, assiná-lo o regresso do Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva que tinha pedido a suspensão do mandato e o prazo terminou, e regressou, hoje, como Independente. -----

----- Assiná-lo e vamos, certamente, assinalar todos com num momento de pesar o falecimento do nosso colega Joaquim Marques que será substituído pela cidadã imediatamente, a seguir na lista do PSD que é a Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- E temos, ainda, mais uma Senhora Deputada que pediu suspensão que é a Senhora Deputada Sandra Paulo, do Partido Socialista, e que será substituída pela cidadã Margarida Mota, do Partido Socialista. -----

----- Pergunto que, sobre este regresso e sobre estas substituições, se alguém tem alguma dúvida? Não havendo dúvidas, temos o nosso quórum confirmado e vamos dar início ao período de intervenção aberto ao público.-----

----- Temos cinco inscrições e, portanto, iríamos passar a esse ponto.-----

----- Agradecia então que os Serviços fizessem chegar à Mesa a primeira pessoa inscrita, a Senhora Célia dos Reis Simões, certo? -----

----- Senhores Deputados, vamos dar atenção, a Dona Célia vem trazer-nos, já aqui veio falar sobre assuntos do Parque das Nações e vem-mos falar sobre o problema de solos contaminados no Parque das Nações e já conhece as regras, são os três minutos. --

----- Pedia o silêncio de todos e a atenção, se faz favor.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Dona Célia dos Reis Simões**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigada. Muito boa tarde a todos. Falo em nome dos habitantes da Zona Sul do Parque das Nações que, nas últimas semanas têm vindo a sofrer com cheiros a químicos provenientes das obras da extensão do Hospital CUF Descobertas.-----*

----- *As obras iniciaram-se no verão passado, mas nas últimas semanas, estes cheiros, sabe-se agora a hidrocarbonetos são progressivamente mais intensos. Há relatos de moradores que indicam um mal-estar devido à intensidade dos cheiros que se fazem sentir mesmo dentro de casa, das escolas, em elevadores e, sobretudo nas caves e garagens dos edifícios.-----*

----- *Há um testemunho até mais emotivo dos pais de uma bebé de 2 meses, cujo pediatra já os alertou para a gravidade da situação e das consequências para a saúde de todos, mas, sobretudo para um recém-nascido exposto a estas condições. -----*

----- A população presume estar diante de um crime ambiental que coloca em causa a saúde pública, não só dos que habitam nas imediações como também para as dezenas de trabalhadores da construção que estão em contacto com o local e das centenas de alunos das escolas mais próximas. -----

----- A escola mais próxima encontra-se mesmo ao lado da obra com apenas 5 metros a separar os terrenos que estão a ser remexidos, no local onde convivem crianças, muitas delas em idade pré-escolar. -----

----- À mesma distância encontra-se também o hipermercado Pingo Doce, onde, por diversas vezes foi também constatado o cheiro intenso a químicos em zonas do hipermercado onde se encontram os laticínios, a padaria, a peixaria ou o talho.-----

----- Adjacente à obra está o próprio Hospital CUF Descobertas, a José de Mello Saúde, proprietária dos terrenos em causa, em declarações este fim-de-semana à comunicação social confirmou que os solos estão contaminados, tendo sido a sua única preocupação a separação das terras contaminadas e o seu encaminhamento para os locais apropriados sendo que no local funcionou a antiga refinaria de Cabo Ruivo, não há dúvidas, como aliás já se provou, depois das dezenas de análises de amostras, que os solos têm concentrações elevadas de hidrocarbonetos, substâncias derivadas do petróleo. -----

----- Posto isto, questionamos a Câmara Municipal de Lisboa e gostaríamos de obter esclarecimentos sobre o seguinte: 1º- que garantias nos dá a Câmara Municipal que podemos estar diante, podemos estar diariamente, aliás, a respirar hidrocarbonetos presentes na atmosfera sem colocar em risco a nossa saúde? -----

----- 2º- que medidas foram tomadas aquando do licenciamento para controlar este problema, sabemos que um grande grupo económico é bem-vindo para o desenvolvimento das cidades, sempre e quando são respeitadas questões tão importantes como a saúde pública e ambiental, o licenciamento desta obra teve certamente os seus benefícios para a Autarquia, mas até onde foi licenciada a construção, até quantos metros abaixo da linha do solo estava autorizada a construção?-----

----- 3º - existe monitorização da qualidade do ar? Queremos saber se os gases que respiramos estão ou não dentro dos limites aceitáveis para a saúde? Como não existe legislação portuguesa para este tipo de emissões exigimos que as autoridades competentes arregacem as mangas e façam o seu trabalho, por exemplo, pedido um Parecer ao INEC que inclui medições da qualidade do ar e a análise, à luz da legislação internacional, que existe sobre o assunto. -----

----- Termino agradecendo uma resposta célere e que não se estejam a defender grupos económicos e imobiliários em detrimento da saúde das pessoas. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada. Agradeço a questão colocada, neste momento não a posso naturalmente responder, irei fazer diligências junto da Câmara, está aqui a Senhora Deputada Margarida Saavedra a sugerir-me que isto seja acompanhado depois para a

3ª Comissão e pela 4ª, naturalmente vamos apreciar essa possibilidade, se assim for a resposta não será tão célere como o pede, mas penso que faz sentido que a Assembleia Municipal se debruce sobre esta matéria e da minha parte acrescentar apenas que por memória pessoal, sei que na altura em que se projetou e começou a construir na altura a Parque Expo, na altura a Expo propriamente, não a Parque Expo mas a Expo, houve estudos sobre da contaminação e descontaminação de solos, houve trabalhos que foram levados a cabo, mas é preciso, naturalmente, monitorizar e dar resposta às questões que foram colocadas e assim se fará. -----

----- Vamos agora passar a palavra outro cidadão inscrito o seu Carlos Ardisson que vem pôr exatamente a mesma questão, mas desenvolvê-la, naturalmente a esse direito, se faz favor. São três minutos, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Carlos Ardisson**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Uma boa-tarde à Senhora Presidente e a todos os presentes.* -----

----- *Há uma ligeira alteração que não é exatamente a mesma questão, são outros assuntos do Parque das Nações, peço desculpa, mas se poder corrigir.* -----

----- *Uma boa tarde a todos, em nome da Associação a Cidade Imaginada do Parque das Nações já foi a Câmara Municipal de Lisboa questionada sobre vários assuntos a e alguns deles trago hoje mais uma vez para saber qual é a resposta que que há, que nos pode nos possam dar.* -----

----- *Sobre a iluminação na Alameda dos Oceanos e na Avenida Dom João II, antes do verão a Associação fez o levantamento dessa iluminação e mais de 50 das lâmpadas, 50% das lâmpadas estavam fundidas ou desligadas, no seguimento dessa intervenção e que foi enviada à Câmara Municipal, à Junta e à EDP, sem qualquer resposta de alguma destas entidades, foram ligados grandes grande parte dos candeeiros, no entanto, a Avenida na parte mais problemática, que é entre o Campus da Justiça e a Rotunda das Oliveiras continua quase às escuras.*-----

----- *É urgente que sejam ligadas as seis lâmpadas de todas essas Torres, sob pena de um dia deste haver um atropelamento mortal e os Senhores ficarem ligados, pela inação, a essa situação indesejável.* -----

----- *Ainda sobre a circulação na Alameda dos Oceanos, no troço central, que foi fechada ao trânsito sem que tenha sido realizado um estudo de tráfego e tomadas medidas para minimizar o impacto da decisão, nessa decisão unilateral, muitos moradores sentem-se prejudicados, necessitam de atravessar várias vezes de Norte a Sul o Parque das Nações e com essa via fechada, torna-se muito mais difícil, até porque muitas das vezes, como há aquela falta de escolas que é conhecida, eles necessitam porque moram na zona Sul, mas têm pôr os filhos na zona Norte e vice-versa.* -----

----- *Na reunião que a ACIPN teve com o Assessor do Senhor Vice-Presidente da Câmara, com o Assessor de Pedro Vaz, foi manifestada disponibilidade para rever o encerramento da via, existindo várias possibilidades para não penalizar os moradores, nada mais foi nos foi comunicado e as pessoas continuam a sofrer na pele as decisões tomadas por quem desconhece o seu dia-a-dia, quando podemos agendar uma reunião para analisar estas soluções?* -----

----- Há pequenas alterações que podiam minimizar o impacto desta interrupção de circulação, como seja, a reprogramação dos semáforos na Avenida Dom João II, que neste momento beneficiam quem circula em excesso de velocidade, em vez de quem cumpre e fica retido em quase todos sinais. É necessária uma fiscalização do estacionamento em segunda fila e numa reunião tida entre os membros da ACIPN e a Esquadra da Polícia foi-nos pedido para exercermos também alguma pressão para que possa existir Polícia Municipal aos fins de semana e nos dias de eventos, para controlar o estacionamento abusivo que se verifica.-----

----- Uma outra informação sobre a ciclovia que foi recentemente construída na Alameda dos Oceanos, a ciclovia é de tal forma larga que permite que pela boca da ciclovia entrem em viaturas automóveis, o que é que acontece? Andam a passear por cima dos passeios e é bastante desagradável essa situação.-----

----- Senhora Presidente, só para terminar, já agora gostávamos de saber quando é que os vulcões vão funcionar a 100%, não queremos que nenhum Assessor do Vice-Presidente esteja lá preso como ele ma disse, que se não ficassem prontos até ao final do ano, que se iria lá prender em greve de fome, queremos mesmo é que os mesmos voltem a funcionar! Eu tenho um filho tem 3 anos e que nunca os viu funcionar como é suposto.-----

----- O programa Alcatroar Lisboa fala que vai alcatroar a Dom João II, a nossa sugestão é que em vez de alcatroarem toda a Avenida Dom João II, o façam na parte que é mais problemática...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ É para lhe pedir que termina, embora depois se tem alguma coisa escrita, possa deixar por completo e é o que ficará na Ata.” -----

----- **O Senhor Carlos Ardisson**, no uso da palavra, prosseguiu:-----

----- “E que possa fazer isso na Infante Dom Henrique. -----

----- Em relação ao Parque Tejo gostávamos de saber o que é que irá ser feitos no envolvente do Skate Park, foi destruído pavimento madeira e, portanto, não há nada neste momento a ser feito. -----

----- As casas-de-banho do Parque Tejo neste momento estão fechadas, o Ecoponto na Avenida Peregrinação foi substituído, mas não está em funcionamento e aproveito para informar e com isto a minha intervenção, que as 180 árvores que estão programadas para serem plantadas na Alameda dos Oceanos já não chegam, porque, neste momento, há mais de 200 caldeiras livres e, portanto, alerta para essa situação. Se me permite entrego.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhor Carlos Ardisson, naturalmente, como sabe agora a Câmara vai ser oficiada formalmente a partir da intervenção que fez e conforme a resposta que tivermos assim lhe será enviada.-----

----- Vamos passar ao próximo cidadão inscrito, é a Senhora Dona Ana Cristina Guerra Alves Luciano, que nos vem trazer um problema relacionado com a

remodelação do Pavilhão Carlos Lopes e portanto, tem a palavra, são três minutos Senhora Dona Ana Cristina, mas eu depois quando chegar ao fim do tempo avisarei.----

----- Penso que tem umas imagens para mostrar, é isso? Faça favor. -----

----- **A Senhora Dona Ana Cristina Luciano**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Correto. Muito boa-tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores é o seguinte: eu moro na Avenida Sidónio Pais e neste momento há uma remodelação feita no Pavilhão dos Desportos, que estava completamente degradado, portanto, está correto.-----

----- A problemática é um bunker que estão a fazer na Sidónio Pais que dizem que é um PT e não é um PT, é para pôr ar condicionado e geradores, além de um pequeno PT, e eu queria saber também porque está fora do perímetro da concessão feita à Junta de Turismo de Lisboa e eu queria saber da legitimidade desta construção e a quem pertence a obra? Portanto, este é a parte final, era isto que eu queria saber, se não tiver tempo então depois entrego os dossiers.-----

----- Aquela é uma área de residências, essencialmente residências, vão retirar neste momento há uma pressão enorme a nível de estacionamento por causa do Corte Inglês, vai deixar de haver 165 lugares da parte de estacionamento que existia no nesse parque que, neste momento, passando só a ser de dez e vão tirar lugares também de estacionamento à Avenida Sidónio Pais.-----

----- Também queria saber qual é o impacto, se houve um estudo prévio deste impacto? Havia ali já realmente um PT que foi aumentado, que está completamente degradado, mas que tinha uma envolvimento realmente com algumas árvores e ainda ajardinado. Neste momento, há um bunker com 300 metros quadrados, mais ou menos, portanto, que tem uma altura de um 1º andar e tem um comprimento enorme.---

----- Pode-se ver: isto vai ficar voltado para a Avenida Sidónio Pais que é horrendo. Era isto que existia. Põe lá para trás por favor. -----

----- Era isto que existia, portanto, havia uma zona arborizada e ali uma pequena, que era da EMEL, um pequeno edifício. -----

----- Neste momento é isto que existe ali, é esta história que se vê! Já falei com alguns Vereadores da Oposição que não tinham ainda bem a noção disto e, portanto, o que eu peço exatamente é para olharem para isto e eu vou tentar saber da legitimidade desta construção e queria saber de quem a obra e se tem exatamente o impacto do barulho disto relativamente àqueles aparelhos de climatização que são enormíssimos. -

----- Quero também dizer que o Parque cada vez está mais retalhado porque cortam árvores e põem árvores, têm um restaurante completamente degradado também. -----

----- Queria saber exatamente o que é que pretendem fazer ali no Parque, pronto, não tenho mais nada a dizer. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Senhora Dona Ana, entendemos o seu ponto, vamos tomar devida nota das questões que aqui colocou e que são muito relevantes, a obra julgo eu que está a ser levada a cabo pela Associação de Turismo de Lisboa mas, naturalmente o processo é

licenciado pela Câmara e a Câmara tem que dar uma resposta às questões que colocou. Nós temos aqui a referência do processo as questões que colocou, portanto, agora iremos oficializar à Câmara para a Câmara responder formalmente a todas estas questões e se houver, se houver alguma dúvida a esclarecer, naturalmente, iremos pedir ajuda às Comissões da Assembleia Municipal para podermos aprofundar este tema. -----

----- Muito obrigada, pode entregar com certeza a documentação, muito obrigada, fica entregue e obrigada. -----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados que temos agora o Senhor Fernando Cortez que nos vem levantar uma questão relacionada com um prédio. -----

----- A Senhora Dona Ana deixou aqui um dossier e deixou cópias para todas as Forças Políticas, naturalmente lhes faremos chegar a todas as Forças Políticas todas as cópias entregues pela Senhora Dona Ana Cristina Alves Luciano. -----

----- Vamos agora ouvir o Senhor Fernando Cortez que tem uma queixa relativamente a situações irregulares de frações autónomas na Fontes Pereira de Melo, nº 19. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Fernando Cortez**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, muito boa tarde.----- Venho aqui acompanhado por outro condómino do condomínio do nº. 19 da Avenida Fontes Pereira de Melo, que tem um título de propriedade horizontal de março de 1973, que diz que todas as frações se destinam a habitação. -----*

----- *Neste momento e refiro-me à data da carta que enviámos à Senhora Presidente da Assembleia, de 3 de novembro de 2016, há 8 frações ocupadas por residentes e 8 por não residentes, as frações ocupadas por não residentes, começo por referir a do 8º andar que é ocupada pela Câmara de Comércio Luso-Árabe há mais ou menos 40 anos. -----*

----- *O 6º andar ocupado por uma empresa de investimento imobiliário que recebeu em regime de locação financeira do Banco Espírito Santo e que depois de instalada usa os espaços de aluguer para reuniões de empresas e outros serviços. -----*

----- *O 3º. e 2º. andares também recebido em dedução financeira do Millennium BCP para uma empresa de investimento imobiliário destinado a habitação, os sócios da empresa de imobiliário são advogados e no dia 1 de abril, o contrato foi assinado a 31 de março de 2004 e no dia 1 de abril instalaram a sua sociedade de advogados, que tem funcionado até à data em que sabemos esta carta. -----*

----- *Em 2012 alertados por obras que aconteceram no 2º. andar foi-nos dito de uma das frações tinha sido alugada a um notário, que é um serviço público de porta aberta. -----*

----- *Quando questionado o advogado mais qualificado e sem que seja o devido valor, mas é o que dá nome à sociedade, foi-nos dito que sim, que era verdade, mas que se tinha esquecido consultar a assembleia de condóminos para autorizar o aluguer ao advogado. -----*

----- *Perante a ameaça de uma ação judicial para impedir que o notário se instalasse, fez promessas e sugestões que nunca cumpriu e hoje ainda lá está. Sucede que a*

permilagem das frações ocupadas por não residentes é superior à dos residentes dado que o 9º andar, ocupado por residentes tem uma área ligeiramente inferior às dos outros andares, o que em votações por maioria simples dá sempre a maioria aos não residentes. -----

----- *Por essa razão, por exemplo, eu estou aqui porque viemos a título individual, nunca seremos mandatados pela Assembleia que não permitiria que viéssemos aqui expor um problema quanto à posição que eles ocupam no condomínio, é uma situação que viola flagrantemente flagrante o Código Civil por uso indevido das frações e nesse sentido, viemos tentar sensibilizar a Câmara Municipal, os Senhores Deputados e a Senhora Presidente da Assembleia, e o Senhor Vereador responsável por esta área para nos ajudar a resolver este problema e solucionar uma situação perfeitamente ilegal e que viola o estipulado no Código Civil. Muito obrigado.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Doutor, tomámos devida nota da questão que suscitou, vamos perguntar à Câmara. Sei que já enviou uma carta à Câmara que não teve resposta, portanto, iremos, naturalmente, foi enviada em dezembro, iremos pedir que acelerem a resposta à questão, estas são questões importantes para que haja um bom convívio na Cidade dentro de cada de cada prédio de cada bairro e, portanto, naturalmente, vamos procurar esclarecer isto e dar-lhe a resposta que lhe é devida. -----

----- Tem que ser sempre assim através da Mesa da Assembleia e pedimos à Câmara, a Câmara responde e nós enviamos ao cidadão, porque naturalmente eu não conheço os dossiers e não posso dar a resposta aqui diretamente. Muito obrigada pela sua intervenção Senhor Doutor. -----

----- Vamos prosseguir, a última pessoa inscrita é a Senhora Maria das Dores Crespo Castanho Ribeiro, que vem falar da Petição sobre a preservação e manutenção de uma Loja Com História nas Avenidas Novas. A petição está em apreciação nas Comissões. -

----- **A Senhora Dona Maria das Dores Ribeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo, Senhores e Senhoras. -----

----- *Sou subscritora de uma Petição Pública pela preservação e manutenção de uma loja com história nas Avenidas Novas, situa-se na Avenida Conde Valbom 78, chama-se a “Central das Avenidas” e esta Petição foi entregue à Senhora Presidente da Assembleia Municipal no dia 25 de outubro, com cerca de 1100 assinaturas, neste momento, já recolhemos mais de 1400.* -----

----- *Venho colocar uma questão urgente à Câmara Municipal de Lisboa já que o Senhor João, que é o proprietário da loja foi intimado a sair até ao próximo dia 31 de janeiro pelo atual proprietário de um Fundo Imobiliário Inglês.* -----

----- *A 12 de dezembro, a primeira peticionária, acompanhada de outros subscritores foram ouvidos em reunião conjunta da 2ª e da 7ª Comissões da Assembleia Municipal, tendo está também presente, o Senhor Vice-Presidente do Executivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- Na sequência da entrega desta Petição à Assembleia Municipal de Lisboa, a Senhora Presidente enviou a transcrição da mesma ao Senhor Presidente da Câmara e com conhecimento à Senhora Vereadora da Cultura, 2 de novembro. -----

----- Quero acrescentar que o proprietário do empreendimento apresentou uma proposta de alteração do projeto à Câmara em 22 novembro, tendo sido despachado pelos serviços a 23 de dezembro, conhecida pela “Tasca do Senhor João” esta loja com história, de 99 anos, tem de continuar a fazer parte dos hábitos desta Cidade, dos fregueses das Avenidas Novas e de outras freguesias. Bem como dos turistas que a visitam, que visitam a nossa Cidade também porque que conserva uma matriz de autenticidade sem a mesma expressão noutras grandes cidades europeias.-----

----- Representando um cada vez mais alargado conjunto de munícipes apelo, pois a uma intervenção urgente da Câmara Municipal no sentido de preservar esta loja que é património imaterial da cidade de Lisboa. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Dona Maria das Dores, a Mesa fará naturalmente chegar à Câmara o seu apelo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara que está aqui presente é o responsável por este programa das lojas com história, portanto, naturalmente, tem especial importância e interesse, não é as lojas com a história, não é o Senhor Vice-Presidente, ele está-me aqui a fazer sinal que não é, neste momento a loja é já reconhecida pela Câmara de Lisboa, mas há uma Petição, na Assembleia Municipal nesse sentido, seja como for o Senhor Vice-Presidente é o responsável do programa nós com história e, portanto, naturalmente cabe-lhe ser ouvido pela Comissão, talvez já o tenham feito, no sentido de saber sobre esta Loja em particular, qual é a posição da Câmara seja como for é importante ser vosso conhecimento que a Assembleia da República está em vias de aprovar legislação relevante sobre esta matéria em que o reconhecimento das lojas históricas possa ser feito pelos Municípios, mas que possa também ser feito a requerimento dos interessados, coisa que, neste momento não está previsto ou não é sempre assim no procedimento do programa que a Câmara tem em vigor na Cidade de Lisboa. -----

----- De qualquer maneira a questão da alteração do prédio e de manter ou não manter a loja que lá está é uma questão que cabe nas competências de licenciamento e controlo prévio urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, iremos chamar a atenção para que não se tomem decisões irreversíveis enquanto este processo não é concluído e enquanto não se decida o futuro desta loja aqui hoje trazida. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a intervenção do Público. -----

----- Vamos, agora, entrar na ordem do dia. -----

----- O primeiro ponto da nossa ordem do dia é uma homenagem ao Dr. Mário Soares, eu avisei todas as forças políticas que temos um pequeno excerto, terei pouco mais de trinta segundos de voz do Dr. Mário Soares para todos vermos, antes de ser lido o voto que é apresentado pela Mesa ao qual se poderão associar todas as forças políticas e Deputados Municipais Independentes que o queiram fazer. -----

----- Eu vou pedir aos serviços que passem, então, esse pequeno excerto, para que nós possamos iniciar a homenagem que lhe queremos fazer.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD)**-----

----- **1. HOMENAGEM A MÁRIO SOARES E VOTO DE PESAR – GRELHA BASE (34 MINUTOS);**-----

----- (Foi passado o áudio do Dr. Mário Soares).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, a verdade, como acabámos de ouvir, ‘a verdade não pertence em exclusivo a ninguém, e não há nada que substitua a tolerância’. Esta frase é do tempo de antena do Dr. Mário Soares, de 1986.”-----

----- (De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia leu o **Voto nº 1/130**, na íntegra).-----

----- **Voto nº 1/130 – Pesar e Homenagem a Mário Soares:**-----

----- “Falecido aos 92 anos em Lisboa, a vida de Mário Soares foi um longo e ininterrupto combate pela liberdade e pelos valores em que acreditava. Treze vezes preso pela PIDE, deportado para S. Tomé às ordens de Salazar, exilado para França por Marcelo Caetano, viveu mais anos em ditadura do que em democracia. Mas foi no regime constitucional fundado nos ideais do 25 de Abril que deixou a sua maior marca, pelo seu intenso protagonismo em todas as fases da construção da democracia portuguesa. -----

----- Resistente antifascista, socialista convicto, democrata militante e agnóstico tolerante, soube estar no poder e na oposição, consciente que o pluralismo é condição essencial de uma democracia viva.-----

----- Homem de cultura e de ação, dotado de uma invulgar intuição política e de uma enorme capacidade de comunicação com os portugueses, mesmo os que dele discordavam, Mário Soares acompanhou todas as grandes transformações do nosso tempo e delas sempre fez uma leitura política atenta e exigente. -----

----- Foi o primeiro enviado internacional da Junta de Salvação Nacional, logo a seguir ao 25 de Abril, com a missão de obter o reconhecimento diplomático do novo regime democrático, que poria termo ao período longo e obscurantista do “orgulhosamente sós” de Salazar. Mais tarde, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório, coube-lhe o início oficial do processo de descolonização, tendo estabelecido com os dirigentes das ex-colónias portuguesas, cuja independência Portugal reconheceu e promoveu, uma nova era nas relações do nosso país com os novos países de língua portuguesa. -----

----- Foi três vezes Primeiro-Ministro, tendo-lhe cabido, logo no primeiro governo constitucional, a difícil tarefa de integrar centenas de milhares de retornados das ex-colónias e de equilibrar as finanças públicas após a radical transformação ocorrida com o fim da guerra e da era colonial. Datam desses primeiros governos as leis que deram forma ao Estado de Direito e aos princípios constitucionais de 1976, desde o novo Código Civil à criação do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Vitorioso ou derrotado em sucessivas eleições legislativas, acreditava que “só é vencido quem desiste de lutar”. Travou combates frontais, quer à esquerda quer à

direita do PS, mas sem nunca deixar de respeitar os adversários. PCP, PSD e CDS estiveram em algum momento com ele e várias vezes contra ele, mas isso não o impediu de procurar colocar, em cada circunstância histórica, o que entendia ser o interesse nacional acima da sua própria visão “socialista, republicana e laica”, como a si mesmo se definiu. -----

----- Amigo pessoal de grandes líderes europeus e mundiais, Mário Soares destacou-se na cena internacional pelas muitas missões difíceis no Médio-Oriente, na América Latina e na África Austral de que foi incumbido pela Internacional Socialista, da qual foi Vice-Presidente, eleito em 1976 e sucessivamente reeleito até ser nomeado Presidente Honorário em 1986. -----

----- A sua vida confunde-se com o que foi a história de Portugal nas últimas décadas. Foi protagonista nos momentos decisivos, quer antes quer depois do 25 de Abril, com destaque para a realização das primeiras eleições livres, em 1975, para o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1977 e para as presidências abertas com que inaugurou, a partir de 1986, um novo tipo de relação entre o Chefe de Estado e os portugueses. -----

----- Com uma memória prodigiosa e leitor voraz, abriu-se com generosidade a novas causas, como a defesa do ambiente e dos oceanos, tendo sido presidente da Comissão Mundial Independente Sobre os Oceanos, de 1995 a 1998. Defensor incansável de soluções pacíficas para os conflitos, manifestou-se contra a guerra no Iraque, cujas trágicas consequências estão hoje à vista de todos. -----

----- Agnóstico, Mário Soares respeitou sempre a liberdade religiosa, nela incluindo todos os credos e religiões cuja contribuição para a paz e para a convivência harmoniosa entre os povos era capaz de reconhecer e convocar. Amava a vida, odiava a violência e acreditava sinceramente no progresso da humanidade. -----

----- Como se diz no voto aprovado por unanimidade na Assembleia da República, “o Portugal democrático, tolerante e solidário; o Portugal do mar, europeu e aberto ao mundo, é o País de Mário Soares.” O seu exemplo de tolerância”, prossegue o voto, “ajudou o País a unir-se e a reconciliar-se consigo mesmo, depois das tensões próprias de uma ditadura longa e do período revolucionário que se lhe seguiu”. -----

----- Deputado eleito por Lisboa em todas as eleições até à eleição presidencial de 1986, honrou sempre a cidade em que nasceu, viveu e que amava, e à qual o ligavam inúmeras recordações dos combates travados. Foi aqui que decidiu instalar a Fundação Mário Soares, onde nos últimos anos de vida se dedicou a continuar as suas causas e a contribuir para a preservação da memória do século XX português. ----

----- Reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:-----

----- 1. Registrar com tristeza o falecimento de Mário Soares, transmitindo à sua família, em especial aos filhos, João Soares e Isabel Soares, o seu mais profundo pesar; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal que perpetue na cidade de Lisboa o nome e o legado de Mário Soares.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----*

----- “Este Voto de Pesar é subscrito pela Mesa e por todos os Senhores Deputados e pelas forças políticas que o queiram subscrever. -----

----- Vamos, agora, dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram neste momento de homenagem ao Dr. Mário Soares.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, antes de começar, como não consegui comunicar com a Mesa, queria dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve o voto, e eu também, subscrevo, pessoalmente o voto. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- Evocar Mário Soares é tornar presente o caminho percorrido, desde o Portugal amordaçado pela ditadura fascista de Salazar até aos tempos em que vivemos. -----

----- “Portugal Amordaçado”, o seu melhor livro, editado em francês, em 1972, com o título “*Portugal Bailloné*”, contribuiu para a tomada de consciência de muitos de nós, de que a alternativa ao salazarismo teria de ser o socialismo democrático. -----

----- Graças à lucidez de Mário Soares, a Ação Socialista Portuguesa transformou-se em Partido Socialista em 1973. -----

----- Mário Soares nunca foi um homem só, soube construir pontes, mobilizar inteligências e vontades, organizar um grande partido de militantes. A sua lucidez, cultura, determinação e coragem, permitiram-lhe desempenhar um papel insubstituível nos momentos decisivos, tornando o Partido Socialista maioritário nas eleições para a Assembleia Constituinte. -----

----- Mário Soares vinha de longe, da resistência antifascista, tendo vivido mais tempo em ditadura do que em democracia, tendo sido preso por 13 vezes, deportado e exilado. -----

----- Mário Soares pôde contar sempre com a sua família, que aqui saúdo, e nela destaco Maria de Jesus Barroso. Como referiu num depoimento muito belo porque muito verdadeiro, sua filha “*o pai nunca teria feito o que fez ou chegado onde chegou sem a presença tranquila, serena e doce, mas firme, dessa mulher admirável que foi a dele.*” -----

----- Mário Soares tinha a determinação que Portugal nunca deveria voltar a ser amordaçado e que o socialismo só poderia ser libertador e nunca liberticida. -----

----- Soube apoiar-se nas massas populares para esse projeto que se tornou dominante nas urnas e nas ruas, como no célebre comício da Fonte Luminosa. -----

----- Mário Soares participou ativamente no processo de descolonização, promoveu a integração dos retornados, e lançou as bases para as relações de solidariedade entre todos os Estados que integram a CPLP.: -----

----- Como primeiro-ministro contribuiu de forma decisiva para a construção do Estado Social, nomeadamente, através da criação do Serviço Nacional de Saúde, e promoveu a adesão de Portugal à então CEE. -----

----- Como Presidente da República, esteve sempre atento à necessidade de ouvir o povo através das suas presidências abertas, que não ignoraram o direito à indignação. --

----- Assumiu-se sempre, com orgulho, como socialista, republicano e laico, e, simultaneamente, foi o político que mais contribuiu para a paz civil entre o Estado e a Igreja depois do 25 de Abril. Defensor da liberdade de consciência, de religião e culto, participou empenhadamente no diálogo inter-religioso, tendo sido com inteira justiça Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa. -----

----- Europeísta convicto, que foi inclusive deputado ao Parlamento Europeu, colocou sempre, os interesses de Portugal em primeiro lugar, não se resignou às políticas de empobrecimento coletivo em nome da austeridade, que punham em a causa o Estado Social e os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----

----- Percebeu que eram necessárias novas convergências e promoveu dois encontros na Aula Magna, em 2013, que contribuiram para a derrota dessas políticas e para e novos entendimentos entre as forças de esquerda. -----

----- Homem de convicções firmes, considerava que ninguém é proprietário exclusivo da verdade e que devemos ser tolerantes. -----

----- Deixou-nos por tudo isso um legado democrático, que é importante fazer chegar às gerações futuras e por isso entendemos que a Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a Fundação Mário Soares, deverá promover um programa de pedagogia dos valores de cidadania, que envolva estudantes e professores. -----

----- Obrigado, camarada Mário Soares.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Já agora um aparte, o Senhor Deputado, por modéstia, não o disse, mas também fez parte dos fundadores do Partido Socialista, antes do 25 de Abril. Era então um jovem, José Leitão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Nesta sessão de hoje, evocamos e homenageamos o Dr. Mário Soares. As primeiras palavras que o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes pretende deixar são para expressar as mais sinceras condolências, particularmente à família do Dr. Mário Soares e ao Partido Socialista. -----

----- Ao longo dos últimos dias temos tido oportunidade de assistir a vários depoimentos sobre o Dr. Mário Soares. Depoimentos de pessoas conhecidas e de pessoas anónimas. Depoimentos de natureza mais pessoal e emotiva, e outros, naturalmente, sobre o homem político que Mário Soares foi. -----

----- E a verdade é que, de tudo o que temos ouvido e visto, concordando ou não concordando com as posições políticas assumidas pelo Dr. Mário Soares, falamos de um homem que marcou a história do nosso País. -----

----- Marcou a história do nosso País, não só pelos relevantes cargos que exerceu depois da revolução dos cravos, como também pelo seu contributo na luta contra a ditadura. -----

----- Mário Soares desde cedo abraçou a política e a sua vida foi marcada por uma ativa intervenção política, antes e depois da revolução de 1974. -----

----- O Dr. Mário Soares será lembrado como uma personalidade relevante da vida política nacional, pela sua participação no combate ao regime fascista e à defesa de vários presos políticos, verdadeiros combatentes, que se opuseram e lutaram com muita determinação contra a ditadura fascista. -----

----- Foi fundador do Partido Socialista e seu Secretário-geral, exerceu vários cargos relevantes na vida política nacional, designadamente como Deputado à Assembleia Constituinte, à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, Primeiro-Ministro, Presidente da República e membro do Conselho de Estado. -----

----- Lembrando-o em todas essas circunstâncias, ao longo deste tempo, o Partido Ecologista Os Verdes nem sempre acompanhou as decisões ou as opções políticas do Dr. Mário Soares, seja como Primeiro-ministro, seja como Presidente da República. ----

----- Mas também é verdade que Os Verdes reconhecem ao Dr. Mário Soares a natureza inovadora das suas “Presidências Abertas”, e em concreto a “Presidência Aberta sobre o ambiente e qualidade de vida”, que decorreu em 1994, permitindo dar visibilidade a graves problemas ambientais e reforçar a importância das questões ambientais e na discussão política. -----

----- Pelos altos cargos que desempenhou, pela sua atividade de oposição à ditadura, pelo cidadão empenhado nos valores em que acreditava, nesta sessão de homenagem reafirmamos o mais sentido pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O BE associa-se, obviamente, e naturalmente, ao voto apresentado pela Mesa. ----

----- Mário Soares é uma figura incontornável no século XX português, fez da luta política a sua vida. Controverso e sempre lutador, foi combatente antifascista, muitas vezes, preso e, depois, exilado, foi obrigado a deixar a família e o seu país e não deixou de lado as suas convicções, a luta anticolonial e o desejo de liberdade. -----

----- Membro da oposição à ditadura esteve presente em momentos fundamentais, como a candidatura de Humberto Delgado, e que depois do assassinato de Humberto Delgado, foi representante da família, desmascarando o papel da PIDE no assassinato. -

----- Como advogado, neste período, foi também defensor de vários presos políticos, e não submeteu às forças existentes a oposição democrática, procurando um caminho próprio. -----

----- Fundou o Partido Socialista no exílio e buscou o apoio da Social-Democracia Europeia fundamental para o projeto político que defenderia, após o fim da ditadura. ---

----- Depois do 25 de Abril, regressou para muitos combates, umas vezes aliadas forças à sua esquerda, outras como adversário. -----

----- Mergulhou no processo revolucionário, foi constituinte fundador do regime de 76 ministro de governos provisórios e Primeiro-ministro, por três vezes. -----

----- Tornou-se mais comprometido obreiro da adesão de Portugal à União Europeia. Assinou o Tratado de adesão enquanto presidiu o Governo do Bloco Central, que aplicou duríssimas medidas de austeridade. -----

----- De seguida, ganhou a primeira volta das presidenciais de forma improvável e viria a derrotar o candidato da direita unida. -----

----- Como dizia, Mário Soares é uma figura incontornável no século XX, mas não se contentou a ser uma figura histórica, entrando pelo século XXI. De facto, os principais momentos da sua vida política acontecem antes do virar do século, a minha geração teria não mais de dez anos quando terminou o segundo mandato presidencial, e muito do que se relata de Mário Soares chega-nos como uma parte da história de Portugal que não vivemos, diretamente. No entanto, e isto diz muito de Mário Soares, não deixou de ser uma figura central da vida política, já no século XXI, ou seja, foi, simultaneamente, uma figura política e uma figura histórica em toda a minha vida adulta. Antifascista, anticolonialista, apesar de não anticapitalista, não deixou de criticar a 3ª via Blairista, denunciou a mentira de invasão no Iraque e, convicto europeísta, lutou contra a *troika* e as regras de austeridade europeias, numa mobilização ativa contra o anterior Governo, pelo qual, só podemos agradecer. O Bloco de Esquerda saúda, por isso, a memória de Mário Soares, dirigindo os nossos pêsames à família, aos seus amigos e ao Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- O PAN associa-se a este voto de saudação e de pesar do Dr. Mário Soares, dirigindo os seus sentimentos à sua família, e aos seus amigos. -----

----- O Dr. Mário Soares teve um papel digamos, quase precursor daquilo que, hoje, são políticas ambientais aceites, de uma forma geral, por toda a gente e, nesse aspeto, também, tem a saudação do PAN. Eu queria, no entanto, fazer uma saudação em termos pessoais. -----

----- Na altura, quando se dá o 25 de Abril, eu sou um jovem do liceu que, portanto, não tive militância antes do 25 de Abril e, a minha militância começa, exatamente, no 25 de Abril. E, nesse aspeto, eu reconheço metade daquilo que é o universo de combate pela liberdade do doutor Mário Soares. E é relativamente a esse universo que, como testemunha, a testemunha do que se passou, nomeadamente, em 1975, da luta que foi, nessa altura, lutar pela liberdade com significado, aparentemente, diferente daquele que tinha sido uns anos antes. Essa luta, felizmente, foi bem conduzida, foi uma luta vitoriosa do Dr. Mário Soares, e eu senti na pele aquilo que seria uma nova vaga de exilados que podia ter vindo a acontecer e, nesse aspeto, para além de todo o voto de saudação pela vida e pela luta do Dr. Mário Soares, ao longo de toda a sua vida, envio, aqui, também, a minha sentida homenagem ao Dr. Mário Soares por aquilo que representou, também, para a minha liberdade pessoal e para a liberdade das pessoas com quem eu privei. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Queria, em primeiro lugar, expressar as minhas condolências à família do Dr. Mário Soares e ao Partido Socialista de que foi fundador. -----

----- Falar de Mário Soares quando tudo já foi dito por amigos e admiradores é uma tarefa difícil. -----

----- Não fui amigo de casa, nem seu adversário. Segui, isso sim, as pisadas do homem comum, com quem concordei e discordei, mas também admirei as qualidades do homem extraordinário que fez da liberdade, solidariedade e fraternidade o seu lema de vida. -----

----- Com o apoio de muitos ou sozinho ele foi sempre a voz da liberdade, para Portugal, para a Europa, para o Mundo. Encarou essa luta com a mesma vontade e paixão com que viveu. -----

----- Um lutador. A adversidade era apenas mais um estímulo para seguir em frente na defesa de um País mais justo, solidário e tolerante. -----

----- Intuitivo, Mário Soares teve essa rara qualidade de estar um passo à frente. Foi assim quando fundou o Partido Socialista, ainda na clandestinidade; na defesa de uma democracia aberta ao Mundo no pós-25 de Abril; na determinação de colocar Portugal na casa comum europeia; nas manifestações contra a invasão do Iraque; no alerta sobre os ataques aos pilares da construção europeia. -----

----- Soares foi um Homem atento ao seu tempo, interventivo e com grande sentido de serviço em relação aos seus concidadãos. -----

----- É tudo isto que faz de Mário Soares um homem extraordinário. -----

----- Por tudo isto, subscrevemos o voto de pesar apresentado pela Senhora Presidente desta Assembleia. -----

----- Obrigado Mário Soares.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- O Partido Comunista Português, face ao falecimento do Dr. Mário Soares, já apresentou, diretamente, ao Partido Socialista e à sua família, as suas condolências. -----

----- Mário Soares fundador do Partido Socialista, seu Secretário-geral, personalidade relevante da vida política nacional, participante no combate à ditadura fascista no apoio aos presos políticos, desempenhou, após o 25 de Abril, os mais altos cargos políticos, designadamente como Primeiro-ministro, como Presidente da República e Membro do Conselho de Estado. -----

----- Lembrando o seu passado de antifascista, o PCP regista as profundas e conhecidas divergências que marcaram as relações do PCP com o Dr. Mário Soares,

designadamente pelo seu papel destacado no combate ao rumo emancipador da revolução de Abril e às suas conquistas, incluindo a soberania nacional.-----

----- O Partido Comunista confirma que irá votar favoravelmente o voto de pesar, aqui, apresentado pela Mesa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, dizer que o CDS-PP também subscreve o voto de pesar apresentado pela Senhora Presidente.-----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caro Público. -----

----- O que dizer de Mário Soares quando, aparentemente, já tudo foi dito?-----

----- Percorrer a sua biografia leva-nos ao jovem que ousou combater a ditadura pagando o preço alto da prisão e do exílio. Cedo se lhe reconhece o gosto pela liberdade ao romper com o PCP e a prosseguir o seu combate pela democracia sob a égide do socialismo democrático, que nunca abandonou. -----

----- Em Abril de 1974, está no exílio mas regressa prontamente a Portugal para com a sua força, determinação e carácter cumprir um destino impar na política portuguesa. ---

----- Naqueles tempos, a liberdade estava longe de ser um dado adquirido para os portugueses e Soares sabia-o travando aí um dos combates fundamentais para a consolidação da democracia, impedindo que Portugal resvalasse totalmente para a anarquia económica e social e aqui florescesse mais uma sórdida ditadura às ordens de Moscovo.-----

----- Em 1975, no primeiro congresso do CDS, no Porto, em que fomos cercados pela extrema-esquerda, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, não vacilou a prestar ajuda e solidariedade. Era assim mesmo, um homem pluralista, democrático e tolerante. Sobre a sua tolerância, muitos têm ilustrado esta sua característica recordando a posição que teve, e bem, para com à Igreja católica. Em relação a esta e outras questões apetece-me recordar que Mário Soares era um homem com biblioteca e bom uso dela, o que como se sabe, por vezes, faz toda a diferença.----

----- Não há liberdade sem paz, progresso social e económico, pelo que o esforço encetado para a adesão de Portugal à Europa fica creditado na sua vasta e longa biografia. -----

----- Muito poderia dizer de Mário Soares, que teve uma vida totalmente devotada à causa pública, e da qual se percebia que retirava um genuíno prazer na intervenção. ----

----- Muito e muito poderia dizer do que nos separava e nos fez discordar dele ao longo dos tempos. -----

----- Porém, dedico esta intervenção ao que foi verdadeiramente importante. Ao que contou para as nossas vidas. Mário Soares amava a Liberdade. Defendeu-a com sinceridade intelectual e coragem física e com isso marcou as nossas vidas, permitindo que as gerações seguintes fizessem política sem conhecer a prisão e o exílio, como lhe tinha acontecido a ele.-----

----- Hoje, a Assembleia Municipal presta tributo ao político e ao Homem que ficará para sempre associado à história de um Portugal livre. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Social Democrata apresenta as mais sinceras condolências à família e ao Partido Socialista e associamo-nos ao voto e homenagem que hoje estamos aqui a fazer. -----

----- Posto isto, temos a dizer que o Partido Social Democrata congratula-se pelo surgimento de uma figura com este carisma, que foi importante na nossa perspetiva em períodos críticos da liberdade e da democracia, nomeadamente, na Alameda Afonso Henriques e no Terreiro do Paço com Pinheiro de Azevedo. -----

----- Pelo que o Partido Social Democrata associa-se a esta homenagem a esta figura que marcou o Séc. XX e que perdurará na nossa memória coletiva, enquanto Povo Português. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, penso que encerrámos as inscrições sobre o voto de homenagem ao Dr. Mário Soares. -----

----- A Mesa vai colocar, agora, à votação o **Voto 1/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6IND. O **Voto 1/130** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Aclamação). -----

----- Senhores Deputados vamos fazer um minuto de silêncio... -----

----- Muito obrigada. -----

----- Infelizmente, neste período, desde a nossa última reunião, faleceram outras pessoas, também, e é agora o momento de homenagearmos essas pessoas. -----

----- Há um voto de pesar pelo falecimento do nosso ex-colega Joaquim Fernandes Marques, do PSD, há um voto de pesar pelo falecimento de Guilherme Pinto que foi Presidente da Câmara de Matosinhos, do PS, e há um voto de pesar, apresentado pelo PCP, pelo falecimento de António Tereso. -----

----- Eu convido o PSD a ler o voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Fernandes Marques.” -----

----- (A Senhora Segunda-secretária, Deputada Municipal Margarida Saavedra, leu o seguinte Voto de Pesar): -----

----- **Voto de Pesar nº 2/130 – Pelo falecimento de Joaquim Fernandes Marques, Deputado do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- “*Joaquim Maria Fernandes Marques, nasceu em 11 de Janeiro de 1946, em Oliveira de Castelo, Guimarães. Formou-se em Direito e foi funcionário do Ministério das Corporações no tempo do Estado Novo. Esteve duas vezes no Governo, a primeira entre 1981 e 1983 como Secretário de Estado do Trabalho no VIII Governo Constitucional e a segunda no X como Secretário de Estado do* -----

Emprego e Formação Profissional. Posteriormente foi deputado na Assembleia da República nas V e VI legislaturas entre 1987 e 1995. Foi administrador da fundação INATEL na segunda metade da década de 90 e último Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito entre 2001 e 2013, sendo deputado municipal por inerência do cargo nesse período e eleito em 2013 pelo PSD neste mandato que não chegou a terminar, falecendo no passado dia 22 de Dezembro.-----

----- Pela sua dedicação de décadas à causa pública, o Grupo Parlamentar do PSD expressa o seu pesar pelo falecimento de Joaquim Fernandes Marques e envia à família as mais sentidas condolências.-----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----*

*----- “Senhores Deputados, a Mesa vai pôr à vossa consideração o **Voto de Pesar nº 2/130** pelo falecimento do nosso colega Joaquim Fernandes Marques. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 2/130** foi **aprovado por unanimidade**.-----*

----- Nós temos mais votos de pesar, faremos um minuto de silêncio no final de todos os votos de pesar.-----

----- O Senhor Deputado José Leitão vai ler o Voto de Pesar pelo falecimento de Guilherme Pinto.”-----

----- (O Senhor Deputado Municipal José Leitão, leu o seguinte Voto de Pesar):-----

*----- **Voto de Pesar nº 3/130 – Pelo falecimento de Guilherme Pinto:**-----*

----- “Guilherme Manuel Lopes Pinto faleceu no passado dia 8 de janeiro, vítima de doença prolongada.-----

----- Natural de Matosinhos, Guilherme Pinto era licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor do ensino secundário, deputado à Assembleia da República e exerceu a profissão de advogado.-----

----- Foi uma voz ativa pelo Norte e um incansável defensor de Matosinhos. Exerceu desde 2005 o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos depois de ter sido Vereador e Vice-presidente em executivos anteriores.-----

----- Desempenhou ainda vários cargos a nível europeu, nomeadamente de Presidente do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (EFUS), Presidente do Conselho de Administração da Rede Europeia das Cidades e Escolas de Segunda Oportunidade, membro do Comité de Monitorização do Conselho da Europa e ainda relator principal do Conselho da Europa para “Os Poderes Locais e Regionais em França”.--

----- Anunciou o seu regresso formal ao PS, tendo a sua ficha sido assinada pelo Secretário-Geral, António Costa, e pelo Presidente da Federação do Porto, Manuel Pizarro, um dia depois de renunciar ao mandato de presidente da Câmara de Matosinhos.-----

----- Militante 10.575, Guilherme Pinto integrou o Conselho de Jurisdição Nacional da Juventude Socialista, foi membro da Comissão Nacional do PS, da Comissão Política da Federação Distrital do Porto e do Gabinete de Estudos, presidente da Comissão de Jurisdição da Federação Distrital do Porto e da Comissão Política de Matosinhos e secretário coordenador do PS de Matosinhos.-----

----- Como todos o que o conheceram, reconhecem, era um cidadão de grande qualidade humana, que nos deixou dizendo “Tive uma vida boa, sem nada para pôr no livro de reclamações”. -----

----- Em sua memória e do seu legado ao serviço do povo e do Poder Local livre e democrático, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 17 de Janeiro de 2017, que delibere: -----

----- 1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- 2. Remeter o presente voto de pesar à sua família, ao Município de Matosinhos e ao Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar nº 3/130** pelo falecimento de Guilherme Pinto. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, NPN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 3/130** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos, agora, ao último Voto de Pesar, que vai ser lido pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, pelo falecimento de António Tereso.” -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, leu o seguinte Voto de Pesar): --

----- **Voto de Pesar nº 4/130 – Pelo falecimento de António Tereso:** -----

----- “Faleceu no passado dia 7 de Janeiro aos 89 anos, de António Tereso, militante comunista que dedicou a sua vida à luta dos trabalhadores e do povo português pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo. -----

----- António Tereso, começou a trabalhar aos 12 anos, ingressando mais tarde na Carris. -----

----- É como operário da Carris e na sequência da luta que em Fevereiro de 1959, foi preso e condenado a dois anos e três meses de prisão. -----

----- Na prisão de Caxias desempenha complexo e destacado papel na preparação e concretização da fuga de oito destacados dirigentes e militantes comunistas do Forte de Caxias no carro blindado de Salazar, a 4 de Dezembro de 1961. -----

----- Depois da fuga, foi forçado a ingressar na clandestinidade. -----

----- Passou depois pela Checoslováquia e por França, onde tirou o curso de torneiro mecânico e aí exerceu essa profissão até ao 25 de Abril de 1974. -----

----- Após o 25 de Abril, regressado a Portugal, desempenhou as mais diversas tarefas e responsabilidades no apoio à Direção do Partido, até quando lhe foi possível fisicamente, antes e após a sua reintegração na Carris. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 17 de Janeiro de 2017, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de António Tereso, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família e ao Partido Comunista Português.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar nº 4/130**.-----

----- Agradecia que os senhores funcionários não estivessem de pé no momento da votação do voto. Peço desculpa, mas estamos em votações.-----

----- Vamos pôr à votação o **Voto de Pesar nº 4/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 4/130** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- E, agora, vamos fazer um minuto de silêncio por estes três falecidos.-----

----- (minuto de silêncio).-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados.-----

----- Terminada esta parte da nossa ordem de trabalhos, vamos pôr à vossa consideração as **Atas nº 123 e 125**.-----

----- A Mesa chama a atenção que havia uma gralha na Ata nº 123, na página 67, a intervenção estava imputada ao Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN, é do Senhor Deputado Vasco Santos, do MPT, e já foi feita a correção.-----

----- Pergunto se não há mais ninguém a usar da palavra?-----

----- Nesse caso, vamos pôr à votação as **Atas nº 123 e 125**, sendo que os Senhores Deputados que não participaram nestas reuniões não poderão participar na votação.-----

----- **Atas nºs 123 e 125**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. As **Atas nºs 123 e 125** foram **aprovadas por unanimidade**.-----

----(De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 123 e 125, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam.-----

----- Ata n.º 123, Sessão Extraordinária, realizada em 8 de novembro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: DM Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), DM André Moz Caldas (PS), DM Diogo Feijóo Rodrigues (PS), DM Margarida Mota (PS), DM Pedro Cegonho (PS), DM Rui Paulo Figueiredo (PS), DM Maria João Correia (PS), DM Luis Graça Gonçalves (PSD), DM Paulo Campos Lopes (PSD), DM Sofia Vala Rocha (PSD), DM Carlos Silva Santos (PCP), DM Natacha Machado Amaro (PCP), DM José Vitor Reis (PCP), DM Sandra Cristina Carvalho (BE), DM Francisco Ramos (BE), DM João Freire Andrade (CDS-PP), DM Fernando Nunes da Silva (IND), DM José Alberto Franco (IND), DM Miguel Graça (IND), DM Pedro Paulo Mendes (IND) e DM José Moreno (PNPN).----

----- Ata n.º 125, Sessão Ordinária, realizada em 22 de novembro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: DM André Moz Caldas (PS), DM Diogo Feijóo Rodrigues (PS), DM Margarida Mota (PS), DM João Robalo Pinheiro (PS), DM Maria Sofia Cordeiro (PS), DM Patrocínia César (PS), DM Luis Graça Gonçalves (PSD), DM Paulo Campos Lopes (PSD), DM Sofia Vala Rocha (PSD), DM Natacha Machado Amaro (PCP), DM Sandra Cristina Carvalho (BE), DM Francisco Ramos (BE), DM Tiago Ivo Cruz (BE), DM João

Freire Andrade (CDS-PP), DM Diogo Moura (CDS-PP), DM Fernando Nunes da Silva (IND), DM Miguel Graça (IND) e DM Pedro Paulo Mendes (IND)).-----

----- Vamos, agora, entrar no período das Declarações Políticas. -----

----- Senhores Deputados, neste momento, estão encerradas as inscrições para as declarações políticas, portanto, apenas os Senhores Deputados que já estejam inscritos é que poderão usar da palavra, neste período, para fazer declarações políticas.-----

----- A Mesa recorda o formato das declarações políticas. Cada força política tem oito minutos para fazer a sua declaração política, as outras forças políticas podem questionar e cada força política tem quinze minutos para levantar questões a qualquer das declarações políticas que vai ser feita, e o autor da declaração política pode retomar a palavra para responder nos quatro minutos seguintes. É portanto, apenas um interveniente em cada declaração política, podendo as forças políticas fazerem as perguntas no período das perguntas. -----

----- Agradeço que cumpram as regras que são regimentais, e vamos prosseguir.”-----

----- **4. DECLARAÇÕES POLÍTICAS (COM MOÇÕES E RECOMENDACÕES), AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO – GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Peço desculpa, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado, apenas lembrar que temos cinco forças políticas inscritas para declaração política, e já informei que estão encerradas as inscrições, quero só verificar que não há nenhuma falha. Está inscrito o PSD, o PS, o PEV, o BE e o PCP. Os Senhores Deputados Independentes, também, estavam inscritos, mas não estão aqui, na lista. Portanto faltam os Senhores Deputados Independentes, então, isto está muito incompleto, peço desculpa, mas o Regimento manda fazer isto no início da sessão. -----

----- Portanto, Independentes, PAN, MPT, CDS-PP.-----

----- Pode começar, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Daniel Gonçalves da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, está ausente, Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Caríssimo Público aqui presente. -----

----- O encerramento de esquadras da cidade de Lisboa vem já sendo falado há mais de dez anos, mas, na verdade, talvez fruto de alguma inércia, de estratégias políticas ou de agendas eleitorais, tem-se vindo a protelar no tempo. -----

----- Quando em 2013, tomei posse como Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas tomei nota que, já em 2008, na então Freguesia de Nossa Senhora de Fátima tinha sido encerrada a esquadra situada na Avenida João Crisóstomo, e que em 2009, as entidades responsáveis ponderavam encerrar o edifício da 31ª Esquadra, sita na Avenida Santos Dumont. Mas, também, tomei nota que, entre o final de 2013, data em que tomei posse, e o final de 2014, a Câmara Municipal de Lisboa nunca se pronunciou sobre o possível encerramento da única esquadra que até agora, abrangia

as antigas freguesias de Nossa Senhora de Fátima e de São Sebastião da Pedreira, muito pelo contrário, se bem se recordam, e eu recordo, em dezembro de 2014, nesta mesma Assembleia Municipal, foi dito pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Manuel Salgado, e passo a citar: *‘A esquadra está prevista localizar no edifício municipal, cujas obras estão a ser concluídas, na Avenida Santos Dumont, exatamente, no lado oposto, à localização onde ela está hoje’*. Reforço, caras e caros Deputados, o que acabei de citar, está escrito em ata e foi dito pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, no dia dois de Dezembro de 2014, comprometendo, assim, todo o executivo liderado pelo Senhor Presidente, Doutor Fernando Medina.-----

----- Meus senhores, no âmbito de rumores de encerramento da esquadra que, em 2016, começaram a surgir, decidi não baixar os braços. Confrontei por diversas vezes o Excelentíssimo Senhor Vereador responsável pela política de segurança, Dr. Carlos Castro, o qual sempre me confirmou que era intenção da Câmara continuar a assegurar as infraestruturas necessárias para garantir o policiamento de proximidade e a segurança das pessoas na nossa freguesia. Foi-me dito pelo Excelentíssimo Senhor Vereador, que caso se concretizasse o encerramento da esquadra, não haveria razões para a Freguesia de Avenidas Novas se preocupar, porque a Câmara teria uma solução adequada.-----

----- Volvidos dois anos, as declarações do Senhor Vereador Manuel Salgado, e sem que a Junta de Freguesia das Avenidas Novas tenha sido consultada, nem tão pouco informada, temos o edifício municipal que durante anos, acolheu a 31ª Esquadra, sita na Avenida Santos Dumont, vendido a uma instituição bancária. Temos a 31ª Esquadra, sita na Avenida Santos Dumont, encerrada desde o dia de Natal, de 2016. Temos os efetivos da 31ª Esquadra, instalados na Freguesia da Penha de França. E temos o edifício, nas palavras do Senhor Vereador, que estava a ser intervencionado para acolher a esquadra, convertido em prédio de habitação e com as frações arrendadas. Questionam esta assembleia, onde está a polícia de proximidade? Onde está a segurança dos mais de vinte e três mil fregueses, dos mais de 300 mil frequentadores diários das Avenidas Novas quando os efetivos policiais estão na Freguesia de Penha de França? -----

----- Quero dizer-vos que a Junta de Freguesia de Avenidas Novas não obteve resposta aos pedidos de reunião que, desde outubro de 2016, endereça ao Excelentíssimo Senhor Vereador Manuel Salgado, assim como não obteve resposta aos pedidos de reunião que, desde Outubro de 2016, endereça à Excelentíssima Senhora Ministra da Administração Interna, assim como não foi informada por nenhuma entidade responsável que, no passado dia 25 de dezembro de 2016, a 31ª Esquadra tinha sido encerrada na Freguesia de Avenidas Novas é, de facto lamentável que no dia de hoje, a Junta de Freguesia de Avenidas Novas. É, de facto, lamentável que no dia de hoje, a Junta de Freguesia de Avenidas Novas ainda não tenha recebido um ofício do Governo de Portugal, da Câmara Municipal de Lisboa, nem tão-pouco, do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, a informar que a 31ª Esquadra já não se encontra a funcionar na Avenida Santos Dumont.-----

----- Meus senhores, na freguesia central da cidade, com mais de vinte e três mil fregueses, com mais de trezentos mil frequentadores diários, com escolas, com universidades, com hospitais, com embaixadas, com ministérios, com museus, com um dos centros comerciais com maior afluência da cidade, com duas das maiores salas de espetáculos da Cidade de Lisboa e com um bairro social com 3 planos especiais de realojamento, entendem, Câmara Municipal de Lisboa e Governo de Portugal, que não precisamos de uma esquadra que garanta a nossa segurança, a segurança dos nossos filhos e a segurança dos nossos netos. -----

----- A Freguesia de Avenidas Novas não aceita e não se resignará perante o encerramento da 31ª Esquadra, e única esquadra existente na freguesia, é o nosso dever, é a nossa missão. -----

----- Somos uma freguesia com mais de vinte e três mil fregueses, somos uma freguesia com mais de trezentos mil frequentadores diários e somos uma freguesia com menos uma esquadra, é esta, meus senhores, a equação de insegurança nas avenidas novas.-----

----- Como aqui disse, a Freguesia de Avenidas Novas não se resignará, e desde o dia vinte e nove de dezembro de 2016, estamos a recolher assinaturas no âmbito da petição *Pela Instalação de uma Esquadra da PSP na Freguesia de Avenidas Novas*, a qual contamos apresentar à Assembleia da República para apreciação, em plenário. -----

----- De todo o modo, acreditamos que uma má decisão é sempre reversível e, por isso, apelamos nesta Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando Medina, freguês de Avenidas Novas, ao Senhor Vice-presidente, Dr. Duarte Cordeiro, para que a Câmara encontre, o quanto antes, o edifício municipal na nossa freguesia com capacidade para acolher a 31ª Esquadra, convertendo, em realidade, o compromisso que o seu executivo assumiu, em dois de dezembro de 2014, nesta Assembleia.-----

----- Não podemos deixar de referir que temos conhecimento da área onde estava situada a 31ª Esquadra existe mais património municipal, além do imóvel referido pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Manuel Salgado, em dois de dezembro de 2014.

----- Temos conhecimento que no número 43 da Rua Dom Luís de Noronha é património municipal, tem três andares e logradouro, e encontra-se devoluto. Este é apenas, o exemplo que vos dou. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Duarte Cordeiro, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caras e caros Senhores Deputados Municipais, caras e caros colegas Presidentes de Junta, em 2013, tive a honra de ser eleito para representar toda a população da Freguesia de Avenidas Novas, sem exceção. Por isso, tudo farei para defender os interesses daqueles que vivem, trabalham, estudam e visitam a freguesia a que presido. Desta responsabilidade, não me demitirei e lutaremos com todas as nossas forças para que, neste caso, em concreto, prevaleça o interesse geral da população. Porque a política só faz sentido se for com verdade, não abdicaremos de exigir que a Câmara Municipal de Lisboa

assuma o compromisso de manter a 31ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública na Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- É minha responsabilidade, é nossa responsabilidade, defendermos aqueles que em nós confiam, para bem da freguesia e para bem da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, colocou a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção e pela sua manifestação de preocupação relativamente ao encerramento das esquadras de polícia, e pela manifestação de preocupação de um policiamento de proximidade é, aliás, uma preocupação como citou, e bem, que o Partido Socialista vem defendendo desde o início do mandato, situação que, aliás, aqui, citou, o Partido Socialista, desde 2014, que tem assumido posições públicas relativamente à manutenção das esquadras abertas na Cidade de Lisboa, aliás, 2013 e 2014. -----

----- Agora, há um esclarecimento que era importante. Nós termos aqui, Senhor Presidente. O Senhor Presidente referiu na sua intervenção que em outubro de 2016, os seus fregueses requereram à Ministra da Administração Interna uma reunião e que, ainda, não obtiveram resposta. A questão é o que é que foi feito? O Senhor Presidente diz que foi eleito em 2013, e que a situação já perdura a algum tempo. Mas Senhor Presidente, eu não o ouvi dizer o que é que o Senhor Presidente fez em 2013, em 2014, em 2015, mas esperou por 2016, para tomar alguma medida. Senhor Presidente, certamente, que não foi por estarmos à beira das eleições autárquicas, não foi porque o Governo mudou, e passou a ser um Governo do Partido Socialista, não esteve à espera que o governo do seu partido deixasse de estar em funções, não esperou que fosse um governo do meu partido a estar em funções para colocar esta questão. Certamente, não foi isso que fez, Senhor Presidente. Porque como o Senhor Presidente disse, e muito bem, como nós, está preocupado com a situação do encerramento das esquadras, em toda a cidade, e não vale a pena estar preocupado Senhor Presidente da Estrela, nós também estamos preocupados com as esquadras da Estrela, de toda a Cidade de Lisboa. -----

----- Senhor Presidente, bem-vindo a esta causa, e a questão é o que é que o Senhor Presidente, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, fez em 2013, em 2014, em 2015, e bem-vindo à luta contra os encerramentos das esquadras na Cidade de Lisboa e a favor de uma segurança de proximidade para os lisboetas. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. É só.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, colocou a seguinte pergunta: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Muito obrigada Senhor Presidente das Avenidas Novas, da minha Junta de Freguesia. -----

----- Queria fazer-lhe uma pergunta porque ao que sei, posso estar errada, esta polícia das Avenidas Novas foi deslocada em duas direções, uma para o Palácio de Justiça e o

Palácio da Justiça é, objetivamente, perto das Avenidas Novas, e a outra, de facto, para a Penha de França que é, objetivamente, longe das Avenidas Novas, por um lado. Por outro lado, saber se, não percebi, pode ter sido falha minha, na sua intervenção, se negociou, diretamente, ou não, com o anterior Governo e com este Governo? -----

----- É tudo. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Porque a mobilização tem de se fazer, acho eu, antes das coisas, quase uma previsão, mas posso estar errada. -----

----- Agradeço que me responda às duas perguntas, até para eu própria saber da minha adesão a esta petição que me parece pós-facto consumado. Mas posso estar numa análise não privilegiada da questão.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, colocou a seguinte pergunta: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Em primeiro lugar, o PCP queria condenar esta política de encerramento de serviços públicos essenciais à população, condenar como temos feito ao longo deste mandato. Já fizemos duas moções nesta Assembleia Municipal, uma delas pelo menos foi chumbada pelo Partido Socialista e, portanto, queremos condenar e dizer que não nos revemos neste tipo de política que leva por diante um conjunto de encerramentos de serviços públicos que são fundamentais. -----

----- Continuaremos na luta das esquadras. Deixamos a nossa maior solidariedade aos moradores, a todos os que moram, residem, trabalham e estudam nas Avenidas Novas. -

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Deputado Daniel Gonçalves, estimado Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, desde já, e como sempre, e como sabe, estamos inteiramente disponíveis para, se assim o entender, promover uma reunião de trabalho com o Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública para lhe apresentar, concretamente, a questão da reorganização das esquadras no centro da cidade. -----

----- Nós sabemos bem que esta é uma matéria delicada e que tradicionalmente há tendências de procurar aprofundar o clima de insegurança, que não corresponde à realidade de Cidade de Lisboa, porque a Cidade de Lisboa é uma cidade segura, mérito da Polícia de Segurança Pública. Em termos europeus, nós somos, seguramente, das cidades mais seguras. -----

----- Se o Senhor Deputado quiser pedir a palavra, eu calo-me. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, assegurou: -----

----- “Senhor Vereador Carlos Castro, está no uso da palavra, faça o favor de prosseguir.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- E, portanto, não vamos entrar por campos que não tem sentido e, sinceramente nestas matérias da segurança, qualquer que seja o um âmbito da segurança, é uma matéria que merece, da nossa parte, sobretudo responsáveis políticos, objetividade e rigor. E o que está a acontecer na zona das Avenidas Novas, como o Senhor Presidente, e bem, é uma zona central da cidade, mas tal como qualquer outro local da cidade, merece a mesma atenção, em termos de segurança, que a sua freguesia. Há um cuidado em termos de segurança. E, portanto, o que está a acontecer por parte da Polícia de Segurança Pública é uma reorganização do dispositivo no centro, porque é uma coisa que nós sabemos é que nós temos a noção concreta que uma esquadra implica ter afetos catorze elementos da Polícia de Segurança Pública, e o que há, conforme nós aprovámos, aqui, há cerca de dois anos e meio, a lógica é libertar mais agentes para a rua, e é essa a nossa visão da Câmara Municipal de Lisboa, foi essa que foi esse o entendimento com o anterior Governo, e é esse o entendimento com este Governo. E, portanto, nós não mudámos de posição, continuamos a batalhar pela mesma situação, aliás, a propósito deste atual Governo, foi por iniciativa do Ministério da Administração Interna, e justiça seja feita sobretudo à Senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, que foi implementado, ou que vai ser implementado, dentro de pouco tempo, os contratos locais de segurança e nem de propósito um dos bairros abrangidos por esta política é o bairro de Santos na Freguesia das Avenidas Novas.-----

----- E, portanto, para aquilo que é central o que há é uma mudança para a Freguesia do Palácio de Justiça, como aqui já foi referido, que vai ter a capacidade de projeção para toda a área, ou para quase toda a área das Avenidas Novas e, portanto, o Senhor Presidente dirá, e percebo a questão mais, e permitam-me a expressão, mais bairrista não está no bairro, bem, está a meia dúzia de metros do bairro, da Freguesia das Avenidas Novas e há, por outro lado, uma nova esquadra em São Domingos de Benfica, que irá ter essa capacidade de projeção para a freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- E aquilo que, efetivamente, nos importa aqui, e que sempre importou à Câmara Municipal de Lisboa, é trabalhar em conjunto com as Juntas de Freguesia no sentido de procurar o aumento da segurança, e nós sabemos que há diversas perspetivas de aumentar esse aumento de segurança.-----

----- Nas sociedades mais evoluídas, tradicionalmente, o aumento de segurança significa não ter muitos polícias presentes na rua. Nós sabemos que, ainda, não estamos nesse patamar, mas estamos num patamar em que temos que ter a necessidade de ter efetivos policiais na rua projeto em segurança, e é isso que temos vindo a fazer com as várias Juntas de Freguesia, aliás, a propósito, aqui, da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, ainda, há poucos dias iniciámos o novo projeto de policiamento comunitário da Polícia Municipal de Lisboa, no bairro Padre Cruz, no sentido, também, naquela área da cidade, nós termos uma capacidade de projeção e aumento de segurança, sendo certo que, no caso do bairro Padre Cruz, nós temos, com o policiamento comunitário, uma outra

abrangência no trabalho que é feito, quer em conjunto com a Junta de Freguesia, quer pela própria sociedade civil do bairro. -----

----- Mas o que lhe quero dizer, Senhor Presidente, é que a segurança não está colocada em causa. O efetivo policial que está nas Avenidas Novas continua a ser o mesmo, neste momento, e aquilo que lhe posso garantir, se for esse o seu entendimento, é que procurarei, junto do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, providenciar uma reunião, tão breve quanto possível, para explicar com mais detalhe, eu não, mas os elementos da PSP, o trabalho que está a ser desenvolvido na Freguesia das Avenidas Novas, porque o objetivo, Senhor Presidente, é sempre, e é essa a posição da Câmara Municipal de Lisboa, aumentar o reforço da segurança, dar mais condições aos elementos da PSP para que possam, obviamente, trabalhar com mais, e melhores, condições na Cidade de Lisboa e, obviamente, que este dispositivo que nós estamos a defender, Câmara de Lisboa, não mudou em nada do anterior Governo, continuamos com a mesma política que tivemos com o Dr. Miguel Macedo, com a sucessora e com o atual Governo. -----

----- E, portanto, como sabe e, aliás, temos sido um caso muito especial no Bairro do Alto do Parque com quem vossa Excelência sabe muito bem, temos reunido de forma regular, quer com a Polícia de Segurança Pública, quer com a Polícia Municipal, nós estaremos sempre disponíveis, como Vossa Excelência sabe, para continuar a trabalhar, em conjunto, com a Junta de Freguesia das Avenidas Novas no sentido de aumentar, não só policiamento, como também outras matérias no âmbito da fiscalização da Polícia Municipal de Lisboa. -----

----- E, portanto, Senhor Presidente...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Eu peço desculpa de interromper, mas alerta para a questão regimental, a Câmara tem dez minutos para todo este debate das declarações políticas, portanto peço para gerir bem o seu tempo porque a Câmara poderá querer intervir noutras declarações políticas. É só uma questão de alerta, porque não há lugar, depois, a trocas de tempos.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Fica então, esta abertura se for esse o entendimento do Presidente, marcaremos com caráter de urgência, essa reunião com o Comando Metropolitano de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, afirmou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado tem, agora, quatro minutos para encerrar a sua declaração política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Daniel Gonçalves da Silva (PSD)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado do Partido Socialista, com todo o respeito que Vossa Excelência merece, eu quero-lhe dizer, apenas, uma coisa e nem lhe digo mais nada, francamente, nós acreditávamos na palavra do Senhor Vereador Manuel Salgado, em dois de dezembro de 2014, e se nós, a partir de agora deixarmos de acreditar nos

políticos, então meu amigo, a classe política não vale nada. Acreditámos, ele disse-o, está em ata, que a esquadra iria passar para o outro lado da rua e, a partir daí, então eu acreditei na palavra dele, não ia andar, todos os dias, no gabinete dele a bater-lhe à porta, portanto, para si é esta resposta, acredito, ainda hoje, na palavra dos políticos, mas não quero pensar que deixarei, um dia, de acreditar, com todo o respeito. -----

----- A resposta está dada. -----

----- Em relação, ali, à Senhora Deputada, quero-lhe dizer que, neste momento, a esquadra está em Penha de França. Correto? Está, está na Penha de França. A nossa esquadra está na Penha de França. Eu estou-lhe a dizer. Se quiser saber, está na Penha de França. Neste momento, se um morador da Freguesia das Avenidas Novas quiser apresentar uma queixa, vai à esquadra da Penha de França, pois foi para onde se mudou o efetivo todo. -----

----- Pronto, esta é a resposta que lhe posso dar. -----

----- Em relação, agora, ao Senhor Vereador, com todo o respeito e com toda a consideração que merece, porque é muita, sinceramente, quero dizer-lhe uma coisa, quando o senhor me falou que a esquadra, portanto, ali de São Domingos de Benfica, também, ia dar um, enfim, um determinado auxílio quer dizer que, finalmente, e fico tão contente por a esquadra de produção diz Benfica ter uma esquadra, porque foi uma luta que o meu filho, quando foi Presidente da Junta teve e, felizmente, conseguiu, exatamente, neste momento, São Domingos ter uma esquadra. Não há dúvida nenhuma que, para mim, é um orgulho a luta que o meu filho teve, enquanto foi Presidente da Junta de São Domingos de Benfica aí está uma esquadra. -----

----- Agora quero dizer a Vossa Excelência com todo o respeito, e vamos reunir, mas dizer-lhe, francamente, que toda a freguesia tem uma dimensão enorme e, por aquilo que eu mencionei, é uma freguesia com muita coisa dentro, em que nós temos, obrigatoriamente, de criar segurança e lamento profundamente, mas vou ter uma reunião consigo, vamos marcar, mas eu vou até ao fim, quero-lhe dizer com toda a franqueza, para lutar por uma esquadra dentro da nossa freguesia, porque o Bairro de Santos é um bairro, como Vossa Excelência falou há bocado, que irá ter mais policiamento. Eu, até agora, ainda não vi, mas irá ter. -----

----- Entretanto, temos uma freguesia, toda ela até, portanto, vai até ao Arco Cego, vai até ao Marquês de Pombal, portanto, do outro lado, até à Caixa Geral de Depósitos, até às Forças Armadas, é uma freguesia enorme, e eu julgo, julgo não, tenho a certeza merece, não merecia, merece ter uma esquadra e, permita-me que lhe diga, vou lutar até às últimas consequências para ter uma esquadra na Junta de Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Terminámos esta declaração política, e vamos passar à declaração política seguinte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, nesta primeira sessão de declarações políticas de 2017, entendeu trazer a esta câmara um momento de grande dinamismo que a nossa cidade, a economia da nossa cidade, atravessa, focando-me, hoje, nas áreas do empreendedorismo e da inovação.-----

----- Este dinamismo tem vindo a colocar a nossa cidade no mapa do conhecimento e da inovação com um crescente destaque entre as suas congéneres europeia e mesmo, numa escala global.-----

----- Gostaria de frisar e de sublinhar que este destaque e esta relevância, não podem ser desligados das opções políticas da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de oferecer incentivos e soluções que permitem a qualquer empreendedor criar, gerir, expandir a sua empresa a partir de Lisboa. Exemplo destas opções de políticas públicas são, desde logo, as quinze incubadoras de empresas, a larga maioria das quais, com intervenção direta da Câmara, das quais se destacam a Startup de Lisboa que tem, atualmente, três espaços de incubação na cidade, e uma residência para empreendedores, e que constitui, hoje, uma referência em Portugal e na Europa. -----

----- Os vários programas de aceleração de empresas, dois dos quais de âmbito internacional, nos quais Lisboa, e a Câmara, são parceiras. O Centro de Inovação da Mouraria, a primeira incubadora criativa de Lisboa, que constitui um sinal inequívoco da aposta, desta maioria, na economia criativa. A *Labs* de Lisboa uma incubadora que resulta de uma pareceria da Câmara Municipal de Lisboa com o ISCTE. O *Smart Open Lisboa*, onde a Câmara é parceira e fundadora, e que permite que as empresas e Startup’s desenvolvam soluções para desafios concretos e os testem na própria cidade. O *Lisbon Challenge*, onde a Câmara é parceira, desde a primeira hora, e da primeira edição, e que oferece às empresas vencedoras um espaço para a sua instalação, em Lisboa. O *Building Global Innovators* um programa do ISCTE com o apoio do MIT Portugal. Cinco Fab Labs, quarenta espaços de co-working.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Esta dinâmica que tem sido objeto de um amplo reconhecimento internacional traduzido no prémio *European Interpanicheap*, atribuído pelo Comité de Regiões, e na realização, em 2016, e nos próximos três anos da chamada Web Summit, tem uma expressão concreta e da maior importância para a cidade em matéria de criação de emprego. Os dados relativos a agosto de 2016, davam conta de três mil e duzentos postos de trabalho afetos a quatrocentos e setenta e cinco Startup’s, alojadas nas incubadoras e aceleradoras de empresas.-----

----- Trata-se, pois, para o Grupo Municipal do Partido Socialista de uma realidade muito satisfatória para a cidade e para os lisboetas, mas temos a noção de que nela não se esgota a economia e a realidade da cidade, longe disso. E é, precisamente, por isso, que gostaria, aqui, de me referir a outro acontecimento que teve lugar já este ano, e pelo qual quero felicitar vivamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o executivo, e que foi a assinatura pela Câmara e pelo Instituto Português de

Oncologia de um protocolo de parceria para a construção de um novo edifício, pelo IPO, na Praça de Espanha. Trata-se de o maior investimento do Serviço Nacional de Saúde, na cidade, nas últimas três décadas, que permitirá aumentar de seis mil para sete mil e quinhentos o número de doentes atendidos nesta instituição de referência, que possibilitará., ainda, que 90% que os tratamentos passem a ser feitos nesta nova edificação, com ganhos assinaláveis de conforto e de segurança para os doentes e para os profissionais de saúde.-----

----- Longe vão os tempos, felizmente para Lisboa, em que a Cidade de Lisboa na gestão de PSD/CDS-PP, assistia resignada à saída desta instituição da cidade, e que, agora, com a sua permanência e com a sua expansão, constituirá um instrumento central na valorização e dinamização da Praça de Espanha, e da zona envolvente, catalisador de uma profunda intervenção naquela área.-----

----- Neste início de ano, Senhora Presidente, último ano do mandato do PS mais à frente dos destinos da cidade, não faltam, pois, iniciativas protagonizadas pela Câmara Municipal de Lisboa que poderiam, aqui, ser referidas e que confirmam o bom momento que a cidade atravessa e que, confio profundamente, terá o justo reconhecimento dos lisboetas no momento próprio.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Penso que não há nenhum Deputado inscrito para lhe colocar questões, sendo assim, vamos passar à declaração política seguinte.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Os Verdes trazem hoje dois temas nesta sessão de declarações políticas.-----

----- O primeiro tema é a Central Nuclear de Almaraz porque, face ao desenrolar dos acontecimentos dos últimos dias, a Assembleia Municipal de Lisboa deve pronunciar-se sobre esta questão.-----

----- Sobre Almaraz já conhecemos um conjunto de aspetos, mas tendo presente o risco iminente não é demais lembrar:-----

----- A Central Nuclear de Almaraz está em funcionamento desde o início dos anos 80 e o seu período de vida útil terminou em 2010. Impunha-se, sem qualquer reserva, o seu encerramento e o seu desmantelamento, mas o Governo espanhol tem vindo a prolongar esse prazo, alargando a licença de atividade por mais 10 anos, ou seja, até 2020.-----

----- Esta é a central mais antiga de Espanha, encontra-se completamente obsoleta e tem registado vários incidentes. Logo, quanto mais tempo trabalhar, maior é a probabilidade de registar mais incidentes e cada vez mais graves.-----

----- Esta Central Nuclear está instalada a apenas 100 km da fronteira com Portugal e utiliza as águas do rio Tejo para o seu sistema de refrigeração. Por isso, Portugal não pode, em circunstância alguma, ser ignorado no que diz respeito a assuntos sobre Almaraz.-----

----- Que ninguém tenha dúvidas que em caso de acidente, os impactos radioativos alastrariam ao território português e, em particular, ao rio Tejo e, conseqüentemente, a todas as zonas abrangidas por este rio. -----

----- Contrariando o que seria mais lógico, correto e seguro, além do Governo espanhol não encerrar Almaraz, anunciou ainda a construção de uma central de armazenamento de resíduos nucleares, pretendendo prolongar a atividade desta central, o que é inaceitável em vários planos. -----

----- Sobre isto, o Governo português não foi tido nem achado. -----

----- Para Os Verdes era impensável que Portugal não pudesse ter nada a dizer. E não se trata de sermos meramente informados, trata-se de termos uma efetiva participação num processo decisório e dizermos claramente Não ao Nuclear. -----

----- Entretanto, houve uma reunião entre os dois Governos e o resultado é que não houve entendimento. O Governo espanhol está decidido a avançar com a construção desse armazém. Na sequência desta decisão, o Governo português avançou, e bem, com uma queixa a Bruxelas. -----

----- É nossa obrigação alertar que estamos perante um risco iminente e, para Os Verdes, esta é uma matéria para a qual todos temos de estar mobilizados e manifestar a nossa total oposição à construção deste armazém e lutar pelo encerramento de Almaraz. -----

----- Todos os cidadãos e todos os autarcas podem e devem manifestar-se relativamente a esta questão. A única garantia de que nada virá a acontecer é encerrar e desmantelar a Central Nuclear de Almaraz. Logo, a construção de uma central de armazenamento de resíduos nucleares é completamente inadmissível. -----

----- Os Verdes, que há mais de 30 anos persistem nesta luta, continuarão incansavelmente empenhados pelo fim da energia nuclear e pelo encerramento em concreto da Central Nuclear de Almaraz. -----

----- O segundo tema que Os Verdes trazem nesta sessão de declarações políticas é um tema que nos tem merecido muita preocupação: os solos contaminados no Parque das Nações. Assunto que também nos foi trazido hoje pelos moradores nesta zona da cidade. -----

----- Na sequência das obras de construção do parque de estacionamento subterrâneo do Hospital da CUF Descobertas, nos terrenos onde já funcionou a Refinaria de Cabo Ruivo, é possível sentir um cheiro químico intenso no ar devido à remoção dos solos poluídos pela antiga refinaria. -----

----- Os Verdes, assim que souberam desta situação, em Novembro do ano passado, deslocaram-se ao local e fizeram de imediato uma pergunta ao Ministério do Ambiente. Depois disso, voltámos a deslocar-nos várias vezes à obra e o cheiro permanece. -----

----- Ao mesmo tempo, e uma vez que é uma situação que pode pôr em risco a saúde das pessoas e o ambiente, ainda em Novembro, entregámos também um requerimento à Câmara Municipal de Lisboa. Entendemos que as populações têm o direito de saber o que se passa, se correm riscos e o que está a ser feito. -----

----- Apesar de já ter sido ultrapassado o prazo regimental para o executivo nos responder, até ao momento não recebemos nenhuma resposta. Nos últimos dias temos recebido vários contactos por parte dos moradores por recearem estarem diariamente na presença de resíduos tóxicos. Também a este propósito neste último Domingo houve uma manifestação dos moradores do Parque da Nações porque o cheiro tem-se acentuado na intensidade e no número de horas e dias em que se sente. -----

----- Este cheiro pode dever-se à presença de hidrocarbonetos, mais especificamente de benzeno. Segundo a opinião de especialistas, é disto que se trata.-----

----- Estes solos, ao serem remexidos, libertam resíduos para a atmosfera, constituindo um perigo para a saúde pública, situação que é agravada pelo facto de se situar próximo de um hospital, local que concentra um grande número de pessoas. Além disso, há um conjunto de outros equipamentos nas proximidades como escolas, creches e é uma zona residencial, sem esquecer obviamente os trabalhadores da obra que há meses estão em contacto direto com os solos. -----

----- Convém salientar que os hidrocarbonetos, em contacto com o ar, podem levar à inalação de gases tóxicos, o que, por sua vez, pode causar náuseas, doenças respiratórias e, em situações mais graves, até cancro.-----

----- A situação até aqui já é grave, mas há mais. -----

----- As análises aos solos apontavam, em Setembro, para a presença destes resíduos. Aliás, o Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER) já tinha lançado um alerta sobre a elevada concentração de hidrocarbonetos no referido terreno. No entanto, a CUF afirma que só detetou resíduos perigosos em Outubro. -----

----- Acontece que esse centro só foi contratado em Novembro para retirar os solos contaminados com resíduos perigosos. -----

----- Perante tudo isto, para Os Verdes é preciso garantir que todos os procedimentos estão a ser rigorosamente cumpridos, para evitar consequências nocivas para a saúde das populações e para o ambiente. -----

----- Soubemos entretanto que responsáveis da empresa detentora do hospital terão esclarecido num comunicado que lamentam “o incómodo que tal possa causar, mas estamos seguros que estão a ser cumpridos os requisitos legais e regulamentares neste domínio”.-----

----- Ora, isto não chega! Estamos a falar de riscos para a saúde das pessoas e estamos a falar de riscos ambientais!-----

----- E por isso mesmo não poderíamos deixar de trazer aqui este assunto.-----

----- Para Os Verdes e face à gravidade de toda esta situação, é fundamental que a Câmara possa garantir à população de Lisboa que não houve falhas neste processo que ponham em causa a saúde pública e o meio ambiente. -----

----- E é exatamente isso que esperamos que aconteça. Pode a autarquia dar-nos essa garantia?-----

----- É imperioso que a CML nos esclareça sobre várias questões:-----

----- - A Câmara já tinha conhecimento desta situação? E tomou algumas diligências no sentido de acompanhar esta situação e se sim, que diligências foram essas? -----

----- - Precisamos também de saber se estão a ser devidamente cumpridos todos os procedimentos legais e se, ao longo de toda a obra até ao dia de hoje, foi feito o devido encaminhamento de resíduos perigosos para o local apropriado? -----

----- - É por isso fundamental sabermos: se os solos contaminados apenas foram para o CIRVER a partir de Novembro, para onde foram os solos retirados nos meses anteriores e que tratamento lhes foi dado? -----

----- Os Verdes também consideram essencial que nos façam chegar, quanto antes, o resultado das análises de avaliação dos solos, quanto à sua classificação, contaminação e perigosidade. -----

----- Para Os Verdes este não é um assunto apenas da responsabilidade do Ministério do Ambiente. É urgente que a CML dê informações aos deputados municipais, mas também aos moradores e aos trabalhadores, sobre o que realmente se passa nesta obra e o que pensa fazer. Por exemplo, está prevista a suspensão da obra? -----

----- O objetivo desta nossa declaração política é precisamente trazeremos a esta Assembleia um tema que nos tem preocupado, que temos acompanhado tanto a nível da Assembleia da República como aqui na AML, e não descansaremos enquanto toda esta situação não for devidamente esclarecida e resolvida. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Deputada Cláudia Madeira foi com Foi com apreço que ouvi a sua intervenção e a sua preocupação, atendendo a que também, já tinha conhecimento que o Partido OS Verdes, foi o único partido que mostrou preocupação perante a situação que se encontra, atualmente, no Parque das Nações. -----

----- Efetivamente há uma grande preocupação a nível nacional, que tem a haver coma Central e com a contaminação das águas e dos solos, motivado pela Central de Almaraz. -----

----- Contudo pretendo saber qual a orientação, qual a preocupação dos Verdes, no sentido dos solos contaminados da antiga refinaria ou gasometria do Parque das Nações, onde neste momento está a ser, a ampliação do Hospital da CUF Descobertas; Sabe ou já chegou ao V/ conhecimento, no âmbito das perguntas que fez à Câmara ou ao Governo, aqueles terrenos tiveram, como área expectante durante anos, se já terminou esse período, que foi previsto após o Parque Expo, foram 20 até serem considerados descontaminados a 12 metros abaixo do solo. -----

----- Se bem que, também manifesto aqui perante esta Assembleia, o meu descontentamento perante a atitude do Senhor Presidente da freguesia do Parque das Nações, que ontem quando lhe foi levantada a questão, chamou uma palhaçada à concentração de residentes, nos quais eu me incluía, porque moro precisamente em frente a essa área. -----

----- E a única preocupação que demonstrou foi que os nossos andares iriam ser desvalorizados. -----

----- O que é que me preocupa a mim, é o valor do meu andar ser desvalorizado ou preocupa a saúde pública. Eu já com alguma certa idade, mas de crianças, bebés que residem no meu bloco. Esta é a preocupação. -----

----- Realmente são com políticos destes que nós estamos a ser geridos. -----

----- E neste caso, foi-me feita, diretamente, a mim, ontem, cerca das 19 horas, por este Senhor Presidente da freguesia do Parque das Nações. -----

----- Chamar uma palhaçada a uma concentração de residentes, sem nenhuma conotação política é realmente de bradar aos Céus. -----

----- Posto isto, Senhora Deputada, o que eu pretendo que me responda é se tiver conhecimento, sendo os Verdes o partido que tem estado atentos, e que muito apreciamos enquanto residentes e enquanto deputada desta assembleia, quais as démarches que vão fazer, e qual a orientação que nos podem dar, a nós residentes, e eu enquanto residente e fazendo parte de uma força política não deixarei de acompanhar todos os vossos esforços, neste sentido.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Não havendo mais inscrições para colocar questões, dou a palavra à Senhora Deputada Cláudia Madeira para encerrar a declaração política.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, conclui a sua declaração política, respondendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu iria responder à questão que foi colocada, mas eu não posso encerrar o debate a esta parte da declaração política, porque nós colocámos questões concretas à Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vice-presidente ausentou-se a meio da nossa intervenção, eu não vou encerrar, obviamente, este debate sem ter esclarecimentos da Câmara. Posso, quanto muito, responder à questão que me foi colocada, agora encerrar, eu não encerro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, está no seu direito em não responder, mas nós não podemos obrigar a Câmara a responder, ou a intervir. A Câmara não se inscreveu, mas eu já alertei o Senhor Vice-presidente desde o princípio desta sessão que a Câmara tem de estar presente para poder intervir nas questões que são suscitadas. Não depende de mim, agora, garantir isso, a Senhora Deputada, se quiser, podemos aguardar um pouco para saber se a Câmara vai responder, mas se ninguém dos presentes, membros da Câmara estiver em condições de responder, a Senhora Deputada tira as conclusões que quiser.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Eu gostava de saber por parte do Executivo Camarário se vai haver, ou não, nesta sessão de declarações políticas, uma resposta por parte do Executivo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:---

----- “Senhora Deputada, certo. Nós, eu e a Mesa, não temos condições para responder a essa pergunta. A pergunta está colocada. Pergunto à bancada da Câmara se alguém

responde a esta pergunta, neste momento? Não tenho sinalização nenhuma. A Senhora Deputada tire as conclusões que entender.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “De qualquer forma, agradeço a intervenção da Senhora Deputada a Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Relativamente a esta questão dos solos contaminados do terreno onde está a ser construído o parque de estacionamento do Hospital da CUF Descobertas, em relação à questão que nos colocou, a resposta da Câmara até ao momento, não obtivemos, foi isso que eu disse na intervenção, apesar de já ter passado o prazo regimental para a Câmara nos responder mas, até ao momento de hoje, não temos qualquer resposta, razão pela qual, também, optámos por fazer declaração política, hoje, sobre este tema.--

----- Sobre o período que aquela área poderia estar expectante, ou não, não temos, também, resposta a essa questão, aliás, seria uma das questões que, também, gostaríamos de ver esclarecidas, hoje, ao longo deste debate, mas não foi possível. -----

----- Entretanto, o Ministério do Ambiente enviou-nos a resposta, tudo leva a entender que estamos perante os solos contaminados, perante resíduos tóxicos, no entanto, há um conjunto de elementos que foram solicitados, e estudos que foram solicitados, pelos Verdes, que se encontram ainda em análise, razão pela qual continuaremos a acompanhar este assunto, tanto a nível da Assembleia da República, como a nível da Assembleia Municipal. E não obstante o facto de concordámos com a proposta, aliás, também, teríamos essa proposta para fazer, deste assunto ser acompanhado pela 3ª e 4ª Comissões, mesmo assim, de qualquer forma, achámos que era importante anteciparmos e termos uma resposta que descansasse os moradores e os trabalhadores, dali da obra e da zona, mas não nos foi possível obter um esclarecimento por parte da Câmara, os Verdes anunciam que pretendem agendar um debate de atualidade para a próxima terça-feira, portanto, para a próxima sessão, exatamente, sobre este tema, no sentido de tentarmos obter esclarecimentos às questões que trouxemos, hoje, e que não foi possível, portanto, de imediato, faremos chegar um ofício à Mesa com o agendamento do debate de atualidade, ao abrigo do artigo 49º do Regimento.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- A Mesa regista o vosso pedido, e se o poderem formalizar por escrito, eu agradecia, para podermos fazer o agendamento, devidamente, nos termos regimentais. -

----- E vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos e a todas. -----

----- O Bloco de Esquerda traz uma recomendação e uma moção a estas declarações políticas. A recomendação é sobre Almaraz, a central nuclear a 100 quilómetros da nossa fronteira, existem outros dois documentos a votação, esta tarde, do MPT e dos Verdes sobre o mesmo tema. -----

----- O BE quer sublinhar um tema que já aqui trouxe uma vez, que é particularmente importante para a capital do país, para Lisboa, e para toda a zona abrangida na periferia, na proximidade da central nuclear. -----

----- Como, aqui, já foi dito, o primeiro reator daquela central nuclear é de 1981, estava previsto o seu fim de vida para 2010, o governo do Estado espanhol decidiu prolongar até 2020, sem quaisquer garantias de segurança. -----

----- A organização ambientalista internacional Greenpeace já fez um relatório em que declarou aquela central como não sendo segura. -----

----- Os inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado espanhol já registaram, também, que o sistema de refrigeração não dá quaisquer garantias, e que há um sério risco de segurança. Portanto, estamos na proximidade de uma bomba-relógio, uma bomba relógio nuclear, e a capital portuguesa seria a capital europeia mais afetada, em caso de acidente, naquela central. -----

----- Soubemos há poucos dias, há poucas semanas, que o Governo espanhol se preparou, se prepara, para licenciar a construção do armazém de resíduos nucleares na Central de Almaraz e sabemos, também, que violou a regra europeia do estudo de impacte ambiental transfronteiriço. O Governo português, e bem, apresentou ontem, em Bruxelas, um protesto relativamente a isto e, portanto, é necessário avançar com medidas cautelares para evitar a construção deste aterro, deste armazém de resíduos nucleares. Naturalmente, que a cidade de Lisboa deve pronunciar-se sobre isto, um incidente, ou um acidente, nuclear, em Almaraz, teria consequências gravíssimas e irreversíveis para toda a população, e biodiversidade abrangida pelo Tejo e pelos ventos predominantes, naquela zona. -----

----- Em segundo lugar, apresentámos um documento relativamente aos transportes, relativamente à reestruturação do setor empresarial local sobre mobilidade, em particular sobre a Carris. Estamos a duas semanas da integração da Carris no município, dia um de fevereiro acontecerá esse momento, de alguma forma, simbólico e histórico para a cidade, e temos muito por fazer. -----

----- O Estado em que o Governo PSD/CDS-PP deixaram as empresas de transportes em Lisboa, é absolutamente lamentável e de difícil recuperação. Sabemos que aumentou, significativamente, os preços dos transportes, reduziu ao mesmo tempo, o financiamento com cortes cegos, nestas empresas, com o objetivo claro de privatizar, de entrega de concessão a privados, destas empresas. E o resultado foi catastrófico, foi aquele que vemos quem se quer movimentar em Lisboa e, portanto, há uma degradação brutal do serviço público e temos o resultado final de menos cem milhões de passageiros na cidade de Lisboa. -----

----- As consequências abrangem, também, a questão da manutenção e, portanto, questões de segurança para quem anda nos transportes públicos em Lisboa, a redução do número de trabalhadores tem, também, consequências ao nível do serviço prestado e, portanto, o serviço público de mobilidade, em Lisboa, está posto em causa. E, portanto, é preciso arrumar a Carris, é preciso organizar esta empresa e é por isso que apresentamos esta moção. -----

----- Sabemos que a Carris tem participação em outras empresas, nomeadamente, a Carris Bus que trata da manutenção e reparação de equipamentos, a Publicarris que trata da publicidade nestes equipamentos e nestes autocarros, e a Carris Tour que tem, sobretudo, uma atividade ligada ao turismo.-----

----- Entendemos que esta multiplicação de estruturas e de conselhos de administração não é benéfica para a gestão clara, pública, do município, e entendemos que deve ser mais eficiente e devem ser salvaguardados os direitos dos trabalhadores destas empresas. E, por isso, propomos uma recomendação que tem, sobretudo o objetivo que a Câmara Municipal de Lisboa estude e desenvolva uma análise profunda sobre este setor empresarial local de Lisboa, na área dos transportes e, portanto, consiga apresentar uma proposta a esta assembleia que vise uma maior eficiência e, também, a salvaguarda dos trabalhadores.-----

----- Em conversa, há pouco, com o Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva, que saudamos o seu regresso a esta Assembleia, muita falta nos faz em todos os temas, mas, em particular, no da mobilidade, acrescentou sempre muito, e julgo que vai continuar a acrescentar, e acrescentou, também, nesta recomendação. Refere, e bem, no nosso entender, que as duas empresas onde a Carris tem uma participação que não é de 100% e que é minoritária na OPT que faz a autorização e o planeamento dos transportes, e OTLIS que trata da gestão comum da intermodalidade da bilhética e, portanto, nesta empresa, nestas empresas, a Carris não é a totalitária da totalidade, passe a redundância, da participação, e portanto sair destas empresas é mais prejudicial do que benéfico, porque deixava-nos isolados perante o problema da otimização das redes e, portanto, perante a gestão da bilhética. E, portanto, propomos nesta parte deliberativa, entregaremos por escrito mas, basicamente, diremos que recomendaremos a eliminação deste setor empresarial local secundário criado pela aquisição da Carris, nomeadamente, as empresas detidas a 100%, obtendo eficiência e salvaguardando os direitos dos trabalhadores. Faremos esta ligeira alteração, mas que é significativa e é importante, e entregaremos na Mesa, já de seguida.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage pediu a palavra para colocar uma questão. Faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Senhor Deputado Ricardo Robles, Senhores Deputados do BE, relativamente a esta recomendação, precisamente a **Recomendação nº 2/130**, da reestruturação do setor empresarial local, dedicada à mobilidade, é com estranheza que nós possamos acompanhar uma recomendação que pretende repensar, que pretenda estudar, que pretenda analisar o mercado, o setor empresarial local, mas que nos considerandos desta recomendação, já tenha as conclusões desse pensamento, e desse estudo que é acabar com a EMEL. É estranho que Vossas Excelências retirem uma conclusão antes de qualquer estudo, que propõem, que diga que há que acabar com a EMEL, e que há,

necessariamente, um ganho de eficiência com a redução do número de administradores da Carris, quando sabem, Vossas Excelências, ou pelo menos deveriam saber, ou aliás, o Partido Socialista já aqui disse, várias vezes, que muitas vezes o BE apresenta documentos, nesta Assembleia, como verdades absolutas que não o são. E este é mais um deles.-----

----- Senhor Deputado, o Conselho de Administração da Carris é composto por administradores das empresas participadas da Carris e, portanto, os administradores da Carris são, no fundo, os administradores das empresas que são as empresas participadas e, portanto, administrador da Carris Tour, da Carris Bus, da Publicarris, da OPT, da OTLIS são eles próprios administradores das duas empresas e, portanto, representam uma poupança de zero e, portanto, e como o Senhor Deputado veio aqui agora dizer, não podemos, na verdade, alienar nem deixar de estar nesses conselhos de administração, porque não são totalitárias as posições do município. -----

----- E portanto, Senhor Deputado, o que isto nos revela, e esta alteração que propôs à Câmara na redação da recomendação que, aqui, apresenta só vem dar mais convicção, a isto que lhe transmito e é esta a posição do Partido Socialista, não é por nós querermos por, neste caso, o autocarro à frente do motor, para não dizer a carroça à frente dos bois, que nós conseguimos obter resultados mais favoráveis e ganhos de eficiência. Vamos estudar, vamos pensar, mas Senhor Deputado, o Senhor refere que não quer afetar os trabalhadores, nós também não. Deixe que a Carris chegue à esfera municipal, deixe ver como é que vem a empresa, deixe que haja estabilidade para toda a empresa vir para o setor do município, deixe ver como é que ela chega, e em que estado é que ela vem, e façamos, então, esse estudo, façamos essa análise e então aí sim, teremos conclusões. Agora, percebamos que uma coisa é a EMEL, outra coisa é a Carris. Agora, tirarmos conclusões antes de fazer um estudo, Senhor Deputado, estas verdades absolutas que o Bloco de Esquerda apresenta a esta Assembleia, sistematicamente, tem de começar a ser um bocadinho mais bem preparadas, porque não chega um discurso bonito e demagógico, e de poupança, de eficiência, de ganhos, de eficiência, de poupança, porque isso não possa de demagogia e de populismo que, na verdade, se vem a revelar que não traduz, absolutamente, vantagem nenhuma para o município. -----

----- O que nós temos de fazer, isso sim, estamos todos de acordo, nós estamos de acordo é estudar, é preciso ver como é que chega à empresa, de facto, pode não vir em bom estado, não deve vir, certamente, nas melhores condições, vamos estudar, vamos analisar, se necessário, reestruturar, mas, primeiro, ver como é que ela chega. Agora, partirmos do princípio com preconceito de que há que reduzir, há que cortar, isso já fizeram antes de nós e o resultado foi aquele que se viu. Vamos, primeiro, perceber qual é o ponto de situação e depois, então, decidir porque, depressa e bem, não há quem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Caros Colegas.” -----

----- Nós temos muita pena, os Cidadãos Por Lisboa, de que o BE não tenha aceite a proposta que nós tínhamos feito relativamente a esta recomendação, que dizia fundamentalmente a seguinte: em vez de dizer, eliminando, bom, eu passo a ler, aquilo que nós propúnhamos era o seguinte: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que desenvolva o estudo e apresente a respetiva proposta sobre a reestruturação do setor empresarial local de Lisboa na área dos transportes e mobilidade, repensando o setor empresarial local secundário, criado pela aquisição da Carris, depois, se quisessem, podiam pôr obtendo eficiência e salvaguardando os direitos dos trabalhadores, porque em relação à administração, já se viu que havia aqui, algum engano. E porque é que nós dizemos isto? Porque, de facto, é óbvio que com a entrada da Carris na Câmara Municipal de Lisboa, e eu não quero deixar de salientar um facto que me parece que é relevante. Muitas vezes, nós vemos pessoas que passaram pelas Câmaras Municipais que, depois, quando desempenham lugares ao nível do Governo Central, esquecem aquilo que penaram e aquilo que defenderam quando foram autarcas. E é com bastante satisfação que vi que o nosso Primeiro-ministro, Dr. António Costa, não se esqueceu daquilo que foi a nossa luta, no mandato anterior, para que a Carris viesse para a Câmara Municipal de Lisboa, e uma das primeiras medidas que tomou, quando foi Governo, foi exatamente reverter aquele sistema e aquela situação, absolutamente, aberrante que tinha sido criada no anterior Governo, para que os municípios, à semelhança do que acontece na maior parte dos países europeus, passasse a ter um papel ativo, extremamente, forte na gestão do sistema de transportes coletivos, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. -----

----- É importante referir isto porque, muitas vezes, estas coisas passam despercebidas e é com bastante agrado que a gente vê que pessoas que passaram pelo campo das autarquias não se esqueceram quando tiveram o poder para poder resolver problemas, nesta matéria, o tenham aproveitado e, sobretudo, aproveitaram em tão curto espaço de tempo. -----

----- E por que é que é importante isto aqui?-----

----- Porque é óbvio que nós passámos a ter a capacidade de intervir em todo o sistema da mobilidade, a única peça que falta, que está a faltar, é o sistema de bicicletas partilhadas como elemento de interligação entre vários modos de transporte e, sobretudo, para a curta distância, mas à exceção disso, a Câmara Municipal de Lisboa passou a estar dotada de todos os elementos fundamentais para desenvolver uma política de mobilidade mais amiga do ambiente, socialmente mais responsável e mais inclusiva e, por outro lado, melhor articulada com a política urbana e com a gestão do espaço público. E eu acho que isso é extremamente importante, é uma oportunidade única que nós não podemos perder. E para não a perdermos, e perder significa, também, fazer asneiras com a pressa, para não a perdermos, é preciso estudar bem como é que isto se vai fazer, como é que nós vamos articular, qual é o papel que a EMEL como uma empresa de mobilidade e de estacionamento de Lisboa vai ter nisto, qual é a melhor figurino para articular estas várias componentes que vão desde os automóveis partilhados, que é a Carris Bus, que já hoje existe, e a Carris Tour, até

inclusivamente, à oferta de circuitos turísticos, através da Carris Tour. E por que é que eu digo isso? Porque um dos aspetos importantes que uma empresa municipal pode ter, nesta matéria, é disciplinar aquilo que se passa, e servir de exemplo àquilo que se passa no mercado que é extremamente importante, mas que está a causar problemas graves na Cidade de Lisboa por causa do grande acréscimo turismo que ela teve nos últimos tempos. E até por isso, é importante que esta empresa municipal venha, ou esta entidade municipal, venha a ter um papel importante aí. E, por isso, parece-nos que é extemporâneo estar já a dizer qual é o modelo futuro, aquilo que me parece que é absolutamente, essencial é a primeira parte desta recomendação, é que a Câmara, ao contrário do que passou, do que se verificou no passado, quando esteve a discutir a integração da Carris no Município de Lisboa, disponibilize os relatórios, disponibilize os estudos e faça este trabalho em conjunto com a Assembleia Municipal de Lisboa, e em relação a isso, estamos a 100% de acordo. -----

----- Agora, estar já a dizer e, ainda por cima, com afirmações que não correspondem, exatamente, àquilo que se passa na realidade, estar já a dizer qual é o modelo e porque é que se aponta a eliminação, é estar a cortar hipóteses que estão longe de estar exploradas, e que podem, e devem, ser exploradas no sentido que, estou certo, que todos nós estaríamos de acordo em promover. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Dizer apenas que não considerámos retirar a proposta, ou alterá-la, conforme foi mencionado pelo Deputado Nunes da Silva, porque, exatamente, percebemos o argumento relativamente à bilhética e ao planeamento e gestão das redes, mas relativamente à Carris Tour e à manutenção, em particular, temos uma posição, não é fechada, mas que é de uma grande convicção é de que a manutenção pode ser feita com os serviços da Carris, tal como foi historicamente, e que foi, consecutivamente, desmantelada com recurso a *outsourcing*, e mal, e relativamente à Carris Tour sobre o turismo, sublinhando, exatamente, o que foi dito pelo Deputado Nunes da Silva, não faz sentido que numa cidade como Lisboa com cada vez mais carga turística e com cada vez mais operadores na área da mobilidade e do turismo, que a Carris Tour seja uma empresa autónoma que sobre a qual o município pouco pode fazer e, portanto, não desligada da lógica de mobilidade da Carris, em Lisboa. E, portanto, temos convicções sobre isso e, portanto, colocamo-las, aqui, na parte deliberativa. -----

----- Relativamente ao Deputado Lage, queria-lhe relembrar o que disse, aqui, em tempos, António Costa sobre os votos que, aqui, fazemos. Ele disse-nos que a parte deliberativa era para votar, e que a parte de considerandos era para irritar. Mais uma vez, os considerandos fizeram o seu efeito, lamento que assim tenha sido porque os considerandos não são a parte que se vota, é a parte deliberativa. Mas não fique irritado, a posição do Bloco sobre a EMEL é muito clara, achamos que não faz sentido, a política de mobilidade tem de estar politicamente sobre a alçada do

município e não numa empresa municipal, mas não é isso que vai votar pelo que não vale a pena ficar irritado. -----

----- O que é lamentável é a sua posição e que se reflete também na gestão do município, que é deixe ver o que aí vem, e no dia um de fevereiro, logo pensamos nos problemas. O problema é que isso já está a gerar o caos nos transportes, nomeadamente, na bilhética. Como sabe, o Orçamento de Estado prevê que possa deduzir o valor dos passes no IRS, o IVA, só que isso não é possível, porque as máquinas não estão preparadas para isso e, portanto, vamos pensar como é que isso é feito. É preciso ir ao *site* da Carris, introduzir os dados e, portanto, há de haver três pessoas que conseguem obter o recibo do seu passe.-----

----- Para além disso, a redução dos passos que foi anunciada, antes de tudo, pelo Senhor Presidente Fernando Medina, também, não entrou em vigor a um de janeiro e, portanto, entrará em vigor logo veremos quando isso é. Mas isso faz muita diferença nas famílias, em Lisboa e, portanto, são reduções importantes, nós saudámo-las, mas elas não estão em vigor, e vamos ver quando é que entram em vigor.-----

----- Portanto, sentarmo-nos à espera que venha a Carris e depois pensarmos como é que vamos fazer, é errado, não deve ser feito. E o que recomendamos, aqui, é que se pense já o que é que se vai fazer quando a Carris for do Município.-----

----- E, portanto, é isso que propomos nesta votação, e se está mais bem preparado, quando diz que o BE tem de estar mais bem preparado, o BE apela a isso, que haja preparação e isto, é votar pela preparação, a pensar nos problemas antes de eles chegarem, não é sentarmo-nos na cadeira para depois, vermos o que é que vamos fazer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Gostaria de vos convidar a acompanhar a minha leitura, que penso que é uma leitura, digamos, generalizada, vivida e sentida por a maior parte dos lisboetas que têm que recorrer ao Serviço Nacional de Saúde, e que têm que recorrer a outros serviços de saúde, na cidade.-----

----- É verdade que o diagnóstico da situação se poderá resumir o processo de desmantelamento dos serviços de saúde na cidade de Lisboa continua em marcha. Até a referência, muito particular, a um contraciclo relação ao IPO, grandemente, defendido por nós, como elemento importante e não permitir a deslocalização do IPO para fora do município, naturalmente, que é um ponto a saudar. Mas isso, não invalida a outra questão principal que é o projeto, em curso, sem informação devida aos municípios e, aqui, à própria Assembleia Municipal, que é a continuação de encerramento de unidades hospitalares. -----

----- É certo e sabido foi encerrado o Miguel Bombarda, o Desterro também foi encerrado, é verdade que o Pulido Valente está quase esvaziado dos serviços clínicos, é verdade que os serviços fundamentais, altamente, diferenciado da cirurgia e da ortopedia do São José transitaram para o Curry Cabral. Estamos preparados para perder, também, Santa Marta, São José e os Capuchos. -----

----- Já são conhecidos, penso que, de todos algum optem ideia dos projetos de arquitetura que irão localizar-se nestes espaços, mas é para vos dizer que a Estefânia também, vai, e aqueles outros que têm lutado por manter a Maternidade Alfredo da Costa, hoje, não tem nenhuma garantia de que a componente de obstetrícia não vai também a caminho, dito, a caminho do Hospital Oriental, um hospital que não chega às oitocentas camas, e que da última versão, e que só os atuais, ainda, em funcionamento, são mil e duzentas camas de serviços, altamente, diferenciados que servem, não só cidade, como a área mais ampla, alguns serviços dos hospitais civis servem quase toda a região sul. É um desmantelamento físico de hospitais e de serviços. É factual.-----

----- Depois, há um outro esvaziamento, também, talvez mais subtil e sentido, diretamente, pelos profissionais de saúde, particularmente, médicos, é o esvaziamento de profissionais. Os hospitais têm cada vez menos médicos, e cada vez menos médicos seniores diferenciados. Alguns, naturalmente, um número importante têm transitado para serviço privados e outros têm emigrado para fora do país. É uma fórmula importantíssima para destruir o serviço, por dentro, é retirar-lhe os seus profissionais, os seus qualificados.-----

----- Mas tem, também, uma outra atividade também muito bem-feita, digamos que com grande perícia, a desorganização do SNS, na cidade, transformando cada hospital por si, concorrente, redundante, sem uma resposta integrada e satisfatória a toda a população da cidade de Lisboa, e arredores. É um caminho, também, feito pelo sentido de dizer cada qual para si, cada qual se safe, cada hospital tem o seu objetivo, faz as suas coisas, e o resto se dane. Digamos que alguns dizem que não tem já ninguém a atender no Pulido Valente? Pode seguir para Santa Maria. Ai que já não tem ninguém a atender no Francisco Xavier e outros.....ainda, tem São José. Já não tem São José, terá o rio que o pode aguardar porque já não há mais caminho, a seguir.--

----- Outra atividade é a passagem de cuidados dos serviços públicos pelos serviços privados, ou privatizados. E aqui temos uma questão crítica à atual periférica, mas que também influencia Lisboa, que é os hospitais PPP, os hospitais públicos entregues à exploração privada que, naturalmente, tem uma política e um objetivo crematístico é para queimar, para produzir atos, ganhar ao ato, cobrar ao ato. Alguns dizem já chegamos a setembro, não podemos fazer mais atos, não podemos fazer mais transplantes, não podemos aplicar mais um método, isso só na próxima contingente, a partir de janeiro. É uma fórmula, naturalmente, que eu chamo a atenção que todos devem tentar acompanhar, apesar de nem sempre ser fácil verificar este sangramento sistemático do público para entregar o privado.-----

----- Mais importante, é que chegámos ao ponto de que o sistema de saúde ADSE é hoje um sistema quase exclusivo do funcionamento de hospitais privados e que, por estranha coincidência, quando uns saem e perdem caminho, outros nascem mesmo ao lado, ou quase ao lado, mesmo no centro da cidade, e alguns em terrenos e em espaços que já foram camarários.-----

----- Portanto, esta coincidência tem o objetivo que é a privatização dos serviços públicos de saúde. E qual é a razão? Há alguma razão que alguém, aqui, haverá certo,

que acredite na supremacia do serviço privado sobre o serviço público. Não há nenhuma razão técnico-científica, nem de economista vulgar, porque se for um outro economista sabe que isso não acontece, nem os economistas vulgares, poderão dizer as vantagens do serviço privado. Não negamos que em alguns nichos de mercado, particularmente, a prestação de cuidados intensivos, ou meios complementares, o privado não possa ser complementar de saúde do serviço público, mas nunca será a substituição. -----

----- Quem vos quer bem dir-vos-á que Santa Maria tem recebido por volta de duzentos doentes por mês que, tendo ido para hospitais privados, atingiram um plafond, isto é uma linguagem estranha, atingiram o plafond do seguro, e daí segue, em ambulância, vai acabar o tratamento no hospital público. Isto é para os que ainda acreditam no eventual milagre de que os serviços privados são o melhor para todos.-----

----- Além desta questão, público-privado, havemos de fazer as contas, quem é que não viveu, não conhece quem tenha vivido, a crise de acessibilidade nos hospitais públicos nas urgências da cidade? Dirão alguns, mas isso não estava previsto? Quem prevê, quem planeia à flor da pele, o serviço normal, nunca está previsto para a emergência. Mas eu posso-vos dizer, nos últimos dez anos, da 48ª à 52ª semana do ano, em todos os últimos dez anos, houve o pico de gripe. Então? Porque sóis vós ignorantes e não contempiais um planeamento que respeite a gripe? Respeitar o tempo da gripe?-----

----- Por isso, eu termino, aqui, esta chamada de atenção, não é uma chamada partidária, mas é uma chamada alargada de lisboetas, ou lisboetas, para não dizer o ao Município, ao Presidente, porque deixais tudo abandonado e contentais, simplesmente, com uma boa obra que foi conseguirmos ter o nosso IPO, porque não temos os nossos São José, os nossos Capuchos, a nossa Santa Marta, a nossa Estefânia e a nossa Magalhães Coutinho, e a Alfredo da Costa, e mesmo o Curry Cabral, que já lá vai, e o Pulido Valente que está arrematado, finalmente, como casa de arrumos da saúde. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- A Mesa pergunta se há inscrições para colocar questões ao Senhor Deputado Carlos Silva Santos? Não registo nenhum pedido de palavra, sendo assim, vamos passar à declaração política seguinte que é dos Deputados Independentes, e é o Senhor Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes que tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes (IND)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Saudamos a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público presente.-----

----- Início a intervenção pela definição do conceito de saúde consagrado pela OMS, para assim avaliarmos a sua coerência e harmonia com as políticas de saúde

implementadas em Portugal nos últimos quarenta anos. Uma delas é a social-democrata, a outra a neoliberal.-----

----- A social-democrata foi a responsável pela criação do SNS sob a égide de António Arnaud. A outra com origem no compromisso de Washington, organizado pelo Banco Mundial e o FMI no final da década de 80 do século passado tende a definir-se de acordo com o modelo de sociedade que é hoje vigente e hegemónica e vem sendo implementada com sucesso em Portugal desde os finais da década de 80 do século passado e ultimamente acelerada com a crise das dívidas, públicas.-----

----- Esclareçamos desde já que nos identificamos com a visão social-democrata da Organização social e adotamos como correta a definição de saúde consagrada pela OMS. -----

----- A OMS define saúde como um estado completo de bem-estar psicofísico e social, e não apenas pela ausência de doença ou enfermidade. -----

----- Esta formulação caracteriza a saúde pelos seus atributos positivos e essenciais e não apenas pelos negativos. - Entende o ser humano de forma holística, não separando a sua natureza biológica individual da social e política, de cidadania, enfim. -----

----- A liberdade individual e os direitos de cidadania não são autonomizados e só existem em inter-relação com os direitos idênticos dos outros cidadãos. -----

----- O facto de na sua definição a OMS considerar como atributo da saúde “o bem-estar social” coresponsabiliza o Estado/ Sociedade perante a qualidade da saúde dos seus cidadãos vinculando-o a implementar políticas económicas e sociais que esmoreçam as barreiras económicas, educativas e culturais que eternizam as desigualdades e impossibilitam a mobilidade social e as suas reconhecidas repercussões sobre a saúde.-----

----- - A cultura de uma comunidade incorpora para além das suas qualidades os seus defeitos, ambos com repercussões na saúde individual e coletiva, devendo assim ser tida em conta em matéria de políticas de saúde. (discriminação de género, alcoolismo, apatia social, atividades de grupo, exercício físico, etc.).-----

----- - Os conceitos da OMS de vida, saúde, de bem-estar / saúde, tem por corolário a defesa e preservação do ecossistema do planeta. Mais explicitamente, a preservação do ambiente deve ser uma preocupação em termos da atividade humana e deve integrar todas as políticas públicas no âmbito da saúde. -----

----- -Segundo a definição da OMS os conceitos de saúde e o de vida confluem no conceito mais vasto de “bem-estar” individual e coletivo. -----

----- Nesta perspetiva, a saúde, tal como a vida, são condições essenciais para a realização de toda a atividade humana, sem as quais nenhuma se realizará nem poderá ser relativizada.-----

----- Do acima exposto conclui-se a formulação da OMS de que “a saúde deve fazer parte de todas as políticas”.-----

----- Avaliemos agora em contraponto o ideário neoliberal:-----

----- Alguns ideólogos neoliberais, numa perspetiva neodarwinista, reduzem o ser humano a sua ancestralidade e consideram o individualismo e o egoísmo como um atributo genético imutável. -----

----- Para estes ideólogos considerar homem como ser social e político, é uma abstração teórica de teor igualitarista e de pendor totalitário. -----

----- O direito de cada indivíduo à liberdade é equiparado ao direito à propriedade privada ou empresarial. Este direito surge como absoluto e não é passível de ser relativizado face a nenhum outro valor, inclusive quando a sua afirmação tem por pressuposto a defraudação de outros direitos individuais ou sociais. -----

----- O indivíduo / empresário pode operar sem restrições em todas as categorias da ação humana, nomeadamente nas atividades essenciais à preservação da vida e da organização social. (saúde, justiça, Serviços Sociais, forças de segurança etc.). -----

----- A ação individual / empresarial não deve ser regulamentada por qualquer legislação, considerando-se o “mercado” como o seu único regulador eficaz. -----

----- A intervenção do Estado deve ser minimalista, garantindo que a liberdade individual e a iniciativa privada se possam concretizar, e por outro protegendo por outro lado os benefícios e os lucros auferidos. -----

----- Neste pressuposto as entidades empresariais se assumem como atores políticos por direito natural, fazendo-se representar dentro do próprio aparelho de Estado, inclusive em áreas em que se manifestam conflitos de interesses. -----

----- - Decorre destes princípios ideológicos a prática compulsiva dos políticos neoliberais, em obediência às diretrizes dos grandes grupos financeiros na privatização dos serviços públicos. Justificam-se argumentando que as forças políticas clássicas fazem-se representar nas administrações dos serviços públicos, são as responsáveis por uma gestão clientelar, normativa, burocratizada que os torna deficitários, improdutivos e ineficazes. -----

----- Trata-se de uma generalização de cariz sectário e não fundamentada como se deduz na privatização de serviços com gestão pública eficaz e por outro lado seu silêncio quando da gestão privada criminosa como foi a do sector bancário. -----

----- Com vista à privatização dos serviços públicos, os gestores e políticos neoliberais agem de forma pró-ativa e, quando membros da administração pública e é frequente conduzirem uma gestão ruinosa de forma a descredibilizá-los e a facilitar a sua privatização. -----

----- Podem ao contrário promulgar legislação que beneficiem o privado em detrimento do público. Como exemplo citamos a aprovação da aposentadoria aos 50 anos de idade e levou ao abandono de inúmeros profissionais altamente diferenciados, que migraram para o privado desmatando o SNS. -----

----- Complementarmente e quando um sector público só é rentável com a compartilhação do Estado, argumentando de que “a gestão privada é mais eficaz que a pública “implementam a empresarialização das unidades públicas, alardeando o benefício“ da salutar concorrência entre as unidades públicas e privadas” (após as terem destruído) advogam a criação de Parcerias Público Privadas; a aplicação do princípio “da separação entre o estado financiador e o prestador”, generalizam a contratualização externa mesmo quando esta não se justifica do ponto de vista económico, etc. -----

----- O cidadão doente é transformado em “cliente” com livre poder de escolha no “mercado da Saúde” em que os Hospitais Públicos descapitalizados são destinados aos pobres ou aos doentes transferidos dos Hospitais privados, quando a cobertura de gastos do seu seguro se esgotou.-----

----- Para conduzir este processo, criou-se uma nova classe profissional burocrática, “à dos gestores” que dispõe de um poder inusitado. -----

----- Alguns deles quando em exercício de cargos públicos, atuam em conflito de interesses, comprometendo a viabilidade dos Serviços que dirigem ou facilitando a sua privatização ou alternativamente através dos conhecimentos adquiridos migram para as empresas ligadas as empresas relacionadas com quem se relacionaram recebendo ordenados milionários.-----

----- A implementação da política neoliberal da privatização da saúde em Portugal.-----

----- Na sequência do Compromisso de Washington partir de 1990 , que influenciou gestores e políticos portugueses, as conceções que fundamentam as políticas públicas e de saúde dos sucessivos governos dos partidos do então arco do poder, foram implementadas sem o debate que as regras democráticas exigiriam, e de que a maioria dos eleitores e militantes partidários foram permanecendo arredados e ignorantes quanto à sua origem e aos seus fundamentos. -----

----- Na atual reforma hospitalar, como na “Alegoria da Caverna” de Platão, nós, cidadãos comuns, somos os atores secundários, aqui representados pelos prisioneiros a quem apenas é permitido observar e discursar sobre sombras fugidias que se movimentam a contraluz e que julgam ser a realidade. -----

----- A implementação das políticas neoliberais iniciou-se em Portugal no XI governo do Professor Cavaco Silva, com a nomeação do Dr. Arlindo de Carvalho, Ex gestor bancário do grupo Mello, como Ministro da Saúde, o qual contratualizou a entrega da gestão clínica do Hospital Amadora Sintra a este mesmo grupo Mello.-----

----- Esta política tem prosseguido desde então num acordo entre os contornos desconhecidos continuou-se através de diversos governos, com orientações programáticas aparentemente opostas e que se continua até aos dias de hoje.-----

----- Acreditamos que a maioria dos militantes partidários esteve alheia aos contornos deste acordo.-----

----- O carácter neoliberal da atual reforma hospitalar de Lisboa Central prova-se com o facto de que elementos ligados aos hospitais privados da região de Lisboa, fizeram parte do processo de apreciação e seleção do projeto do futuro Hospital de Lisboa Oriental. -----

----- O projeto do novo Hospital teria cerca de 800 camas, em substituição das atuais 1500 camas dos antigos Hospitais Cíveis de Lisboa. Deduz-se que esta redução da oferta tem por pressuposto óbvio objetivo da substituição da rede pública pelos novos hospitais privados. Acresce que o seu projeto pressupõe o desaparecimento de valências fundamentais dos antigos Hospitais em que salientamos o encerramento do Hospital D. Estefânia o único Hospital Pediátrico de Lisboa e Zona Sul do País. -----

----- Concluimos, consideramos seguimento do contrato programa para a construção dos Centros de Saúde na cidade de Lisboa, firmado entre a CML e ARSVT em 2009,

que em cuja sequência foi aliás inaugurado o Centro de Saúde Materno Infantil em Novembro de 2016, com capacidade para 18.000 utentes em instalações cedidas pelo Município reafirmamos a urgência Como representante dos interesses da população de Lisboa, é urgente a consolidação organismos de consulta formais. -----

----- Entre Ministério da Saúde e a ARS de Lisboa, para que no futuro imediato as orientações sobre os cuidados primários, os hospitalares intermédios e os diferenciados se desenvolvam num dinâmica interativa entres órgãos administrativos centrais e os de proximidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Senhor Deputado, era relevante que nós conseguíssemos perceber no fundamento a existência do cerne da questão que estava a colocar, em termos da saúde e do futuro da saúde na cidade e, portanto, a questão era essencialmente, esta; qual é que era a posição fundamental acerca do futuro, e que caminhamos para o futuro da cidade em termos de saúde. -----

----- Era isto, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes (IND)** no uso da palavra, responde o seguinte: -----

----- “A resposta é que como todo o projeto já foi acertado, anteriormente, pelo Senhor Deputado do PCP, todo o projeto de reorganização da rede hospitalar de Lisboa e a consequente destruição de todo o serviço público, na nossa cidade, tem a ver com este projeto, um projeto neoliberal que no nosso país, tem sido aplicado de uma forma muito coerente e bastante eficaz, portanto, e seria o final da intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Hoje, um dos temas mais candentes nesta sessão de declarações políticas tem sido o tema de Almaraz, e é esse tema que nos trás, também, razão pela qual que iremos votar favoravelmente, as várias moções que estão, neste momento, a ser colocadas, pelos vários partidos. -----

----- Raramente nesta, ou noutras, Assembleias se conseguirá atingir a unanimidade de opinião que hoje temos relativamente à central de Almaraz. Não só a Assembleia da República já manifestou a sua opinião de forma unânime como ainda ontem o Governo Português apresentou à Comissão Europeia uma queixa contra a decisão do Governo Espanhol de construir um armazém de resíduos radioativos, sem cumprir as obrigações de análise de impacto transfronteiriço, só justificável para o prolongamento da vida da atual central que já atingiu a sua idade limite. E é esta intenção mal dissimulada que nos preocupa a todos e assim deve continuar. Almaraz já devia ter sido desativada e não é para nós aceitável que se prolongue a vida a uma atividade obsoleta de elevados riscos que já há muito deveria ter sido encerrada. -----

----- O PAN irá contactar todas as entidades Internacionais para tentar travar a progressão deste processo pelo que é necessária uma intervenção que vá para além de queixas à União Europeia. É necessário fazer uso dos expedientes diplomáticos para a impedir a construção do referido depósito e para encerrar de vez a bomba relógio que é a Central Nuclear de Almaraz. -----

----- A localização desta central expõe Portugal e, nomeadamente o rio Tejo e todas as localidades por ele banhadas e abastecidas a perigos reais, uma vez que, nos últimos anos, tem vindo a registar vários incidentes que obrigaram a paragens no seu funcionamento. Após a realização de testes de resistência por uma entidade independente, o relatório concluiu que a central nuclear de Almaraz não é segura e não deveria estar, ainda, em funcionamento. Recorde-se que uma das causas atribuídas à ocorrência do desastre nuclear na central de *Fukushima*, no Japão, foi a inexistência de válvulas de segurança para prevenir a explosão do hidrogénio. Desde então, a implementação desta medida adicional de segurança foi tornada obrigatória em todas as centrais nucleares da União Europeia, o que não se verifica na central de Almaraz, nem se prevê a sua colocação num futuro próximo. Acresce que o tempo de vida útil para as centrais nucleares deste género é de 25 anos, o que a torna obviamente obsoleta. -----

----- Se nos anos 80 a opção nuclear era muito duvidosa, hoje em dia em Portugal ou na Extremadura espanhola é apenas absurda considerando a profusão de tecnologias renováveis à disposição mais competitivas que o nuclear, mesmo em termos de investimento. É por isso importante que seja criada uma onda de rejeição popular e autárquica na Extremadura espanhola e nas autarquias do Vele do Tejo, começando por Lisboa, que possa fazer pressão para que este processo seja travado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra sobre a sua intervenção. -----

----- Vamos passar à próxima declaração política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, restante Público. -----

----- Nesta primeira sessão de 2017, gostaria de desejar a todos os presentes um excelente Ano Novo, o último deste mandato, esperando que seja um ano melhor para os que vivem, trabalham ou visitam Lisboa. -----

----- Para esta Sessão de Declarações Políticas o MPT apresenta como tema, a Central Nuclear de Almaraz, que também mereceu a atenção de outras forças políticas aqui representadas. -----

----- De forma geral, todos os documentos defendem o encerramento da Central Nuclear de Almaraz e condenam a opção espanhola da construção de um armazém de resíduos nucleares. -----

----- É também consensual, que das Centrais Nucleares Espanholas, esta é a que ostenta maior número de anomalias e maior número de notificações, ou seja, é um equipamento obsoleto, em fim de vida. -----

----- A construção de um armazém de resíduos nucleares em Almaraz, é claramente forma de permitir estender a vida útil da Central, mas em que condições de segurança o que devem preocupar os portugueses. -----

----- São vários os exemplos de acidentes nucleares verificados ao longo de décadas, e obviamente que não desejamos ter um tão perto, como pode ser o caso de Almaraz. ----

----- Mesmo com um perímetro de segurança de cerca de 30km ao seu redor, este não garante as condições necessárias de segurança, dado que, as nuvens com partículas podem causaram impactos, durante décadas nas diversas formas de vida a mais de 500km, como aconteceu em Chernobil. -----

----- Contrariamente ao que podemos pensar não assistimos por parte de Espanha a uma reversão na aposta no nuclear, pelo contrário, assistimos ao adiar dos problemas, com a construção de armazéns temporários que em nada nos garante que se tornem definitivos, pois Espanha ainda não tem solução definitiva para os resíduos produzidos nas suas centrais.-----

----- Caros colegas, -----

----- A Central Nuclear de Almaraz localiza-se perto da fronteira com Portugal, junto a um rio que corre de Espanha para Portugal, o Rio Tejo, o mesmo que entre outras localidades portuguesas, banha também a nossa Lisboa. -----

----- De salientar, que Portugal sempre optou por não utilizar a energia Nuclear, e bem no nosso entender! A continuação do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz coloca-nos a todos em risco. -----

----- O Partido da Terra defende que estão constituídas as condições necessárias, quer para intensificar a luta contra o uso de energia nuclear, quer para potenciar o encerramento da Central Nuclear de Almaraz, salvaguardando desta forma o nosso país, e em particular, todos os que vivem junto ao rio Tejo. -----

----- Importa ainda referir que o Governo Espanhol, para além de ter desrespeitado as relações transfronteiriças, desobedeceu a uma diretiva comunitária, pelo que se espera uma intervenção pesada por parte de Bruxelas. -----

----- Por fim, o Partido do Terra alerta para a necessidade dos nossos responsáveis políticos continuarem a acompanhar de perto todo este processo, mantendo a sociedade civil devidamente informada.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Senhor Deputado do MPT, relativamente a esta moção, o Partido Socialista votará favoravelmente, aliás, não só quanto à moção que o MPT aqui nos trás, contra o armazém de resíduos nucleares e o prolongamento do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz, mas também, relativamente à moção número dois do BE, pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz, bem como, votaremos favoravelmente,

a moção número quatro, sobre o mesmo assunto, trazida aqui, pelo Partido Ecologista “Os Verdes”.-----

----- E para dizer que o Partido Socialista, naturalmente, está contra tudo aquilo que, aqui, já foi dito e associar, também, a todos os argumentos que já aqui foram aduzidos. -----

----- Aquilo que ficaria por dizer, é que, de facto, temos que saudar todos aqueles que têm feito e combatido esta batalha para que Espanha retome o seu caminho, e para que a central não continue, como até aqui, tem vindo a fazer, e para que encerre quando é suposto encerrar, até porque já o devia ter sido.-----

----- Dizer que, de facto, saudar o MPT por ter reconhecido, por escrito, como fez, aliás, o Bloco de Esquerda, e o PEV na sua intervenção, pese embora, apenas, o tenha feito de forma oral e não no documento que apresentaram, aqui, para ser votado, o que não faz com que o Partido Socialista seja sectário e vote contra, porque estamos todos contra a central, mas dizia o MPT, e por isso, saudar, também, o MPT por reconhecer efetivamente o esforço que o Governo do Partido Socialista, o Governo Português tem feito, nomeadamente, com a queixa que apresentou, hoje, junto das instituições internacionais competentes para que esta situação fique, de facto, sanada. E, por isso, saudar o MPT por ter tido a audácia se quiser, ou ter tido a coragem e humildade de assumir uma posição que é visível para todos e, aliás, também, assumida pelo PEV e pelo Bloco, aqui, não por escrito mas verbalmente, oralmente, de reconhecer o trabalho que o Governo de Portugal tem tido, e que tem feito, e que, de facto, é notável e que esperamos, traga, e como disse, ainda agora na sua intervenção, que traga pesadas consequências para Espanha, a bem de Portugal e dos portugueses.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, responde o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Quero agradecer as palavras do Senhor Deputado Lage, que são transversais aos partidos políticos e às lutas políticas, por isso têm de ser vistos numa unanimidade e é esse documento que nós trouxemos aqui, contra a central, contra o nuclear, e como eu referi, oportunamente, durante a minha intervenção, Portugal sempre foi um país que optou pela não utilização do nuclear, por isso, não temos que ser nós a ter o ónus de ter centrais, ou de sofreremos os potenciais riscos de acidentes que possam acontecer com centrais de países vizinhos que à altura, e mal, construídas junto às nossas fronteiras e junto aos rios que corriam para Portugal, para diminuírem os seus riscos em relação ao potencial acidente que pudessem ter.-----

----- Por isso, temos que ser veementes, temos que trabalhar juntos para que essas situações que, historicamente, foram criadas possam ser resolvidas o mais depressa possível, e sem mais consequências, principalmente, para quem nunca tirou proveito disso, nem teve responsabilidade na sua produção.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração política:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----
----- O CDS apresenta, hoje, uma recomendação sobre o estacionamento na Av. Almirante Gago Coutinho, em particular no troço com início na Rotunda do Relógio.---
----- Em 2016, os frequentadores desta artéria, onde o estacionamento escasseia, foram surpreendidos com a colocação, pela CML, de sinalização vertical que permitia o estacionamento em cima do passeio.-----
----- Em julho do mesmo ano, e face a alertas de vários munícipes e grupos informais, o CDS entregou um requerimento à Senhora Presidente para que a Câmara Municipal de Lisboa desse explicações sobre a legalidade do modelo implementado.-----
----- Pese embora a necessidade de estacionamento nesta artéria tendo em conta o número de empresas, entidades e estabelecimentos de ensino em funcionamento, não se entende por que razão o Município não procedeu à colocação de sinalização horizontal, através da definição e marcações do espaço de estacionamento de cada veículo, o que poderá violar o Código da Estrada.-----
----- E porquê esta preocupação que agora aqui trazemos?-----
----- Porque não havendo essa delimitação dos lugares, os automobilistas estacionam junto dos muros dos imóveis impedindo, dessa forma, a livre passagem de peões, em particular os de mobilidade reduzida e carrinhos de bebé.-----
----- Esta situação, além de inaceitável, viola a Carta Municipal dos Direitos dos Peões e desvirtua os princípios do Plano de Acessibilidades Pedonal de Lisboa.-----
----- Tendo em conta que já decorreram vários meses após a intervenção efetuada, sem que se procedesse à marcação de lugares e na ausência de respostas por parte do executivo, importa que esta Assembleia seja informada sobre o projeto de requalificação de passeios e ordenamento de estacionamento na Av. Almirante Gago Coutinho, bem como o modelo de mobilidade a implementar, calendarização e verbas previstas.-----
----- Por outro lado, informe que medidas serão tomadas para assegurar a livre circulação de peões no passeio até ao início do projeto de requalificação.-----
----- Depois, dizer, também, uma última nota sobre algumas intervenções que já aqui, hoje, foram feitas, sobre a questão do Parque das Nações e da contaminação dos solos.-
----- Sabemos bem que na altura da intervenção na Parque Expo, que os solos foram descontaminados em doze metros de profundidade e o resto, não foi. De qualquer forma, portanto, tudo o que foi adquirido depois disso, já era sabido que os solos tinham sido descontaminados até esta profundidade.-----
----- Agora, o que me parece, pelas indicações que são dadas, até na comunicação social, que o grupo que gere a CUF, o José de Mello Saúde, está a tratar dessa descontaminação e portanto, aquilo que lhe é pedido e que é a sua obrigação, está a ser feito.-----
----- Agora, o que os moradores precisam é de ter, aqui, alguma estabilidade e ter alguma segurança e ter informação fidedigna por parte dos órgãos competentes. E nesta matéria, a Câmara, através da Direção Municipal de Planeamento e mais propriamente, através do CIEP, pode muito bem fazer essa fiscalização e dar essa informação aos munícipes. E nós, aqui, enquanto Deputados Municipais, a questão já

foi colocada, acho que devemos pedir à Câmara que, através desse órgão, órgão que podemos pedir informações, que nos faça chegar informações sobre a fiscalização da obra e qual é o destino que está a ser dado a estas terras até porque, há dois terrenos ao lado que vão começar a ser intervencionados muito em breve e, portanto, convém ter isto em mente e preocupação. -----

----- Depois em relação a Almaraz, obviamente, que esta é uma questão que é nacional não é partidária e, portanto, é uma preocupação que nos deve preocupar a todos e, portanto, nessa medida, o CDS-PP, também, irá acompanhar os textos que, hoje, aqui, foram apresentados. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu queria dizer relativamente à intervenção do Senhor Deputado Diogo Moura, no que diz respeito aos solos contaminados do Parque das Nações, que acompanho, obviamente, a preocupação do Grupo Municipal do CDS-PP. -----

----- De resto, nós, Junta de Freguesia tivemos conhecimento dessa situação que não é a primeira que ocorreu e, também, não estamos, ninguém nos garante que será a última, nós temos que ter consciência que estamos numa zona onde estiveram instaladas, durante décadas, indústrias, altamente, poluidoras, foi feito um trabalho de descontaminação pela Parque Expo, na altura, antes de se iniciar o plano de construção, até uma determinada oportunidade que o Senhor Deputado disse, e muito bem, tudo o que vai para além disso, pode, eventualmente, haver como se tem já constatado, nalguns casos, alguns focos de contaminação que têm passado pela substituição, obviamente, desses terrenos, é isso que nós, Junta de Freguesia defendemos sempre que temos uma situação dessas, não são muitas, eu quando digo já surgiram, uma ou outra, não são muitas mas, quando surgem, aquilo que tem de ser feito é a descontaminação em torno deste projeto, aí nós não podemos fazer de conta que se detetou uma situação, tapá-la, mas não, isso tem de ser, de facto, como eu costumo dizer, tem de se ir até ao osso, tem de se ir até onde se for encontrando terreno contaminado, e isso pode implicar, em alguns casos, um prolongamento da obra e um prolongamento, também, da exposição das pessoas, a incomodidade, desde logo, dos cheiros, e não me pronuncio sobre os eventuais malefícios, não tenho conhecimentos técnicos sobre isso, de qualquer modo, aquilo que eu queria dizer é que, de facto, nós logo que tomámos conhecimento disso, alertámos logo o próprio Ministério do Ambiente para poder acompanhar aquele processo, e a Câmara Municipal de Lisboa e estamos, de facto, a aguardar que essas entidades nos digam alguma coisa de concreto. -----

----- Temos já algumas respostas, mas aguardamos, ainda, outras para podermos, também, de uma forma mais clara, por parte da Junta de Freguesia, poder informar as pessoas dessa situação. -----

----- Portanto, é esta a nossa posição, da Junta de Freguesia, e a minha pessoal, e respeitamos a opinião das pessoas, nomeadamente, quando se manifestam na rua junto

de obra, publicamente, contra essa comunidade, que fique, aqui, bem claro que consideramos essas pessoas com muito respeito, porque compreendemos, também, que as pessoas possam estar preocupadas. -----

----- Agora, nós entendemos é que nós temos de compreender, também, é que a obra, estando em curso, temos de fazer tudo para remover dali aquelas terras e isso pode implicar, também, a continuação desta exposição por mais alguns dias, ou algumas semanas, não sei, desconheço.guardo que as entidades vos digam alguma coisa sobre o assunto e eu, pessoalmente, que tenho ido lá, agora, desde ontem, tenho estado ausente, mas ontem e hoje, já lá estive, e não detetei nenhuns cheiros. Não quer dizer que eles não possam voltar quando tocar nalguma pequena parcela que possa ter estado exposta à contaminação.-----

----- Portanto, vamos aguardar com serenidade que as entidades, com competência nesta matéria, nos digam, e tão rápido quanto possível, de facto, o que é que se possa e que medidas estão a ser tomadas para salvaguardar, por um lado, a descontaminação total terreno e, por outro lado, também, enfim, dar tranquilidade à comunidade, a todos nós que residimos naquela zona do Parque das Nações.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- Portanto, esta questão dos solos contaminados foi detetada já no ano passado.

----- O dono de obra foi, imediatamente, interpelado e no dia cinco deste mês, foi recebido nos serviços de Urbanismo da Câmara, uma informação do Hospital da CUF Descobertas sobre, exatamente, este tema, em que a entidade promotora José de Mello Saúde garante que, desde o início da obra de escavação, que tem sido feito o acompanhamento por técnicos especialistas em questões ambientais e tratamentos dos solos. -----

----- Esta situação foi, portanto, relatada à Agência Portuguesa do Ambiente, APA, à Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para que fosse, efetivamente, verificado, por um lado, qual é o grau de risco que, eventualmente, possa existir e, por outro lado, onde é que têm sido depositados os produtos das escavações?-----

----- Neste momento, nós aguardamos um relatório que deverá chegar amanhã, à Câmara, pelo menos, é essa a informação que nos deram. Esse relatório foi o relatório que foi pedido, também, pela APA, pela Agência Portuguesa do Ambiente, e portanto, logo que tivermos conhecimento desse relatório será dado conhecimento à Câmara e à Assembleia.-----

----- De qualquer modo, eu pedi que hoje, portanto, isso seguirá amanhã, para o correio, que os serviços de urbanismo intimem o dono de obra rapidamente, entregar este relatório, para ficarmos com um conhecimento exato daquilo que se está a passar. -

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Também ouvi com apreço a sua intervenção e agora achei bastante interessante esta intervenção do Senhor Vereador, estar no final, para nos dar algum esclarecimento. Até parece que foi combinado estar agora para nos dar algum esclarecimento.-----

----- Se bem que, eu já havia posto esta questão ao Senhor Vice-Presidente e que não obtive resposta até hoje. -----

----- E tem mais, ontem dia 16 a IGMAT - Inspeção-geral da Agricultura do Mar e do Ambiente do Ordenamento do Território respondeu a um assenhora condómina residente no Parque das Nações que não era da competência, portanto seria da CCDR a competência para esta análise dos solos.-----

----- O que nos põe aqui a questão é sobre, não obtivemos resposta, não sei se o Senhor deputado poderá nos dizer alguma coisa, que inclusivamente, os Verdes já aqui o fizeram, mas continuamos não obter resposta por parte da Câmara, é sobre o tal período temporal para descontaminação daquela zona.-----

----- E mais, estamos perante a falar de 5 pisos subterrâneo para estacionamento. -----

----- E hoje, às oito horas e trinta minutos da manhã, quem passa sente, e vou-lhe dizer hoje que no Hospital CUF Descobertas, onde tive uma consulta às oito horas e trinta minutos da manhã, não se consegue lá estar no piso -2, na área da oftalmologia.-----

----- E onde se sente mais é quando há períodos de humidade torna-se insuportável.-----

----- Também, na zona da Padaria do Pingo Doce, devia ser comunicado à ASAE e não se consegue lá estar com o cheiro e os funcionários já se queixaram à Entidade, à SONAE, não é a SONAE é outra, da situação que se estava a passar.-----

----- Posto isto, continuo na mesma, não temos respostas concretas, resta aguardar por parte da Câmara; e este aguardar de respostas, andamos nesta situação a alguns meses. -

----- E mais o que se questiona qui é até onde é que vai a fiscalização da Câmara?-----

----- Isto porquê? Porque desde o mês de junho para cá, veículos pesados com lamas, sem cumprirem o regulamento de lavarem as rodas saem com as rodas cheias de lamas e que deixam pela Avenida Fernando Pessoa.-----

----- Não sei se o Senhor Deputado teve conhecimento, também sobre esta situação. ---

----- Há no nosso entendimento, enquanto residentes, também, naquela zona, uma falta de fiscalização por parte da Câmara.-----

----- O que se consta, agora, e segundo informação do hospital, alguns residentes é que vão tapar, são dez dias e tapam, passaram dois, serão oito dias. Já foram chamados os bombeiros, fez este sábado oito dias, para monitorizar o ar. Às vezes, vinte e trinta, foi chamada a polícia municipal, e até agora, não foi dado qualquer relatório sobre o que se passou esta monitorização que foram lá fazer, e onde foi detetado de onde é que provinha estes gases tóxicos.-----

----- Portanto, entendi uma resposta a uma pergunta aqui suscitada, parecer que quase combinado, a esta hora, mas continuamos na mesma, não temos respostas e, por parte da Câmara, também nos falta alguma celeridade que é o que nos importa pois estamos, aqui, numa situação de saúde pública.-----

----- Como já o disse, aqui, eu não me importa que o meu andar desvalorize, o que me interessa é a saúde pública e que deem publicidade a isto. -----

----- Estamos perante um grupo económico de peso e eu já me questiono se não seria interessante uma ação popular, tipo Sá Fernandes, quando foi do Marquês, para fazermos alguma coisa. Porque enquanto providência cautelar, já pensamos nisso, mas não temos dinheiro, nem o nosso património chega se alguma coisa correr mal, para pagar as indemnizações. Portanto, como também, foi premiado o Vereador Sá Fernandes, em 2007, pelas ações que propôs contra a Câmara, talvez seja esta a altura de, também, os residentes entrarem com uma ação popular porque estamos aqui, perante interesses difusos que é o ambiente e a saúde pública, e isto ninguém nos pode retirar.-----

----- Há residentes no meu prédio que estão a viver em casa de amigos, e isto é um facto, não é uma invenção.-----

----- É tudo, Senhor Deputado. Se poder-me dar alguma resposta sobre o que eu estou a expor, agradeço.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Também, serei muito telegráfico.-----

----- Em primeiro lugar, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Moreno, basicamente, não fez nenhuma pergunta, mas fez aqui, uma interpelação sobre a posição da Junta de Freguesia, nesta matéria, relatou alguns dos factos que são factuais porque são a história, e portanto, sendo verdade, só lhe posso agradecer por ter corroborado a posição que o CDS-PP aqui defendeu, em defesa dos munícipes do Parque das Nações.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado, deu-nos, aqui, algumas explicações que eu, também, lhe agradeço, mas também, lhe pedia que estas explicações e o relatório que será remetido à Câmara pelas entidades competentes, em princípio pela APA, que seja igualmente, enviado aos moradores, porque os moradores a primeira coisa que fizeram foi enviar vários ofícios a pedir explicações e esclarecimentos à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia, ao Ministério do Ambiente, à APA, e portanto, a Câmara, até hoje, ainda não deu uma única resposta aos moradores e, portanto, para além de nós que, hoje, estamos aqui a questionar esta situação, enviar, também, ao representante desses moradores que em primeiro lugar, suscitaram esta questão, por interesse próprio, como é obvio, e por direito também, mas que merecem ter uma resposta.-----

----- Depois, relativamente à intervenção da Deputada Rosa Carvalho, que não foi propriamente uma pergunta, as questões que aqui, colocou sobre as situações ocorridas, eu também tinha conhecimento, falei com várias pessoas que estiveram nessa manifestação.-----

----- Esta questão do subsolo não é nova no Parque das Nações, aliás, já existem os do projeto de intervenção na Parque Expo, como sabemos, é do conhecimento geral desse projeto os solos foram descontaminados até doze metros, para baixo, não foram, isto é do conhecimento geral, e portanto, sempre que haja uma intervenção no Parque das

Nações, como deve ter havido, certamente, na construção do edifício onde habita, teremos sempre estes problemas. E teremos sempre que advir o que vem por aí, porque se temos este problema agora com este lote de ampliação do hospital CUF Descobertas, também, teremos com os dois lotes ao lado que vão ser intervencionados, brevemente. -----

----- Temos tido queixas de funcionários do Grupo Jerónimo Martins, que trabalham na zona das caves que têm sentido esse cheiro muito forte que tem criado náuseas e, até, desmaios, isto acontece, também, com os moradores e temos, embora apenas um relato que tenha chegado ao CDS-PP, que o cheiro tenha chegado às instalações atuais da CUF Descobertas. -----

----- Agora, esta questão não é propriamente, encontrar aqui, culpados. Não me parece que o Grupo José Mello Saúde seja culpado, esta é uma zona que abrange e é transversal a todo o Parque das Nações e, principalmente, a toda aquela zona, à zona sul do Parque das Nações. O que importa aqui, é perceber até que ponto podemos salvaguardar a segurança e a saúde pública, em particular, dos moradores e dos frequentadores daquela zona. E nessa medida, sendo nós Deputados Municipais, pedir essas explicações à Câmara que tem toda a obrigação de nos dar, seja tê-las através dos órgãos competentes, das entidades governamentais, seja através dos institutos, mas que nos deve dar resposta a nós, e como disse, volto a repetir que é importante, dar essa resposta aos moradores porque foram eles que desencadearam esta questão e, também, referir que não era uma manifestação, que eu percebi dos moradores que é uma coisa que os irrita muito, aquilo não era uma manifestação, era uma concentração, portanto, é uma coisa muito diferente. -----

----- Depois, também, gostaria de aproveitar este momento, eu coloquei, aqui, a situação da Gago Coutinho esta foi uma medida intervencionada pela Câmara Municipal, e gostava também, de perguntar, diretamente, ao Senhor Vereador Manuel Salgado se não tem resposta às duas perguntas que lhe coloquei? Até porque, lembro-me que em julho de 2016, foi o Senhor Vereador Manuel Salgado que deu indicações ao público, se não me engano, ao Jornal O Público, sobre esta matéria, que havia um projeto para o futuro e portanto, gostaria de saber, em primeiro lugar, repetindo as perguntas que já fiz, qual é o projeto que a Câmara pretende implementar naquela zona? Que intervenção é que pretende fazer? E se, até lá, não vai fazer a marcação da sinalização horizontal nos passeios? Porque, como deve imaginar, a simples colocação de sinalização vertical dá uma autorização legal, digamos assim, camarária, no âmbito do Código da Estrada, para estacionar em cima do passeio. Mas, depois, não havendo marcações o que acontece é que os carros estão a estacionar mesmo junto aos muros as residências, das moradias que ali estão, e portanto, as pessoas não conseguem passar no passeio de forma livre, e isso viola a Carta Municipal dos Direitos Municipais dos Peões, e em particular, os princípios da acessibilidade pedonal. Portanto, gostava muito de ouvir a sua opinião e que nos desse, aqui, os esclarecimentos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, mas não será agora, a sua intervenção foi a última das declarações políticas, já não há mais intervenções. De qualquer maneira, ficou feito o pedido, e a Câmara ouviu a sua solicitação.-----

----- Vamos, agora, passar à votação dos documentos que foram apresentados.-----

----- Temos em primeiro lugar, a **Moção nº 1/130** apresentada pelo PCP, *São Precisas Medidas Imediatas Para Dar Resposta Aos Graves Problemas do SNS*, (A **Moção nº 1/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- Foi pedida votação por pontos, vamos votar os **pontos 1 e 2**. Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Os **pontos 1 e 2** da **Moção nº 1/130** foram **aprovados por maioria**.---

----- Vamos passar ao **ponto 3** da **Moção nº 1/130**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT e PNP, abstenções do PAN e da Presidente da AML, votos a favor do PCP, BE, PEV e 5IND. O **ponto 3** da **Moção nº 1/130** foi **rejeitado**.-----

----- O **ponto 4** da **Moção nº 1/130**. Votos contra do PSD, CDS-PP e do MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 4** da **Moção nº 1/130** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 5** da **Moção nº 1/130**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP e PNP, abstenção do MPT, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. O **ponto 5** da **Moção nº 1/130** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar ao **ponto 6** da **Moção nº 1/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 6** da **Moção nº 1/130** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Terminámos a **Moção nº 1/130**.-----

----- Vamos passar à **Moção nº 2/130**, apresentada pelo BE, *Pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz*, (A **Moção nº 2/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- O Senhor Deputado do PSD pede a votação por pontos, portanto, vamos votar em primeiro lugar, o **ponto 1** da **Moção nº 2/130**. Votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.

----- O **ponto 1** da **Moção nº 2/130** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **ponto 2** da **Moção nº 2/130**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. O **ponto 2** da **Moção nº 2/130** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos à **Moção nº 3/130** apresentada pelo MPT, *Contra o Armazém de Resíduos Nucleares e Prolongamento do Funcionamento da Central Nuclear de Almaraz*, (A **Moção nº 3/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos passar à votação da **Moção nº 3/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Moção nº 3/130** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- E, finalmente, a **Moção nº 4/130** apresentada pelo PEV, *Condenação da Opção de Construir uma Central de Armazenamento de Resíduos Nucleares em Almaraz*,

(A **Moção nº 4/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos passar à votação da **Moção nº 4/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Moção nº 4/130** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados, estando aprovadas estas moções, congratulo a Assembleia pela posição tomada, e informo que no dia quatro de fevereiro, sábado, haverá uma sessão, uma Conferência Internacional promovida pelo Movimento Ibérico Antinuclear, esse foi o movimento que promoveu a manifestação em frente ao Consulado da Embaixada de Espanha, portanto, quem estiver interessado procure no site Movimento Ibérico Antinuclear e procurem inscrever-se se assim, o entenderem.

----- Farei, naturalmente, a transmissão destas moções não só às associações de defesa do ambiente como está, aqui, proposto, relativamente ao encaminhamento proposto pelo Partido da Terra, eu sugeria que enviássemos para o Movimento Ibérico Antinuclear porque estão lá todos os outros, não temos o endereço, nomeadamente, das entidades em Espanha, portanto, enviamos para o Movimento Ibérico Antinuclear para garantirmos que isto chega ao seu destino.-----

----- Vamos passar, agora, às recomendações.-----

----- Temos a **Recomendação nº 1/130**, apresentada pelo CDS-PP, **Estacionamento na Avenida Almirante Gago Coutinho**, (A **Recomendação nº 1/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação nº 1/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 1/130** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A **Recomendação nº 2/130**, apresentada pelo BE, **Reestruturação do Setor Empresarial Local Dedicado à Mobilidade**, (A **Recomendação nº 2/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- A **Recomendação nº 2/130** tem uma alteração na redação que eu vou passar a sinalizar, portanto, eu vou passar a ler o texto, a parte inicial é igual, a parte final é que se altera, e o texto passa a ser o seguinte: *‘Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que desenvolva estudo e apresente a respetiva proposta sobre a reestruturação do Setor Empresarial Local de Lisboa na área dos transportes e mobilidade, eliminando o Setor Empresarial Local criado pela aquisição da Carris, nomeadamente, as empresas detidas a cem por cento, obtendo eficiência e salvaguardando os direitos dos trabalhadores’*.-----

----- Portanto, é esta a redação que está proposta, e vamos pôr à votação a **Recomendação nº 2/130**. Votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN e 6IND, não há abstenções, votos a favor do BE e do PAN. A **Recomendação nº 2/130** foi **rejeitada**.-----

----- E terminámos esta parte da nossa ordem de trabalhos.-----

----- Sei que temos alguns cidadãos presentes que estão à espera da parte seguinte dos nossos trabalhos e, portanto, agradeço que tenham esperado.-----

----- Vamos, entrar, agora, na parte das propostas da Câmara.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra vai intervir no primeiro ponto. -----
----- Senhores Deputados, temos as duas primeiras propostas que têm a ver com autorizações para alienar lotes no Bairro Prodac Norte, é a **Proposta nº 731/CM/2016**, e a Prodac Sul, a **Proposta nº 732/CM/2016**.-----

----- Eu pergunto se a Câmara pretende fazer a apresentação destas propostas? -----

----- Senhora Vereadora Paula Marques, faça favor.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

----- **PONTO 5.1 PROPOSTA 731/CM/2016, PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA – AUTORIZAR PARA ALIENAR OS LOTES DO BAIRRO DA PRODAC NORTE, PELOS VALORES DE ALIENAÇÃO DEFINIDOS NO ANEXO II, DA DELIBERAÇÃO Nº 38/AM/2011, QUE DELA FAZ PARTE INTEGRANTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO Nº 2 DO ARTIGO 23º, E ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 731/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 5.2 PROPOSTA 732/CM/2016, PONTO 3 DA PARTE DELIBERATIVA – AUTORIZAR PARA ALIENAR AS HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS DO BAIRRO DA PRODAC SUL, SEGUNDO OS VALORES DE VENDA CALCULADOS, NOS TERMOS PROPOSTOS NO PONTO 2 E DESCRIMINADOS NO ANEXO II, DA PRESENTE PROPOSTA, DA QUAL FAZ PARTE INTEGRANTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO Nº 2, DO ARTIGO 23º, E ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 732/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 3/130** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação das propostas: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Eu gostaria de, em relação às duas primeiras propostas, efetivamente fazer, não é propriamente uma apresentação, mas é, em primeiro lugar, saudar todas as pessoas que estiveram envolvidas no trabalho para que pudéssemos chegar até aqui, em

particular, os serviços municipais, quer da habitação, quer do urbanismo, planeamento urbano e do património, naturalmente, todos os serviços que no território estiveram mais presentes, através do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da autoconstrução, e gostava de saudar, e uma vez que estão presentes na sala, as Associações de Moradores do Bairro da Prodac Sul e do Bairro da Prodac Norte, bem como a Junta de Freguesia de Marvila, sem a colaboração das quais, e da respetiva população destes bairros, não poderíamos ter chegado a um momento em que chegámos. E, portanto, estão na sala, têm estado a acompanhar os trabalhos da Assembleia, até ao momento presente, e eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem saudar as duas associações de moradores e a forma participada e empenhada de todas as associações e, em particular, destes moradores para chegarmos à resolução que hoje estamos a discutir. E, portanto, era a primeira questão que eu gostava de deixar em ata e de reconhecimento público a todos os que permitiram, agora, e no trabalho anterior, para que pudéssemos chegar a este momento. -----

----- Dizer, também, que o resultado, estas duas propostas resultam de um longo período de luta destes moradores, para que chegássemos à resolução e, no fundo, à regularização urbanística e cadastral do Bairro da Prodac Norte e do Bairro da Prodac Sul. -----

----- Nós tivemos uma longa discussão, em comissão, muito produtiva e, portanto, presumo que as forças políticas se tenham reservado para o plenário as suas observações, mas queria também saudar a forma como decorreram as reuniões da 1ª e 3ª Comissões, no que diz respeito a estas matérias. -----

----- E dizer que, aquilo que nós aprovamos, hoje, aqui, é um ponto final do ponto de vista procedimental do longo tempo de espera e que agora, a partir de agora, será muito mais fácil concretizar aquilo que são as expectativas e a ânsia desta população que há tanto tempo espera pela resolução de regularização urbanística e cadastral do Bairro da Prodac Norte e do Bairro da Prodac Sul. -----

----- Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra e na qualidade de Relatora do Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões Permanentes, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Foi de facto, uma honra ter feito este parecer e, em vez da intervenção mínima que ia fazer, digo apenas que vi ao vivo, e a cores, no sábado à tarde, com a Senhora Vereadora que tutela este início do fim deste extraordinário trabalho, marca de abril, marca de três vereadores concretos, na altura a Vereadora Helena Roseta, e os atuais Vereadores Manuel Salgado e Vereadora Paula Marques. -----

----- Esta é, de facto, uma marca de abril no que diz respeito a como as pessoas, os cidadãos, se juntam, conseguem com determinação aquilo que é justo, porque apenas exigem um espaço de pertença que, neste momento, a Câmara os possibilita. -----

----- Portanto, dizer-vos que é uma honra ter participado, a minha participação foi mínima perante este trabalho que é, de facto, um trabalho que os autarcas têm que é com as populações ajudar a crescer e ajudar a concretizar os anseios. Penso que o

nosso desidrato é esse, pura e simplesmente, fazer política, política esta com, pelo e para os cidadãos. -----

----- É só. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Eu vou ser muito rápida. Eu vou só chamar, aqui, à colação, para memória futura, que este processo de resolução do Bairro da Prodac, Norte e Sul, foram iniciados em 2005, e que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, por deliberação de 659/2005, a vinte e um de setembro.-----

----- O processo de loteamento foi aprovado em 2005, Bairro Prodac Norte foi o primeiro projeto de renovação e reabilitação urbana realizado, em Portugal, com a participação democrática e interação com toda a população.-----

----- Eu só vinha reiterar, aqui, que graças a Deus que este processo vai ser aprovado, mas que, de facto, lembrar que esta iniciativa de 2005, que demorou onze anos para chegar a uma conclusão e que, naturalmente, foi a população que pagou.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Já agora, para memória futura, lembrar que o processo da Prodac vem antes do 25 de Abril, portanto, até 2005, passaram muitos mais anos e enfim, todos os que puderam dar o seu contributo, afinal o deram.-----

----- Vamos concluir, é o que importa.-----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Também, serei muito rápido.-----

----- Em primeiro lugar, para regozijar pela resolução de um processo muito longo, de décadas, tal como dizia a Senhora Presidente, vem antes do 25 de Abril, e de difícil gestão e conclusão, porque senão não estaríamos quatro décadas para o resolver.-----

----- É também um trabalho de vários mandatos e portanto, estão de parabéns todos os intervenientes, dos vereadores, aos serviços envolvidos que se dedicaram à regularização patrimonial dos Bairros Prodac Sul e Norte, ao longo deste tempo.-----

----- Finalmente, será feita justiça para todos aqueles moradores que, agora, poderão, sem dúvidas, ser proprietários na totalidade das suas casas.-----

----- E como dizia, há pouco, a Deputada Ana Gaspar, e eu partilho, esta proximidade entre eleitos e moradores ao longo destes anos, neste processo, sempre por este objetivo comum, é realmente, muito gratificante e, também, emocionante para muitos, pelo menos para aqueles que estão mais envolvidos, neste processo, e estão cá várias pessoas que estiveram envolvidas no mesmo.-----

----- Quanto à recomendação apresentada pelas Comissões de Finanças e de Urbanismo, relativamente à isenção do IMI, estamos totalmente favoráveis e, portanto, vamos votar a favor. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores aqui presentes, Senhora Vereadora Paula Marques. -----

----- A minha intervenção será curta, será certamente uma intervenção de alguma emoção, mas terá que se restringir a dois pontos, que me parecem fundamentais. -----

----- Em primeiro lugar há que dar os parabéns a todos os que conseguiram realizar esta enorme tarefa e aí sim, centra na Senhora Vereadora e no executivo municipal, esse sentimento de parabéns. -----

----- Não há dimensões partidárias no momento em que estamos a viver. -----

----- É algo que no nosso ponto de vista tem pecado pelo atraso, mas o que interessa agora é que está resolvido. -----

----- E finalmente estas pessoas podem ver agora cabalmente a sua situação esclarecida, não só protegendo-se a elas próprias, mas também protegendo as suas famílias no futuro. -----

----- Por fim quero destacar, esta comunidade em particular. A comunidade do Bairro da PRODAC SUL. São gente muito especial, gente que tem sido e demonstrado, como exemplos de cidadania e participação comunitária. Foram pessoas que perante toda estas adversidades e dificuldades deste processo, mantiveram-se sempre serenos, cooperantes, disponíveis, sempre, perante todos os avanços e recuos que ao longo destes anos todos assistiram. -----

----- E por isso, a minha última palavra é a inequivocamente para eles. -----

----- Muitos parabéns, também. Têm hoje finalmente as suas vidas organizadas. Têm a probabilidade, a possibilidade de começar agora a tratar daquilo que é a maior justiça, no que diz respeito, também às suas famílias, a reorganização do modelo do Bairro e uma vida comunitária em pleno e assumindo as responsabilidades. -----

----- Terminava com este pormenor. -----

----- É muito raro hoje em dia na cidade de Lisboa ver as comunidades tão disponíveis para assumir as responsabilidades perante aquilo que elas são e perante aquilo que é o trabalho que tem que ser depois implementado ao nível de todo o projeto camarário, e neste caso em particular, na resolução deste problema. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Naturalmente, que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente estas duas propostas, são de elementar justiça para estes habitantes de Lisboa. -----

----- É um processo muito, muito, longo demasiado longo nesta cidade, como disse, e bem, anterior ao 25 de Abril, desde 71, o Prodac Norte com as moradias unifamiliares,

e a Prodac Sul com as multifamíliares e, portanto, são muitas pessoas que precisavam que fosse reconhecida a sua dignidade e o seu direito à habitação há muitos anos. Por isso, também, uma saudação à vereação que, finalmente, conseguiu terminar este processo, é um processo complicado porque, tecnicamente, também, tinha questões de regularização patrimonial, levantamento, arquitetura, questões técnicas associadas, mas é preciso vontade política e as coisas resolvem-se quando isso acontece.-----

----- E, naturalmente, uma palavra aos moradores sem eles, e sem a sua participação, estes processos não se fazem como deveriam ser feitos, e acho que a cidade tem muito que aprender sobre a forma como é pensada e como é desenhada e como o urbanismo pode ser feito, e tem que aprender com a participação das pessoas e com a participação dos moradores.-----

----- Tivemos experiências muito interessantes neste país, e nesta cidade, historicamente, nos períodos mais vivos da democracia portuguesa a seguir ao 25 de Abril, e acho que temos que repensar a cidade e como é que podemos aprender com esses processos na construção da cidade, porque a cidade beneficia com isso e enriquece com essa participação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Belarmino Silva (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público em geral.-----

----- Também vou ser curto, mas penso que hoje fez-se justiça. E não vale a pena chamarmos a nós os louros. Todos, cada um na sua quota-parte, enfim, eu não vou chamar para mim louro nenhum porque eu pouco fiz, para não dizer nada, os louros vão todos para a Senhora Vereadora, e eu quero dizer que hoje, fez-se justiça quer para a Prodac Norte, quer para a Prodac Sul, porque há quarenta anos, aquelas pessoas receberam as casas sem nada. Foram eles que as acabaram de construir, foram eles que fizeram tudo o que hoje existe, à exceção do saneamento e dos arruamentos que a Câmara, mais tarde, veio a concluir.-----

----- Portanto, é de inteira justiça aquilo que, hoje, vamos aprovar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, concluiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Eu gostaria só, depois de ouvir todas as forças políticas, deixar mais uma vez, em destaque, que este processo só foi possível chegarmos até aqui, naturalmente, com o trabalho todo que foi feito, ao longo destes anos, o que ele demorou foi muito, demorou muito tempo para chegarmos até esta conclusão.-----

----- É evidente que, quando há vontade política, as coisas resolvem-se, e é preciso ter vontade política para as fazer, e para as resolver. Mas é verdade que, este processo, demorou tempo demais, assim, como outros processos decorrentes do programa, que estamos a ajudar como Câmara, em articulação com a Administração Central a resolver. Mas, são demasiados anos de espera, é verdade, mas há uma coisa que eu gostava de voltar a dizer; esta capacidade de organização e capacidade de resiliência desta comunidade é, de facto, muito única, até porque, neste processo, este processo passou por várias situações de desânimo, absoluto. Eu queria só recordar que o PDM

de 1992, previa a demolição destes bairros e, portanto, até por esta sensação de desalento esta população, passou. O PDM de 92 implicava a demolição e, portanto, foram muitos anos mas, também, muitas situações complicadas do ponto de vista técnico, como algumas forças políticas aqui deixaram, mas foi com o trabalho de todos, antes de nós, naturalmente, durante o nosso processo, mas sempre, sempre com os mesmos moradores, que nós chegámos até aqui. Mas é preciso perceber o que é o processo do Prodac Norte e Sul. -----

----- Passar por um processo em que, desde as questões cadastrais, as questões de manutenção do bairro, o bairro foi sempre mantido pelos pela incerteza do que era a definição, e é preciso perceber que houve determinados momentos históricos, nestes anos, que foi, de facto, muito difícil ultrapassar, nomeadamente, quando se punha a hipótese da demolição do bairro. -----

----- E, portanto, eu queria saudar, de novo, todas as pessoas que chegaram até aqui com todas as várias soluções que foram apresentadas. E, naturalmente, dizer que é preciso vontade política, de facto, para que se chegue à concretização. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa vai pôr à votação o ponto 2, que é só a parte que nos diz respeito, que é a alienação, o **ponto 2 da Proposta nº 731/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto 2 da Proposta nº 731/CM/2016** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Passamos, agora, à votação do **ponto 3 da Proposta nº 732/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto 3 da Proposta nº 732/CM/2016** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos pôr à vossa consideração a **Recomendação nº 3/130**, que tem a ver com uma recomendação à Câmara que vem do parecer das comissões, no sentido de envidar esforços para a determinação de um período justo de isenção de IMI a considerar na alienação destes Bairros Prodac Norte e Sul. É um pedido à Câmara para estudar isto. E que informe, periodicamente, a Assembleia Municipal os desenvolvimentos relativos a este processo paradigmático. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 3/130**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 3/130** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, antes dos vossos aplausos, agora que a intervenção da Mesa já não pode influenciar, e portanto, já não pode ser considerada excessiva, permitam-me que me associe às palavras que, aqui, foram ditas e que aqui, na presença dos moradores, recorde os que, primeiro, lá estiveram, muitos deles, já morreram. Hoje, são herdeiros, são filhos, são descendentes, alguns, ainda, são os primeiros, mas eu queria aqui, ter uma palavra, uma lembrança e uma homenagem para aqueles que no início, começaram este processo mas não lhe chegaram a ver o fim. -----

----- (Aclamação).-----

----- Estão de parabéns e agora, vamos continuar a vossa luta, e nós, continuar o nosso trabalho. -----

----- Vamos prosseguir, agora, com outra situação bastante importante que é um contrato de programa para o Bairro da Cruz Vermelha, contrato de programa a realizar entre a Câmara e a Gebalis. E eu tenho um pedido, nomeadamente, o Senhor Deputado Sobreda Antunes para que esta proposta seja, devidamente, apresentada pelos Vereadores, ou Paula Marques, ou o Manuel Salgado. É a Paula Marques. Para que fique clarificado todos os elementos para a deliberação.” -----

----- **PONTO 5.3 PROPOSTA 745/CM/2016 - CONTRATO-PROGRAMA PARA O BAIRRO DA CRUZ VERMELHA, A CELEBRAR COM A GEBALIS – EMPRESA DE GESTÃO DO ARRENDAMENTO SOCIAL EM BAIROS MUNICIPAIS DE LISBOA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS SEGUINTE DISPOSIÇÕES CONJUGADAS: Nº 2 DO ARTIGO 25º, Nº 2 DO ARTIGO 26º, Nº 2 DO ARTIGO 32º, ALÍNEA A), DO Nº 1 DO ARTIGO 42º, E NºS 1 E 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; Nº 1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA; ALÍNEA N), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS; E ALÍNEA C) DO ARTIGO 20º, E ALÍNEAS A) E B), DO ARTIGO 24º DOS ESTATUTOS DA GEBALIS EM VIGOR; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 745/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, fica anexado à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Também aproveitar a ocasião para dizer que esta questão, esta proposta que, hoje, temos em apreciação e votação, foi discutida em sede de 1ª e 3ª comissão, aliás, no mesmo dia em que fizemos a discussão das duas propostas anteriores, e saudar também a forma participada como correu a discussão nas duas comissões. -----

----- Dizer muito claramente que aquilo que nós estamos a falar é de um contrato-programa para intervenção específica e de urgência no Bairro da Cruz Vermelha, e que a proposta que, hoje, temos em votação não condiciona em nada, e eu penso que era isto que era importante clarificar, não condiciona em nada aquilo que é a intervenção de fundo que, neste momento, já está em preparação no Bairro da Cruz Vermelha, intervenção essa que é articulada entre o Pelouro da Habitação e

Desenvolvimento Local, a Gebalis, e o Pelouro do Urbanismo, naturalmente, mas que é deixar tranquila todas as forças políticas que aquilo que estamos a fazer, agora, e a identificação das intervenções que estão presentes na proposta, não condicionam em nada, volto a dizer, aquilo que é a intervenção de fundo e de futuro, em relação ao Bairro da Cruz Vermelha. -----

----- É uma intervenção que nós entendemos necessária fazer para dotar daquilo que foi identificado, quer pelos nossos serviços, quer pelos moradores, e pela Associação de Moradores, eu estive já, por duas vezes, em assembleias com os moradores do Bairro da Cruz Vermelha, sobre esta matéria e sobre a matéria de fundo e, portanto, as duas estão consensualizadas com a população, naturalmente, haverá quem esteja mais de acordo, ou menos de acordo, mas está consensualizada com a população, e foi presente à população antes de nós virmos aqui, e portanto, deixar todas as forças políticas tranquilas que a intervenção que estamos a fazer, agora, não vai condicionar em nada aquilo que é o futuro do Bairro da Cruz Vermelha e, portanto, entendemos que a intervenção que temos que fazer, agora, até porque aquilo que é o futuro do Bairro da Cruz Vermelha passará por um processo mais demorado, entendemos que estas intervenções que temos que fazer, agora, que reconheço que deviam ter sido já feitas, mas volto a dizer, estamos a propor fazê-las, agora, pretendem minimizar aquilo que são as más condições de habitabilidade, nomeadamente, questões de segurança, nomeadamente, questões de segurança, e de funcionamento das infraestruturas técnicas, mas a segurança é que é bastante importante a nível do rés-do-chão, que foi requerida por muitos moradores.-----

----- E, portanto, aquilo que estamos a fazer, agora, não condiciona e não implica a não intervenção de fundo que estamos já a operacionalizar. -----

----- Obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- O Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões, tem como relatora a Deputada Patrocínia César. Pergunto se a Senhora Deputada quer apresentar o parecer? A Senhora Deputada prescinde da apresentação do parecer. Eu não tenho, aqui, pedidos de palavra.-----

----- Sendo assim, a Mesa vai colocar à vossa consideração a **Proposta nº 745/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 745/CM/2016** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar, agora, à **proposta nº 698/CM/2016**.” -----

----- **PONTO 5.4 PROPOSTA 698/CM/2016, PONTOS 5 E 9 DA PARTE DELIBERATIVA – LANÇAMENTO DE HASTA PÚBLICA DA PARCELA AB, RESULTANTE DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA PRAÇA DE ESPANHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D, DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 698/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Como já referiu, no fundo esta proposta tem três temas fundamentais: o primeiro, era o protocolo com o IPO protocolo esse que, aliás, foi assinado ontem, entre o Senhor Presidente da Câmara e o, não sei qual é o cargo, a Presidente do IPO, ou Diretor do IPO, protocolo esse que prevê a construção de um novo edifício num espaço que, hoje, está ocupado por um estacionamento, e que é propriedade municipal.-----

----- Segundo ponto desta proposta, prevê o ordenamento da Praça de Espanha com um jardim que aproveita grande parte da área que, hoje, está sacrificada por vias e que se estende, depois, pelas traseiras da José Malhoa. É um projeto que vai ser objeto de concurso público internacional a lançar, em breve, que resulta de uma parceria entre a Fundação Calouste Gulbenkian, o Montepio que é proprietário de parte dos terrenos à volta da Praça de Espanha e a Câmara Municipal, e que vai valorizar muito esta zona da Cidade de Lisboa.-----

----- O terceiro ponto da proposta que, como a Senhora Presidente já referiu, a alienação de uma parcela para a construção do edifício de escritórios, dentro da estratégia que estabelecemos de fazer ao longo da Avenida de Berna, entre a Praça de Espanha e Entrecampos, uma zona que é, particularmente, bem servida de transportes públicos, uma zona para localização de atividades terciárias, essencialmente, escritórios.-----

----- É este o conteúdo da proposta.-----

----- No que diz respeito à parte que é da competência da Assembleia Municipal que tem a ver com a alienação da parcela de terreno, a hasta pública já foi organizada com base no projeto de regulamento património está, neste momento, a consulta pública e que já foi aprovado na Câmara Municipal.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- A proposta que nos cabe analisar, agora, é a proposta nº 698/CM/2016, e esta proposta é a proposta do lançamento de uma hasta pública da parcela AB, resultante da unidade de execução da Praça de Espanha. É isso que nos cumpre apreciar, aqui, hoje.-----

----- O Senhor Vereador, pela Câmara apresentou-nos, em traços gerais, aquilo que será proposta. A proposta, efetivamente, tem quatro pontos principais, é uma proposta

bastante longa e, então, temos no ponto um, os antecedentes, de um a dez, depois, o protocolo com o IPO são os pontos onze a dezassete, depois a referência ao parque urbano dos pontos dezoito a vinte e oito e, finalmente, a criação de um eixo terciário na Cidade de Lisboa que vai dos pontos trinta a quarenta e quatro. -----

----- Aquilo que nos cabe analisar, aqui, hoje, é justamente um lançamento da hasta pública de uma parcela. Aquilo que nós estamos a falar, aqui, hoje, e que está agendada, e que nos cumpre decidir é a alienação de uma parcela de terreno municipal. E, aquilo que é dito, na proposta, é que estamos a referir-nos à alienação em hasta pública de uma parcela, na Praça de Espanha, com a área de três mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados, e uma superfície de pavimento de vinte e dois mil e vinte e dois metros quadrados destinadas, exclusivamente, ao uso terciário. E nós estamos aqui, hoje, para aprovar, ou não, esta hasta pública com um valor base de dezasseis milhões quatrocentos e cinquenta mil euros, e o resto das peças da hasta pública. E esta é uma proposta dos Senhores Vereadores, Manuel Salgado e José Sá Fernandes, sendo que eu chamo particular atenção para aquilo que é dito ponto 33, da proposta, e que é o seguinte: *‘A parcela AB corresponde à área ocupada pelo mercado de rua improvisado que existia na Praça de Espanha, implantado algumas décadas, em terreno municipal, e foi desativado a trinta de setembro de 2015’*. -----

----- Portanto, e de acordo com o ponto 33 da proposta, podemos afirmar, sem margem para dúvidas, que o terreno onde estavam os feirantes deu origem à parcela AB e que, hoje, está aqui, em discussão, para ir à praça por, pelo menos, dezasseis milhões e quinhentos mil euros, quatrocentos e cinquenta mil. -----

----- Mas isto é o que nós estamos, aqui, a apreciar. Durante anos, muitos anos, a narrativa para a Praça de Espanha foi bastante diferente. -----

----- Eu tomo a liberdade de lembrar, aqui, alguns momentos dessa narrativa. Por exemplo, no Jornal de Notícias de dezanove de Dezembro de 2012, portanto, no final, no final, quase, do anterior mandato, o Senhor Vereador Manuel Salgado, na altura Vice-presidente da Câmara declarou, eu trouxe cópia, o seguinte: *‘A Praça de Espanha seria um jardim de utilização intensa, retirando o terminal de autocarros, a feira e a rua que atravessa a praça’*, e continuava: *‘Tornar utilizável área central da Praça de Espanha e fazer dela um jardim de utilização intensa’*, disse o Vice-presidente da Câmara, Manuel Salgado. E reiterou: *‘É possível retirando os comerciantes e o terminal de transportes, fazendo uma rotunda triangular e ganhar quatro hectares de terreno e fazer um jardim’*, continuou nesta mesma notícia: *‘O autarca socialista indicou que, em janeiro, portanto, de 2013, será lançado um concurso público de ideias de arquitetura e paisagismo para encontrar a melhor solução para a zona, para que, em Maio, de 2013, exista uma proposta de solução definida’*. -----

----- Já o ano passado, o Público, através de uma jornalista que costuma estar, até, aqui, presente, Inês Boaventura, em Setembro de 2015, noticiava: será uma praça pública de qualidade, esta quarta-feira, portanto, em Setembro de 2015, a Câmara Municipal de Lisboa vai discutir o pagamento de um total de cerca de oitocentos e

vinte mil euros aos sessenta e nove comerciantes que exerciam atividade no mercado, a título compensatório. E reiterava-se, novamente: ‘Em Setembro de 2015, reconverter o espaço através da criação de uma praça pública de qualidade, perfeitamente, integrada na malha urbana, convocação relevante para a fixação de atividades de lazer, estruturada por percursos pedonais de continuidade com a envolvente e bem servida por transportes públicos. -----

----- Ontem, finalmente e para não vos massar, aconteceu que o Presidente Fernando Medina, no Facebook, dá um salto lógico, para meu espanto. Apresenta um filme e umas declarações, eu também tomei a liberdade de imprimir, está aqui, e diz assim: ‘Hoje é um grande dia para o Serviço Nacional de Saúde, para o país e para a cidade de Lisboa. Com a cedência de terrenos camarários para a construção de um novo edifício do IPO, com capacidade para atender mais de mil e quinhentos doentes por ano, vamos ter mais e melhor IPO, uma expansão das instalações que garante a continuidade do IPO, em Lisboa, permitirá uma relação, ainda, mais humana com os doentes desta instituição de referência de todo o país. Ao mesmo tempo, vamos reorganizar o espaço público. Ou seja, enquanto lá estiveram os comerciantes, enquanto estiveram os comerciantes na Praça de Espanha, falou-se num jardim. Depois, quando saíram os comerciantes, e ontem começou a falar-se no SNS e no IPO, eu penso que há aqui uma utilização abusiva dos bons sentimentos que as pessoas têm, e têm de ter relativamente ao IPO. -----

----- Aquilo que nós estamos a discutir, aqui, hoje, mais uma vez, é uma alienação de um ativo municipal para o setor terciário, com o valor base de dezasseis milhões de euros, é isso que nós estamos, aqui, a discutir. -----

----- Em relação ao SNS, e em relação ao Presidente Medina que ontem despudoradamente invocou o tema, eu recomendo algum pudor, pois foi, exatamente, com este executivo do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Lisboa, que se mandou destruir o mais recente, o mais moderno quartel de bombeiros que havia em Lisboa para que um hospital privado, do Grupo Espírito Santo, se expandisse. E foi, exatamente, este executivo socialista que aprovou, em Alcântara, a alienação de um outro ativo municipal importantíssimo para a construção de um outro hospital privado, desta feita do grupo José de Mello. Tem de haver pudor em falar do SNS e do IPO, quando aquilo que se quer fazer, pura e simplesmente, mais uma vez, é alienar um ativo municipal. É preciso pudor. Uma consciência pesada não pode levar a tanto.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em exercício.-----

----- O CDS gostaria de, em primeiro lugar, salientar o facto desta proposta se dividir em 2 partes deliberativas:-----

----- 1) Protocolo entre a CML e a IPO, que estipula a utilização de terreno para ampliação das infraestruturas deste equipamento de saúde.-----

----- O trabalho meritório do IPO, do seu corpo clínico e técnico e voluntários é mais do que motivo para merecer o nosso apoio à proposta de protocolo, em que o Município assume os encargos com os arranjos exteriores. -----

----- Importa ainda salientar que o novo edifício vai permitir receber mais 1.500 doentes, a entrar em funcionamento, em 2019. -----

----- 2) Concurso Público para elaboração do Projeto Urbano da Praça de Espanha, para seleção de dez trabalhos. -----

----- A opção por apresentação pública de propostas merece, também, o nosso apoio, aliás medida que o CDS tem defendido em inúmeras propostas. -----

----- 3) Peças Concurrais e nomeação do júri. -----

----- As deliberações agora descritas são competência do Município, pese embora consideremos a importância de registar a nossa concordância às mesmas. -----

----- Já no que respeita aos pontos 5 e 9, essa competência, desta Assembleia, que propõem a alienação em hasta pública de uma parcela de terreno para uso terciário, bem como o valor base de licitação, a aprovação das peças escritas e desenhadas da hasta pública e ainda a delegação de poderes na Comissão de Hasta pública, o CDS manifesta-se contra as mesmas. -----

----- Apesar da Assembleia não ter aprovado, até à data, a revisão do Regulamento do Património e pese embora a vontade da CML em lucrar com a venda de terrenos municipais, questionamos a opção para uso terciário. -----

----- Para quem conhece a cidade, basta uma passagem entre a Praça de Espanha e a Av. República/Saldanha para encontrar inúmeros imóveis, de dimensões consideráveis, disponíveis para venda ou arrendamento comercial. -----

----- Numa freguesia em que os idosos são parte significativa da população residente, o CDS apostaria na criação de uma Unidade de Cuidados Continuados que, além desta realidade, é uma necessidade prevista na Carta de Equipamentos. -----

----- Portanto, nesta matéria, temos uma visão diferente do uso a dar à parcela AB, em que o CDS toma uma posição clara em prol dos munícipes com maior necessidade de cuidados, pelo que iremos votar contra os pontos 5 a 9. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro-secretário Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, informou o seguinte:-----

----- “Só para dar conhecimento à Câmara, o Partido Ecologista “Os Verdes” já formalizou o pedido de agendamento do debate de atualidade, já enviou por correio eletrónico para os serviços, e entregou, agora, aqui, na Mesa, portanto, Senhor Deputado pode fazer a intervenção. Este será, seguramente, o primeiro ponto da ordem de trabalhos da próxima terça-feira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e funcionários. -----

----- Sobre esta Proposta nº 698/2016 e a Unidade de Execução da Praça de Espanha, “Os Verdes” recordam o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, entendemos que a Unidade de Execução não seria o instrumento de gestão territorial que melhor permitirá ter uma visão alargada e participada na procura de uma solução urbanística integrada e coerente para toda esta importante área da cidade de Lisboa, pelo que sempre defendemos que fosse elaborado um plano de pormenor para a Zona da Praça de Espanha. -----

----- Em segundo lugar, “Os Verdes” não concordam que se esteja a alienar uma parcela de terreno municipal, sem que tenha sido aprovado o Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal, tal como previa a Recomendação nº 1/83 “Para uma gestão patrimonial sustentada e sustentável”, documento que se encontraria ainda em fase de consulta pública e que apenas, posteriormente, será analisado pela AML. E temos informação da Conferência de Representantes de Grupos Municipais realizada ontem que esta consulta pública irá ser prorrogada. Confirma, ou não, o Senhor Vereador este prolongamento do prazo? -----

----- Em terceiro lugar, no relatório de análise é referido expressamente que, citamos, “existe um estudo para um parque de estacionamento subterrâneo sob a Avenida Santos Dumont”, cuja entrada se prevê venha a ser feita junto a esta parcela de terreno que se pretende alienar, mas que é do desconhecimento público e dos grupos municipais. -----

----- Em quarto lugar, acresce a tudo isto o facto da Parcela AB, com uma área de 3.785 m², permitir a construção de pisos abaixo do solo destinados exclusivamente a estacionamento e áreas técnicas com acesso assegurado pela Rua Professor Lima Basto, numa área reconhecidamente bastante sensível a inundações, situação que para “Os Verdes” é preocupante. -----

----- Em suma, este processo representa mais uma alienação de património público para o mercado imobiliário, resultante de uma Unidade de Execução, sem que tenha sido ainda discutido o Regulamento do Património Imobiliário Municipal que defina a Estratégia para uma Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal, não nos parecendo também que estejam salvaguardadas as referidas questões ambientais. -----

----- Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós saudamos a ampliação das instalações do IPO e o protocolo que foi assinado. E, também, temos memória. Quem a queria pôr o IPO fora de Lisboa? O Governo anterior. Até o Duarte Lima comprou território, em Oeiras, para fazer esse negócio, não é verdade? É bom termos memória, porque realmente, agora, defender o IPO quando se quis pôr o IPO bem fora da cidade, realmente não têm, não faz muito sentido. -----

----- Agora, o que acontece na realidade é que, no reordenamento da Praça de Espanha entraram os interesses e os direitos da companhia de seguros Lusitânia, do Montepio, desapareceu a esquadra da PSP, faltou, em todo este processo, o plano de pormenor que sempre defendemos porque esta história já é um bocado longa, e se realmente tivesse sido elaborado um plano de pormenor, teríamos ocasião de discutir qual era o

interesse para o território que ia ser libertado. E a tal parcela AB, em vez de servir para, agora, porem em hasta pública, para a ‘*construção do edifício que até deveria ser muito mais alto*’, disse o Vereador Salgado Manuel Salgado, ainda, recentemente não fora o aeroporto, não fosse os aviões, ainda, seria mais elevado para construir escritórios. -----

----- Quem passe por aquela zona da cidade, e vá até à Avenida da República, a partir das sete, oito horas da noite, é um vazio completo. E, portanto, a visão que a Câmara tem para esta zona nobre da cidade é de torná-la maior deserto, alargando-a à Praça de Espanha que, aliás, já está marcada, profundamente, com a edificação de escritórios.-----

----- É esta a visão, é por quanto é que vamos vender aquela parte que nós vamos conseguir? Se isto é construir cidade, não é. É construir negócios, é construir grandes oportunidades, mas isso, realmente, em termos de habitação e de serviço proximidade, isso não interessa no planeamento da cidade. Interessa, de facto, mais dinheiro, mais negócio, mais venda de património, que é património da cidade, não devemos esquecer, e esse património, devia concorrer em primeiro lugar, para a habitação, para a habitação dos jovens, para um projeto que sempre aqui, defendemos e que a Câmara nunca assumiu que era da construção a preços controlados de habitação para os jovens da Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Vinha, aqui, também, lembrar que esta proposta em específico, levantou muitas dúvidas na 3ª Comissão, de que faço parte, obviamente, porque haveria uma falta de consenso, aliás, como veio referido no parecer, relativamente à necessidade de fazer pender, ou não, a aprovação de propostas de alienação do património municipal da apresentação, por parte da Câmara Municipal, de um projeto de regulamento de património imobiliário municipal. Essa questão já foi, aqui, levantada e aliás, é um projeto de regulamento que se encontra, neste momento, em consulta pública.-----

----- Gostaria, aqui, de lembrar alguns factos que vem também no parecer, mas são importantes para esta discussão, que é o facto de ter sido feita, por esta Assembleia, uma recomendação à Câmara, para que fossem enviadas, e fossem remetidas, a ela não só uma estratégia para a gestão sustentável do património mobiliário, como um projeto de regulamento de património imobiliário, em si. A verdade é que a Câmara respondeu a esta solicitação e enviou não só estes documentos, como a um conjunto de outros documentos de apoio que, a nosso ver, são obviamente suficientes para a aprovação de propostas de alienação de património municipal. Até porque lembramos que a recomendação que foi aqui apresentada, por esta assembleia, era no sentido de a Câmara apresentar o projeto, e não no sentido de ele ser aprovado, e foi assim, que ela foi, aqui, obviamente, aprovada.-----

----- Naturalmente que está, neste momento, em curso a sua aprovação, está em projeto de consulta pública, mas também é verdade, como acabei de dizer que foi feita esta divulgação por parte da Câmara e que, inclusivamente, deu um prazo de quatro

semanas para as várias forças políticas, da Assembleia Municipal, se pronunciarem sobre este projeto regulamento. Por isso, não nos parece existir, como foi aqui levantado, fundamento para dilatar, no fundo a aprovação destas propostas de alienação, nesta Assembleia. -----

----- Portanto, gostaríamos de deixar, aqui, expressas esta posição.-----

----- Também dizer, obviamente, que esta figura, este instrumento urbanístico, aqui, usado de unidade de execução é um instrumento, também, peculiar que não carece de ser aprovado pela Assembleia Municipal.-----

----- Obviamente, já foi, aqui, discutido da virtualidade e inclusivamente, nesta Assembleia, lembro-me de já ter vindo, aqui, discutir, precisamente, esta matéria a da diferença e das virtudes da utilização de unidades de execução ou de planos de pormenor, mas a verdade é que estamos perante uma unidade de execução e que inclusivamente foi pedido, na altura, ao Vereador Manuel Salgado, lembro-me de o fazer, que apesar de não ser obrigatório, que a Câmara desse conhecimento à Assembleia Municipal das unidades de execução que fossem aprovados pela Câmara, o que tem sido feito pela Câmara, desde aí, portanto, foi um compromisso também que foi cumprido pela Câmara Municipal, e gostaria de salientar isso, como já o fiz, também, na 3ª Comissão e, portanto, não vemos objeções, verificadas todas estas condições, para a aprovação desta hasta pública, como vem nesta proposta. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Há narrativas e há narrativas, e cada um vem com a sua narrativa. Mas há narrativas que são um bocado, absurdas. Enfim, vamos falar noutros termos. -----

----- Isto de falar em último lugar, presumivelmente, será em último lugar, obriga a que haja algumas repetições, eu espero conseguir fugir a essas repetições.-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, não está, mas está muito bem representado, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Serviços Municipais, Público e Comunicação Social.-----

----- Relativamente, então, a esta proposta, 698/2016 que se apresenta condicionadora de parte relevante da unidade de execução da Praça de Espanha, e é curioso a miscigenação que se faz entre um protocolo estabelecido com o IPO e uma mera alienação de terrenos por parte da Câmara Municipal de Lisboa, não deixa de ser curioso, constata-se que vem impor uma radical alteração do que foi afirmado permitido aos comerciantes do mercado do levante que, aí se encontrava, e a todas as pessoas que vivem e trabalham em Lisboa, de que no local iria nascer um jardim para fruição dos lisboetas, fruição geral, até se dizia qual era a área, e quem é que o iria pagar, que era especificamente, segundo parece, os próprios seguradores e banco, enfim, importa. Assim se convenceram as pessoas a promover a deslocação desse mercado, aliás, com grande soma de despesas para a cidade e para os próprios comerciantes, tudo fundado nas abundantes declarações do Vice-presidente da

Câmara e seu Vereador Manuel Salgado e que, também, aqui, já foram citadas pela Senhora Deputada Sofia Vala Rocha, a propósito do local no Expresso, no Jornal de Notícias, relativo a dezanove de janeiro de 2012, agora reeditada em quatro de janeiro de 2017, o facto, é que, em vez do jardim em todo esse espaço, vem agora propor-se uma torre para uso terciário, com mais de três mil metros quadrados de implantação, nessa parcela AB, e que além do sombreamento que determinará, apresenta ainda uma pegada ecológica e funcional, o que mais, ainda, virá reduzir drasticamente, o espaço que eventualmente venha a ser ajardinado, com grande frustração das expectativas dos munícipes de Lisboa. -----

----- Não é aceitável e já aqui, hoje, isto foi referido várias vezes. Não é aceitável que os responsáveis da Câmara produzam declarações sobre a futura existência de um facto qualquer, neste caso, específico de um jardim, para justificar a migração de comerciantes aí instalados com muita despesa para estes e para a cidade, e que, agora, por interesses próprios, se venham denegar em claro prejuízo para o ambiente e todos os munícipes. -----

----- Acresce, e isto para mim tem bastante significado, acresce que o agendamento desta proposta para este plenário desrespeita, objetivamente, reitero os termos, desrespeita, objetivamente, o parecer unânime da 1ª Comissão Permanente produzido a propósito das propostas 506/2015 e 507/2015, aliás, com uma recomendação número 1/83, retificada, proposta pela Mesa, a que o Vereador, em ofício de vinte e dois de abril de 2016, respondeu de forma ubíqua, pretendendo que com as vagas promessas que produziu, estariam, e passo a citar: *‘integralmente satisfeitas as recomendações formuladas pela Assembleia Municipal ao executivo, através da recomendação número 1/83’*, fim de citação. Como se um projeto de regulamento se transformasse, por passe de mágica de Manuel Salgado, no regulamento de património canonicamente, aprovado. Esta confusão não pode ser feita, tem que ser bem esclarecida. -----

----- Muito se estranha, aliás, que tão despropositada conclusão tenha encontrado eco e apoio em diversas instâncias desta Assembleia Municipal, de forma que teremos de classificar como de bizarro seguidismo e contra, totalmente, contra a mais evidente lógica. -----

----- Por tais ponderosas razões, não pode, nem deve, nem o fará o Grupo Municipal do PPD/PSD acompanhar a proposta tão nefasta e prejudicial para a cidade de Lisboa. --

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício. -----

----- Fazendo, aqui, o elenco das questões que foram levantadas, a primeira questão sobre a alienação de património sem que esteja aprovado, ainda, o regulamento que que a Câmara se comprometeu a fazer, e que se encontra em consulta pública. -----

----- Senhor Deputado, aquilo que a câmara recebeu foi um documento emanado da Assembleia Municipal, dizendo que deveria apresentar as linhas gerais do projeto e que apresentadas essas linhas gerais do projeto, que se poderia proceder à alienação de património. Esse documento que, neste momento, está em discussão pública é muito

mais do que as linhas gerais de uma estratégia para a alienação de património. Está em discussão pública, neste momento, Senhor Deputado, foram ouvidos todos os grupos políticos representados na Câmara Municipal e, ao que me parece, todos os grupos políticos representados na Assembleia Municipal, pelo menos vários dos grupos políticos da Assembleia Municipal que não estão representados na Câmara, foram introduzidas correções por proposta, desses, do conjunto das forças políticas representadas nos dois órgãos, da Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, no sentido de termos o regulamento mais consensual possível. Esse regulamento, Senhor Deputado, esse regulamento está em consulta pública e para esclarecer a dúvida que há pouco puseram, vai ter mais trinta dias de consulta pública, porque vai ser publicado no Diário da República, não obstante a lei, apenas, obrigar à publicação no Diário Municipal, o que já foi feito.-----

----- Portanto, isto para esclarecer o primeiro ponto. -----

----- É levantada, depois, uma questão pelo PCP, e pelo PEV que, aliás, recorrente, a questão da utilização da figura da unidade de execução, aquilo que se passa, neste caso, nós estamos a executar o plano diretor, com as regras do plano diretor, e a legislação urbanística, deste país, prevê a figura da unidade de execução e portanto, a unidade de execução tem tanta validade como qualquer outro instrumento, é sujeita a consulta pública, são ouvidas as várias forças, presentes da Câmara, que se pronunciam sobre a unidade de execução e, portanto, é com base em unidades de execução que nós temos feito a execução do Plano Diretor Municipal. -----

----- Segunda questão que levantam é a questão do conceito de cidade. É perfeitamente legítimo cada um de nós, tenha o seu conceito de cidade. O que nós defendemos é uma cidade com usos mistos, com residência acessível e por isso, temos um programa de residência acessível, com áreas de atividades económicas e nas atividades económicas temos muito claro quais devem ser o tipo de atividades económicas a desenvolver na cidade de Lisboa, e defendemos que, aliás, está plasmado no Plano Diretor, que a concentração de áreas de uso terciário deve ser feita nos locais da cidade melhor servidos por transportes públicos. -----

----- Nós temos uma cidade que polariza uma Área Metropolitana bem mais vasta todos os dias entram na Cidade de Lisboa o dobro das pessoas que residem, ou tantas pessoas quantas aquelas que residem na cidade e, portanto, temos que cuidar para localizar as áreas de atividades próximos dos nós da rede de transportes regional e, por isso, a Praça de Espanha tem condições, absolutamente, excecionais para localizar áreas de escritórios. -----

----- Diz o Senhor Deputado Modesto Navarro que a área da Praça de Espanha já é um deserto e que quantos mais escritórios ali pusermos, mais deserto será. Bom, eu queria chamar a atenção que exatamente o programa do Jardim da Praça de Espanha, o programa desse Jardim, e só para ter uma ideia, o Jardim é mais do dobro do Jardim da Estrela, para terem a noção da dimensão daquilo que está em jogo, esse programa era anexo a esta proposta, e por todos os Senhores Deputados devem ter tido a oportunidade de o ler, e de o estudar, e nós estamos, absolutamente, convictos com, exatamente, tudo o que existe à volta da Praça de Espanha, e com o programa que

estamos a propor para a Praça de Espanha, a Praça de Espanha não será um deserto, mas sim, uma zona central na Cidade de Lisboa. -----

----- Diz, também, a Senhora Deputada do PSD que um terreno que foi, portanto, o terreno do antigo mercado que será, integralmente, destinado à parcela a alienar. Não é verdade. É cerca de metade do terreno é a parcela a alienar, a outra metade será, exatamente, a praça fronteira ao IPO que passará a ter acesso direto a partir da Praça de Espanha e não como, hoje, tem fora da Praça de Espanha. Essa é a grande diferença desta proposta, é esse o grande ganho que esta proposta trás.-----

----- E gostava de esclarecer que nenhum dos comerciantes foi ao engano, porque quem negociou com os comerciantes a sua saída da Praça de Espanha foi o Senhor Vice-presidente, deixou bem claro que aquele terreno que ia ser liberto, partes se destinava a fazer entrada para a Praça de Espanha, e a outra parte se destinava a uma parcela a alienar. -----

----- Se os Senhores Deputados estão com tantas dúvidas, posso ler a notícia que saiu, na altura; *‘na proposta, Fernando Medina explica, ainda, que os órgãos municipais já aprovaram uma operação de permuta de parcelas entre o Município, o Montepio e a Lusitânia, por forma a permitir a elaboração de loteamento municipal que contemplasse aquelas áreas. Daí a necessidade de distinguir o mercado da Praça de Espanha. Em julho, a Câmara assinou um contrato com o Montepio Geral, Associação Mutualista que prevê a permuta de terrenos na zona da Praça de Espanha, pelo valor de 12 milhões, segundo a informação disponível no site da autarquia’*. Isto foi o que foi dito na altura em que esta negociação foi feita, e aquilo que sempre se disse é que vamos fazer um grande Jardim na Praça de Espanha, e que esse jardim não é localizado, e mal de nós, porque seria um minijardim, se fosse a área ocupada pelo mercado. Parte da área ocupada pelo mercado destina-se a fazer a grande praça de entrada no IPO, e a outra parcela, que é uma parcela lateral, é aquela que propomos alienar. -----

----- É levantado, também, Senhor Deputado, se me dá licença, agora estou a falar, pronto. -----

----- A outra questão que, já gora também queria deixar bem referido, é que é levantado o problema do nível freático que eu chamo a atenção que basta olhar para a Praça de Espanha e perceber que a Avenida dos Combatentes está a subir, e que a zona, onde se vão construir caves de estacionamento, é bem mais alta do que a base da Praça de Espanha e, portanto, a diferença de cota, é apreciada. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. É isto que tenho a dizer e penso que respondi às questões colocadas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de pôr à vossa votação os pontos 5, 6, 7, 8 e 9, da parte deliberativa. Ninguém pede os pontos em separado, os **pontos 5, 6, 7, 8 e 9 da parte deliberativa da Proposta nº 698/CM/2016** vão ser postos à votação. Votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e PAN, não há abstenções,

votos a favor do PS, PNP e 6IND. Os pontos 5, 6, 7, 8 e 9 da parte deliberativa da Proposta nº 698/CM/2016 foram aprovados por maioria.-----

----- Passamos, agora, à Proposta nº 700/CM/2016.” -----

----- **PONTO 5.5 PROPOSTA 700/CM/2016 – EXECUÇÃO DO DISPOSTO NAS CLAUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ESTAMO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A., O MUNICÍPIO DE LISBOA, E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJOP, IP, PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DO MARTIM MONIZ, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 700/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, fica anexado à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Eu peço se alguém quer inscrever-se sobre o último ponto que sinalize à Mesa para podermos fazê-lo, ainda hoje. Ninguém sinaliza.-----

----- A Câmara prescinde da apresentação da proposta.-----

----- A Senhora Deputada relatora é a Carla Madeira prescinde da apresentação do parecer.-----

----- Vamos pôr à vossa consideração a Proposta nº 700/CM/2016. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A Proposta nº 700/CM/2016 foi aprovada por unanimidade.---

----- Senhores Deputados, de hoje a uma semana temos, novamente, sessão. Temos um debate de atualidade sobre o problema dos solos contaminados, em Lisboa, e as propostas que estiverem prontas. Eu fiz um apelo à 4ª Comissão Permanente para fechar o relatório do debate temático sobre o Parque de Monsanto que já lá está há muito tempo, e que eu quero agendar para a próxima sessão. Portanto, os Senhores Deputados que são membros da 4ª Comissão, peço que, também, sejam portadores desta mensagem, já falei com a Senhora Presidente para se aprovar o relatório final do debate temático do Parque de Monsanto.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----